



Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2013, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações iniciais

Em 2014, o setor elétrico passou por mais um ano de volatilidade e grandes desafios. A hidrologia fraca, dentre outros fatores, levou os reservatórios ao menor nível da história ao final do período seco, em novembro. Consequentemente, o Operador Nacional do Sistema (ONS), manteve o pleno despacho térmico e o preço de curto prazo (PLD) bateu seu recorde de alta histórica, ficando a maior parte do ano no teto de R\$ 822,83/MWh.

Além do impacto no fluxo de caixa das distribuidoras, a alta no PLD também teve um efeito nocivo na demanda de energia, já que desestimulou parte da indústria, que já sofria com o cenário macroeconômico adverso, a produzir, devido à alta no custo de energia. A combinação desses dois efeitos foi uma queda de 3,4% no consumo industrial ao longo do ano na área de concessão das oito distribuidoras do grupo CPFL Energia. Por outro lado, a baixa tensão continuou apresentando significativo crescimento no consumo, puxada pelas altas temperaturas do início do ano e resultando em incremento de 7,0% para a classe residencial e 7,9% para a classe comercial, mesmo com os efeitos da crise hídrica, que causaram diminuição no ritmo de crescimento na segunda metade do ano. No consolidado, o consumo na área de concessão cresceu 2,6% em 2014.

No âmbito regulatório, ocorreram vários avanços. A Audiência Pública nº 54/2014 foi concluída com a proposta da redução do preço-teto do PLD para R\$ 388,48/MWh, com a adoção da térmica Macaé como referência e também ficou definido o aumento do piso do PLD para R\$ 30,26/MWh. Além disso, os custos do Encargo de Serviços do Sistema (ESS) continuaram a ser rateados entre os consumidores de energia.

As discussões ao redor do 4º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras progrediram com a abertura da segunda fase da Audiência Pública nº 23/2014, que tratou de itens como Custos Operacionais, Outras Receitas, Perdas, Procedimentos Gerais e outros. É importante destacar avanços por parte do regulador, como a proposta do reconhecimento de um adicional de remuneração para as Obrigações Especiais das distribuidoras entre outros.

O custo médio ponderado de capital das distribuidoras, o WACC, foi definido para o 4º Ciclo de Revisão Tarifária em 8,09% e será implementado para as concessionárias de distribuição com revisão até dezembro de 2017. Após essa data, as séries históricas serão atualizadas para as empresas com revisões a partir de janeiro de 2018, caso da RGE e CPFL Paulista, do grupo CPFL Energia.

Fato que deve ser comemorado também é a aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no início de dezembro, do reconhecimento de ativos e passivos que até 2013 eram denominados "ativos e passivos regulatórios" nas demonstrações financeiras das distribuidoras



de energia elétrica. A medida, um antigo pleito do setor, permitirá a contabilização das diferenças entre os custos de compra de energia e encargos estimados nas tarifas cobradas dos consumidores e os custos reais incorridos no período e que serão repassadas às tarifas na data de reajuste anual de cada distribuidora. Isso foi possível em função da aprovação pela ANEEL, em 25 de novembro de 2014, Despacho nº 4.621, de aditivo aos contratos de concessão que incluiu cláusula específica garantindo que os saldos remanescentes de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção da concessão, por qualquer motivo, serão objeto de indenização e, conseqüentemente, permitiu o registro de ativos e passivos financeiros setoriais.

Mas há de se destacar a necessidade ainda de mais avanços nas questões regulatórias para que sejam gerados incentivos para a retomada da capacidade de investimentos do setor elétrico.

Em termos de operação da Distribuição, é importante destacar que a CPFL Energia encerrou o ano de 2014 com a Telemedicação de todos os clientes industriais e comerciais do Grupo A (alta tensão), totalizando 24,6 mil pontos nos quais o faturamento não depende de equipes em campo para realização da leitura de consumo. O processo automatizado, aumenta a segurança dos dados dos clientes, identifica possíveis fraudes e dá condições para a companhia aproveitar melhor o tempo das equipes.

A geração convencional sofreu com os efeitos da GSF (*Generation Scaling Factor*), já que o pleno despacho térmico e a energia de reserva deslocam a geração hidráulica. Assim, a energia assegurada nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) não foi atingida, fazendo-se necessária a compra de energia pelos geradores hidráulicos que precisaram honrar sua energia contratada. Para mitigar a volatilidade no braço de geração da companhia e aumentar a previsibilidade dos fluxos de caixa, recontratamos a energia proveniente da Usina Hidroelétrica Serra da Mesa (Semesa) em abril de 2014 até o final do direito de exploração desta parcela de energia pela CPFL Geração em 2028.

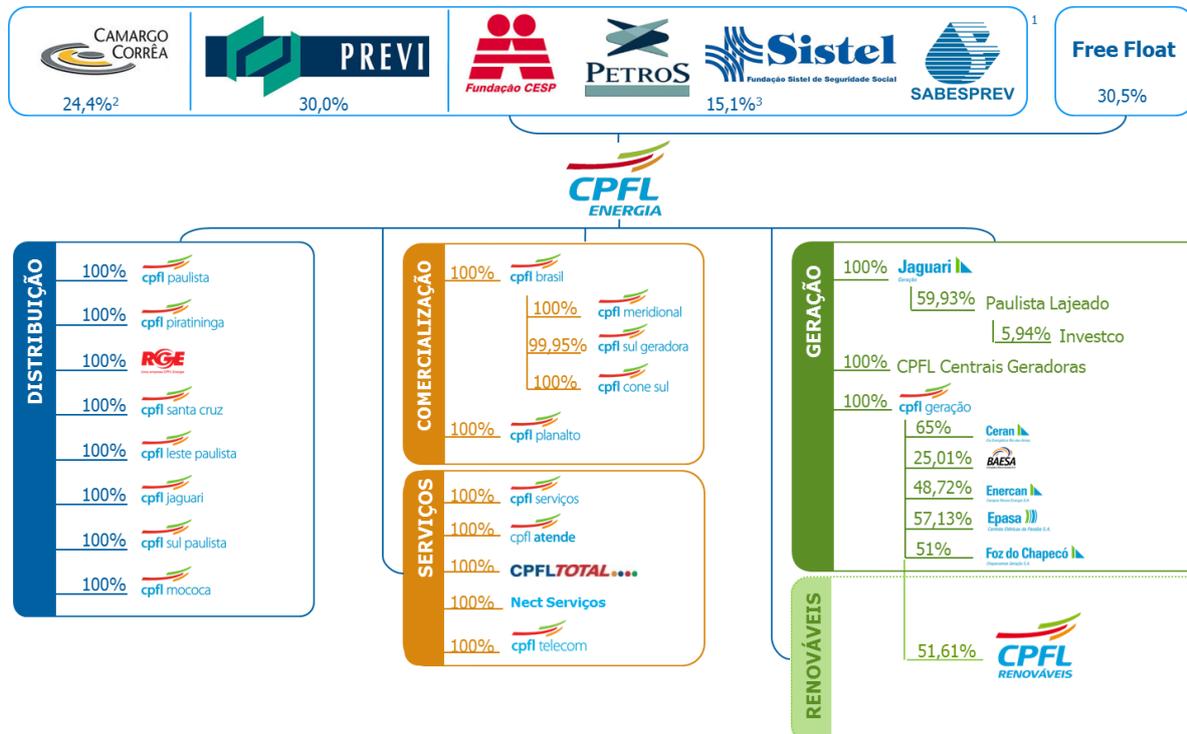
Na geração renovável, os destaques positivos ficam por conta da conclusão da aquisição de Rosa dos Ventos (que detém autorizações outorgadas pela ANEEL para explorar os parques eólicos Canoa Quebrada e Lagoa do Mato), do início das operações comerciais dos complexos eólicos de Atlântica e Macacos I, que somaram mais 198,2 MW ao parque gerador da companhia. Considerando também a associação com a Dobrevê Energia S.A. (DESA), que agregou 277,6 MW de capacidade instalada em operação, a CPFL Renováveis conta agora com 1.773 MW de capacidade instalada.

O segmento de Comercialização apresentou expressivos resultados, fruto da estratégia adotada ao longo da maior parte do ano: dado o estresse de preços no mercado de curto prazo, trabalhamos na Comercialização com uma sobrecontratação em relação aos nossos compromissos de entrega de energia, liquidando o excesso no mercado de curto prazo.

O ano de 2015 será novamente um ano de muito trabalho dada à desaceleração econômica do Brasil e as desafiadoras condições hidrológicas. Mas os consistentes resultados operacionais e econômico-financeiros alcançados pela CPFL Energia nos fazem certos de que nossa estratégia sólida e cautelosa tem criado valor para os acionistas e melhorado os serviços e produtos oferecidos para os nossos clientes.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2014

Notas:

- (1) Acionistas controladores;
- (2) Inclui 0,1% de ações detidas pela Camargo Corrêa S.A.;
- (3) Inclui 0,2% de ações detidas pelos fundos de pensão Petros e Sistel.

2. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica mundial frustrou expectativas em 2014. Assim, no início do ano, o FMI assinalava crescimento de 4,0%, 12 meses depois, o mesmo organismo aponta para 3,1%, taxa próxima à observada em 2012 e 2013. Nesse intervalo, as economias emergentes decepcionaram: o principal parceiro comercial do Brasil, a China, segue em desaceleração enquanto a Argentina, maior cliente externo da indústria brasileira não mostra sinais de recuperação da crise que vive há 3 anos. Europa e Japão permanecem com crescimentos pífios, renovadas preocupações com o consumo declinante e longe de qualquer desempenho vigoroso.

Em dissonância com a trajetória de outras regiões, a economia norte-americana performou de maneira bastante sólida. Com crescimento de 2,4% em 2014 – e perspectivas de desempenho acima do potencial para os próximos anos – os Estados Unidos apresentaram indicadores positivos de mercado de trabalho, consumo, confiança de consumidores e empresários, com significativa retomada de investimentos. Nesse cenário, espera-se que o dinamismo norte-americano colabore para a retomada de um ciclo virtuoso de crescimento em 2015.

Já o Brasil vive uma forte crise de confiança da indústria e dos consumidores, capitaneada pelas incertezas macroeconômicas, somadas a restrições de crédito, desaceleração da renda e



dos investimentos e desempenho negativo da atividade industrial.

A expectativa para 2015 é de um ano de ajustes e restrições, com prioridade para o tema inflação – que deve ultrapassar o teto da meta no ano vigente – e para as expectativas inflacionárias. O pacote de ajustes anunciado pelo governo deve ser sentido por alguns setores-chave da nossa cadeia produtiva e pelo consumidor, que deverá ainda enfrentar um processo de estagnação do mercado de trabalho, com fechamento de postos de trabalho e desaceleração do rendimento. Essa desaceleração possivelmente terá reflexos nas vendas do comércio varejista, que devem crescer, em 2015, metade da taxa observada em 2014.

Podemos, contudo, esperar alguma contribuição positiva do setor externo, já que a desvalorização do real tende a aumentar a competitividade das exportações brasileiras, em um cenário em que a demanda mundial tende a seguir crescendo.

Apenas em 2016 deveremos observar alguma melhora mais expressiva da economia, com a confiança em alta, novos investimentos e melhora do consumo interno.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2014 foi marcado pelo resquício da Medida Provisória – MP nº 579/2012, publicada a fim de reduzir os preços de energia. O impacto da MP foi refletido no desequilíbrio entre cobertura tarifária e despesas reais das distribuidoras frente ao custo de energia. Por conta da MP muitas distribuidoras ficaram sem energia suficiente para atendimento aos seus consumidores, tendo que recorrer ao mercado de curto prazo. O pequeno volume de chuvas e consequentemente o significativo aumento do preço no mercado de curto prazo acentuou o problema.

Para suportar a situação foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 a fim de custear os custos da exposição involuntária no mercado de curto prazo e do despacho das termoelétricas associados aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D. Os valores recebidos pelas distribuidoras serão repassados, durante dois anos, aos consumidores a partir dos processos tarifários do ano de 2015.

Em relação aos processos de Revisão Tarifária, em junho de 2014, a ANEEL submeteu para apreciação a proposta metodológica do quarto ciclo (entre 2015 e 2018) por meio da primeira fase da Audiência Pública 023/2014. Os documentos publicados indicaram que esse ciclo de revisão periódica provavelmente manterá consideravelmente a metodologia existente, com exceção da forma de contabilização a ser usada pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), que foi consideravelmente alterada. A segunda fase dessa audiência pública foi reaberta em 11 de dezembro de 2014 para todos os tópicos, com exceção do Custo de Capital (WACC), que teve uma única fase, e da BRR, cuja metodologia a ser proposta ainda esta sob a análise da ANEEL. Toda a revisão de metodologia do quarto ciclo de revisão tarifária deve ser concluída no primeiro semestre de 2015.

Segmento de Geração

Em 2014, para a CPFL Geração, o principal destaque foi a renovação do contrato de energia elétrica com FURNAS, através do qual fica mantida a comercialização da parcela de energia e potência da UHE Serra da Mesa até 16 de abril de 2028.

Destacam-se também os seguintes temas que foram discutidos ao longo de 2014: **(i)** o adiamento da revisão da garantia física das usinas hidrelétricas para 2015, que ocorrerá após a conclusão dos estudos de grupo de trabalho específico (Portaria MME nº 681/14); **(ii)** alteração dos limites máximos e mínimos do PLD para R\$ 388,48/MWh e R\$ 30,26/MWh,

respectivamente (REH nº 1.832, de 25 de novembro de 2014); **(iii)** ação impetrada pela Santo Antônio Energia S.A. solicitando que o fator de disponibilidade da usina seja mantido no valor de referência, enquanto estiver em fase de motorização, o que motivou uma ação específica por parte das associadas da APINE e outra por parte da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE"); **(iv)** em função da hidrologia desfavorável, os geradores hidráulicos tem sido severamente impactados no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") devido à menor quantidade de energia alocada (GSF) e, conseqüentemente, a APINE fez intensa atuação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e Ministério de Minas e Energia ("MME") no sentido de corrigir as distorções da legislação e regras de comercialização de forma a mitigar tais prejuízos; **(v)** a grande quantidade de lotes de leilões de transmissão para os quais não houve lances, obrigando a ANEEL a reavaliar a Receita Anual Permitida ("RAP") de diversos empreendimentos, indicando um bom sinal para os investidores; **(vi)** inserção da fonte solar nos leilões de energia, que era um assunto que vinha sendo tratado pela APINE há longo tempo.

Em relação à **regulação** destacam-se as seguintes regulamentações: **(i)** Portaria MME nº 33/2014, que definiu a data do leilão da UHE Três Irmãos; **(ii)** REN nº 599/2014, que revogou a Clausula 14 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs") por disponibilidade entre 2005 e 2009; **(iii)** MP nº 641/2014, que alterou a Lei nº 10.848/2004, para possibilitar o leilão de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, com início de entrega no mesmo ano ou no ano subsequente ao da licitação, e prazo de suprimento de, no mínimo, 1 ano e, no máximo, 15 anos; **(iv)** Portaria MME nº 118/2014 definindo que o leilão A-0 deveria ocorrer em 25 de abril de 2014, com início de fornecimento a partir de 01 de maio de 2014 e término em 31 de dezembro de 2019; **(v)** Portaria MME nº 236/2014, referente ao Leilão de Reserva de 2014, que seria diferenciado por fontes solar, eólica e biomassa, com prazo de suprimento de 20 anos; **(vi)** REN nº 614/2014, que consolidou os novos critérios referentes à apuração de indisponibilidade de unidades geradoras ou empreendimentos de importação de energia conectados no SIN; **(vii)** REN nº 617/2014, que alterou os anexos da REN nº 412/2010, que trata de procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico, e para autorização de aproveitamento de potencial hidráulico sem características de PCHs; **(viii)** Portaria MME nº 471/2014, que disponibilizou para consulta pública o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica; **(ix)** Portaria MME nº 484/2014, que revisou os valores de referência de indisponibilidade forçada ("TEIF") e programada ("IP") de usinas hidrelétricas; **(x)** REN nº 624/2014, que alterou a REN nº 559/2013, referente às condições para recálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST") de centrais de geração; **(xi)** REN nº 633/2014, que tratou da metodologia para definição dos preços máximo e mínimo do PLD; **(xii)** Portaria ANEEL nº 3.376/2014, que aprovou a Agenda Regulatória para o biênio 2015-2016; **(xiii)** REN nº 637/2014, que aprovou as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação ("SCL"); **(xiv)** REN nº 638/2014, que alterou a Resolução Normativa nº 584/2013, que estabelece prazos e condições para sazonalização e modulação de garantia física de usinas de geração de energia elétrica, bem como para sazonalização da energia vinculada referente à UHE Itaipu.

Segmento de Distribuição

Em relação à regulação econômico-financeira, técnica e comercial destacam-se as seguintes regulamentações, ordenados segundo a data de publicação: **(i)** REN nº 598/2014 - Relativa a bens reversíveis de geração, altera a redação do artigo 4º, caput, da Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013; **(ii)** REN nº 599/2014 - Revoga a Cláusula 14 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs por disponibilidade referentes aos Leilões de Energia Nova - LEN realizados entre 2005 e 2009; **(iii)** REN nº 601/2014 - Aprova alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de

Contabilização e Liquidação - SCL; **(iv)** REN nº 600/2014 - Estabelece alterações na Cláusula 14 dos Contratos de Energia de Reserva dos 1º e 3º Leilões de Energia de Reserva; **(v)** REN nº 602/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 502, de 7 de agosto de 2012, e aprova a Revisão 7 do Módulo 6 e a Revisão 5 do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; **(vi)** REN nº 604/2014 - Aprova o Módulo 3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que estabelece os critérios e a metodologia de cálculo do Reajuste Tarifário Anual das Concessionárias de Distribuição, e altera a Resolução Normativa nº 421, de 30 de novembro de 2010; **(vii)** REN nº 605/2014 - Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001; **(viii)** REN nº 607/2014 - Altera os Submódulos 7.1, 7.2, 7.3 e 8.3, aprova o Submódulo 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e dá outras providências; **(ix)** REN nº 608/2014 - Aprova o Submódulo 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e dá outras providências; **(x)** REN nº 609/2014 - Altera o Submódulo 3.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que estabelece os Procedimentos Gerais do Reajuste Tarifário Anual das Concessionárias de Distribuição, e a Resolução Normativa nº 255, de 6 de março de 2007; **(xi)** REN nº 610/2014 - Regulamenta as modalidades de pré-pagamento e pós-pagamento eletrônico de energia elétrica; **(xii)** REN nº 611/2014 - Estabelece critérios e condições para o registro de contratos de compra e venda de energia elétrica e de cessão de montantes de energia elétrica e de potência, firmados no Ambiente de Contratação Livre - ACL, e dá outras providências; **(xiii)** REN nº 612/2014 - Dispõe sobre o encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a CONTA-ACR, nos termos do Decreto 8.221, de 2 de abril de 2014; **(xiv)** REN nº 613/2014 - Dispõe sobre o encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a CONTA-ACR, nos termos do Decreto 8.221, de 2 de abril de 2014; **(xv)** REN nº 613/2014 - Altera o § 1º do artigo 8º e o § 1º do artigo 17 da Resolução Normativa nº 337, de 11 de novembro de 2008, estabelecendo critérios para a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER; **(xvi)** REN nº 614/2014 - Consolida as normas referentes à apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia conectado ao Sistema Interligado Nacional - SIN estabelece novos critérios de apuração e de verificação de lastro e dá outras providências; **(xvii)** REN nº 616/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 398, de 23 de março de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, na frequência de 60 Hz; **(xviii)** REN nº 617/2014 - Altera os Anexos I e III da REN nº 412/2010; **(xix)** REN nº 619/2014 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL; **(xx)** REN nº 620/2014 - Altera os artigos 73, 107 e 108 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, e estabelece disposições transitórias; **(xxi)** REN nº 621/2014 - Aprova o Submódulo 8.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que estabelece os critérios e a metodologia de cálculo do Reajuste Tarifário Anual das Permissionárias de Distribuição; **(xxii)** REN nº 624/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 559/2013, referente às condições para recálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de centrais de geração; **(xxiii)** REN nº 625/2014 - Avaliação e fiscalização dos investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica para atendimento aos locais de provas dos eventos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 sob responsabilidade da distribuidora; **(xxiv)** REN nº 626/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, que estabelece os procedimentos comerciais para a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias; **(xxv)** REN nº 628/2014 - Aprova a Revisão 5 do Módulo 2 e a Revisão 8 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST e altera a Resolução Normativa nº 395, de 15 de dezembro de 2009; **(xxvi)** REN nº 629/2014 - Altera os artigos 7º, 8º e 21 da Resolução Normativa nº 581, de 11 de outubro de 2013; **(xxvii)** REN nº 630/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011 que estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento da Conta de



Consumo de Combustíveis – CCC; **(xxviii)** REN nº 631/2014 - Estabelece os critérios e procedimentos para revisão da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, às concessionárias de distribuição; **(xxix)** REN nº 632/2014 - Altera o Submódulo 6.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET; **(xxx)** REN nº 633/2014 - Altera o artigo 3º da Resolução 682, de 23 de dezembro de 2003 e o artigo 3º da Resolução Normativa nº 392, de 15 de dezembro de 2009; **(xxxi)** REN nº 635/2014 - Aprova os Procedimentos para Credenciamento de Empresas Avaliadoras de Ativos e dá outras providências; **(xxxii)** REN nº 636/2014 - Altera a redação da Resolução Normativa nº 417, de 23 de novembro de 2010, que estabelece procedimentos para a delegação de competências da ANEEL para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos; **(xxxiii)** REN nº 637/2014 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL; **(xxxiv)** REN nº 638/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 584, de 29 de outubro de 2013, que estabelece prazos e condições para sazonalização e modulação de garantia física de usinas de geração de energia elétrica, bem como para sazonalização da energia vinculada referente à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu; **(xxxv)** REN nº 639/2014 - Altera os Submódulos 8.3 e 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, bem como a Resolução Normativa nº 167, de 10 de outubro de 2005; **(xxxvi)** REN nº 643/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 443, de 26 de julho de 2011, altera a Resolução Normativa nº 435, de 24 de maio de 2011, aprova a Revisão 1.1 do Submódulo 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, revoga a Resolução Normativa nº 491, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências; **(xxxvii)** REN nº 644/2014 - Altera a Resolução Normativa nº 411, de 28 de setembro de 2010, a qual "aprova o modelo de edital dos leilões de ajuste para compra de energia elétrica, delega a execução à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dá outras providências"; **(xxxviii)** REN nº 645/2014 - Altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997; e **(xxxix)** RES nº 04/ANEEL/ANATEL - Aprova o preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, a ser utilizado nos processos de resolução de conflitos, e estabelece regras para uso e ocupação dos Pontos de Fixação.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajustes Tarifários Anuais (RTA) de 2014:

CPFL Paulista

Em 7 de abril de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.701, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 17,18%, sendo 14,56% relativos ao reajuste tarifário econômico e 2,62% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 17,23% percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 8 de abril de 2014.

CPFL Piratininga

Em 21 de outubro de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.810, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Piratininga em 19,73%, sendo 15,81% relativos ao



reajuste tarifário econômico e 3,92% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 22,43% percebido pelos consumidores. Neste reajuste ocorreu a devolução da última parcela do recálculo tarifário decorrente da postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2014.

RGE

Em 17 de junho de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.739, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 21,82%, sendo 18,83% relativos ao reajuste tarifário econômico e 2,99% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 22,77% percebido pelos consumidores. As novas tarifas entraram em vigor em 19 de junho de 2014.

CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa

Em 30 de janeiro de 2014, a Aneel publicou, no Diário Oficial da União, os Reajustes Tarifários Anuais de 2014 das distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Reajuste Tarifário Anual (RTA)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Resolução Homologatória	1.682	1.681	1.680	1.677	1.679
RTA Econômico	9,89%	-4,74%	1,17%	-3,16%	2,00%
Componentes Financeiros	4,96%	-2,93%	-4,90%	-2,35%	-4,07%
IRT Total	14,86%	-7,67%	-3,73%	-5,51%	-2,07%
Efeito Médio	26,00%	-5,32%	3,70%	0,43%	-9,53%

As novas tarifas entraram em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela Enercan utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

VENDAS DE ENERGIA

Em 2014, as vendas para o mercado cativo totalizaram 43.160 GWh, um aumento de 4,9% em relação a 2013, enquanto a energia transportada a clientes livres, faturada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), teve uma queda de 3,0%, alcançando 16.802 GWh, em reflexo da desaceleração da atividade econômica que impactou o consumo dos grandes



clientes industriais. Assim, as vendas nas áreas de concessão, realizadas por meio do segmento de distribuição, totalizaram 59.962 GWh, um crescimento de 2,6%.

Destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 44,3% do total consumido na área de concessão das distribuidoras do Grupo:

- **Classes residencial e comercial:** aumentos de 7,0% e 7,9%, respectivamente, favorecidos pelas altas temperaturas verificadas principalmente no início de 2014 e pelos efeitos acumulados da elevação do emprego e da renda, do aumento do poder de compra do consumidor e da ampliação do crédito ao consumo, verificados nos últimos anos, que favoreceram o aumento do estoque de eletrodomésticos nas residências.
- **Classe industrial:** queda de 3,4%, influenciada pelo fraco desempenho da produção industrial, que reflete o menor volume de exportações, expectativas desfavoráveis dos empresários, fruto de elevados estoques e cenário nacional adverso, além de deficiências de infraestrutura.

As vendas de comercialização e geração (exclusive partes relacionadas) atingiram 16.431 GWh, o que representou uma queda de 11,2%, devido principalmente à redução das vendas da comercializadora em contratos bilaterais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas. O número de clientes em carteira, livres e especiais, chegou a 290 em dezembro de 2014 comparado a 284 em dezembro de 2013.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Indicadores DEC e FEC 2014 (valores anualizados)

Empresa	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
DEC	6,92	6,98	18,77	6,75	8,4	5,36	9,55	6,76
FEC	4,87	4,2	9,14	5,29	6,19	4,31	6,91	7,26

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2014, a CPFL Energia continuou sua expansão no segmento de Geração, com um aumento de 9,3% em sua capacidade instalada, que passou de 2.860 MW para 3.127 MW, considerando-se a participação de 51,6% na CPFL Renováveis nos dois períodos, para fins de



comparação. Tal aumento resultou da expansão da CPFL Renováveis. Em fevereiro de 2014, foi concluída a aquisição de 100% das ações da sociedade Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. (Rosa dos Ventos), que detém autorizações outorgadas pela ANEEL para explorar os parques eólicos Canoa Quebrada (com 10,5 MW de capacidade instalada e em operação desde dezembro de 2008) e Lagoa do Mato (com 3,23 MW de capacidade instalada e em operação desde junho de 2009). Em março de 2014, os parques eólicos Complexo Atlântica iniciaram sua operação, com 120 MW de capacidade instalada. Já os parques eólicos Complexo Macacos I, com 78,2 MW de capacidade instalada, foram considerados aptos a operar pela ANEEL a partir de maio de 2014. A associação da CPFL Renováveis com a Dobrevê Energia S.A. (DESA) foi concluída em setembro de 2014, com eficácia a partir de outubro de 2014, agregando 277,6 MW de capacidade instalada em operação e 53,2 MW de capacidade instalada em construção.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, cresceu 20,0% (R\$ 2.731 milhões), atingindo R\$ 16.361 milhões, principalmente devido ao aumento de 21,0% no segmento de Distribuição (R\$ 2.215 milhões), fruto dos reajustes tarifários aplicados ao longo do ano e da contabilização do saldo de ativos financeiros setorial, conforme Deliberação CVM 732/14, no valor de R\$ 831 milhões. Os demais segmentos contribuíram com aumentos de 20,0%, 22,5% e 16,7% respectivamente em Geração Convencional (R\$ 121 milhões), Geração de Fontes Renováveis (R\$ 181 milhões) e Comercialização e Serviços (R\$ 277 milhões).

É importante destacar que parte das vendas desses empreendimentos de geração é feita para empresas do Grupo CPFL, sendo a receita correspondente eliminada na consolidação.

Geração operacional de caixa – EBITDA

O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.



Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2014	2013
Lucro Líquido	886.443	949.036
Depreciação e Amortização	1.161.145	1.056.469
Resultado Financeiro	1.089.454	971.443
Contribuição Social	168.989	156.756
Imposto de Renda	454.871	413.408
EBITDA	3.760.903	3.547.112

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 3.761 milhões, um aumento de 6,0% (R\$ 214 milhões), refletindo principalmente a expansão de 20,0% na receita líquida, exclusive receita de construção da infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 2.731 milhões, sendo parte dessa variação fruto da contabilização do saldo de ativos financeiros setoriais (até 2013 chamados de regulatórios) (R\$ 831 milhões). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 29,8% nos custos com energia elétrica (R\$ 2.446 milhões), pela redução da equivalência patrimonial (R\$ 61 milhões) e pela variação dos custos operacionais, inclusive gastos com previdência privada, que cresceram abaixo da inflação (R\$ 13 milhões).

Lucro Líquido

Em 2014, o Lucro Líquido atingiu R\$ 886 milhões, com redução de 6,6% (R\$ 63 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento nas despesas financeiras líquidas (R\$ 118 milhões); (ii) o aumento nas depreciações e amortizações (R\$ 105 milhões), principalmente pela entrada em operação dos novos empreendimentos de geração da CPFL Renováveis; e (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 54 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 6,0% no EBITDA (R\$ 214 milhões).

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:



	R\$ mil
Lucro líquido do exercício - Individual	949.177
Realização do resultado abrangente	26.055
Dividendos prescritos	5.722
Lucro líquido base para destinação	980.954
Reserva legal	(47.459)
Reversão de reserva de retenção de lucros para investimento	108.987
Dividendos intermediários	(422.195)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(65.400)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(554.888)

Para este exercício, tendo em vista que já foram distribuídos, a título de dividendo, o montante de R\$ 422 milhões (44,5% do lucro líquido do exercício), valor superior ao dividendo obrigatório, e considerando (i) o atual cenário econômico adverso, (ii) a falta de previsibilidade da situação hidrológica e, (iii) as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e aumentos extraordinários de tarifas, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 555 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

Bonificação em ações aos acionistas

Visando reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva, em reunião realizada em 16 de março de 2015, recomendou ao Conselho de Administração que fosse proposto à Assembleia Geral a capitalização do saldo da reserva estatutária – reforço de capital de giro com a emissão, em favor dos acionistas, de novas ações. Esta proposta será submetida para aprovação à Assembleia Geral Extraordinária convocada para 29 de abril de 2015.

Endividamento

No final de 2014, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da companhia atingiu R\$ 18.555 milhões, apresentando um aumento de 11,1%. As disponibilidades totalizaram R\$ 4.357 milhões, um aumento de 3,6%. Com isso, a dívida líquida passou para R\$ 14.198 milhões, registrando um aumento de 13,6%.

O aumento no endividamento financeiro tem o objetivo de suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos greenfield na CPFL Renováveis. Além disso, contudo, CPFL Energia adota uma estratégia de pre-funding, antecipando-se nas captações de dívidas vincendas num prazo de 18 a 24 meses.

O custo nominal de dívida aumentou em aproximadamente 1,7 ponto percentual para 10,2% ao ano devido ao aumento da taxa Selic e em relação ao perfil de seu endividamento, prazo médio da dívida é de 3,79 anos.

5. Investimentos



Em 2014, foram realizados investimentos de R\$ 1.062 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 702 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 265 milhões à geração (R\$ 251 milhões da CPFL Renováveis e R\$ 14 milhões de geração convencional) e R\$ 94 milhões à comercialização e serviços. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 57 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como "Ativos Financeiros de Concessão" (ativo não circulante). A CPFL Energia contabilizou também R\$ 181 milhões em Obrigações Especiais no exercício entre outros itens financiados pelo consumidor.

Entre os investimentos da CPFL Energia em 2014 podemos destacar:

- **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014, nossas distribuidoras possuíam 7,6 milhões de clientes (acréscimo de 199 mil clientes) e nossa rede de distribuição consistia em 240.944 km de linhas de distribuição (acréscimo de 1.109 km de linhas) incluindo 353.722 transformadores de distribuição (acréscimo de 11.386 transformadores). Nossas oito subsidiárias de distribuição tinham 9.881 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acréscimo de 128 km de linhas). Naquela data, detínhamos 445 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição (decréscimo de 9 subestações), com capacidade total de transformação de 14.571 MVA (acréscimo de 36 MVA);
- **Geração:** foram destinados principalmente ao Complexo Eólico Atlântica, empreendimento que entrou em operação em 24 de março de 2014, Complexo Eólico Macacos I, empreendimento apto a operar desde 1º de maio de 2014, e Complexos Eólicos Campo dos Ventos, São Benedito, Morro dos Ventos II e Pedra Cheirosa e PCH Mata Velha, empreendimentos ainda em construção.

6. Governança corporativa

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia ("CPFL" ou "Companhia") e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2014, a CPFL completou 10 anos da abertura de seu capital na BM&FBovespa e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da BMF&Bovespa e ADRS Nível III, segmento de listagem diferenciado que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são Ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas tem assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário.

A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da *holding* e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros externos, um deles Conselheiro Independente, cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição.

O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros.



O Conselho constituiu 3 comitês de assessoramento (Processos de Gestão, Gestão de Pessoas e Partes Relacionadas), todos coordenados por um conselheiro, que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética.

Como forma de assegurar que as melhores práticas permeiem as atividades do Conselho e seu relacionamento com a Companhia, ao mesmo tempo em que os conselheiros mantenham o foco na sua função de fórum central das decisões, constituiu em 2006 a Assessoria do Conselho de Administração, com subordinação exclusiva e direta ao Presidente do Conselho.

A Assessoria é um órgão que atua como guardião das boas práticas, visando assegurar a adesão às Diretrizes de Governança; a agilidade da comunicação entre a Companhia e os conselheiros; a qualidade e a tempestividade das informações; a integração e avaliação dos conselheiros de administração e fiscais; o constante aperfeiçoamento dos processos de governança e o relacionamento institucional com agentes e entidades de governança.

A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente e 5 Diretores vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança. A fim de garantir o alinhamento das práticas de governança, os Diretores Executivos ocupam posições no Conselho de Administração das empresas que fazem parte do grupo CPFL e indicam os seus respectivos diretores estatutários.

A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 5 membros, que também exerce atividades de *Audit Committee*, em atendimento às regras da Lei Sarbanes Oxley (SOX) aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos.

As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpfl.com.br/ri>.

7. Mercado de capitais

A CPFL Energia, atualmente com 30,5% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2014, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 5,2% na BM&FBovespa e uma desvalorização de 4,6% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 18,49 por ação e US\$ 13,57 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 38,2 milhões, dos quais R\$ 22,5 milhões na BM&FBovespa e R\$ 15,7 milhões na NYSE, representando um aumento de 5,8% em relação a 2013. O número de negócios realizados na BM&FBovespa aumentou 31,5%, passando de uma média diária de 4.208 negócios, em 2013, para 5.535 negócios, em 2014.

8. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Energia desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. A seguir estão os destaques

do exercício:

Plataforma de sustentabilidade: consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes, considerados críticos à condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento, para orientar a atuação da empresa; b) Alavancas de valor e iniciativas relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos, corporativos e por segmento de negócio, com metas de desempenho visando à melhoria contínua.

Comitê de Sustentabilidade: principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma. Realizou nove reuniões no ano.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): em 2014, foram realizadas 11 reuniões do Comitê de Ética para aprimorar o SGDE e tratar as demandas recebidas pelo Canal de Ética. O Comitê já publicou 16 Súmulas de Orientação com o objetivo de orientar as decisões, as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores. O Código de Ética está em processo de revisão, na fase de aprovação final pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração para, então, ser distribuído a todos os colaboradores até final de 2015. Ainda em 2014, foram implantadas 3 Comissões Locais de Ética, na RGE, CPFL Renováveis e CPFL Paulista e Piratininga, com o objetivo de descentralizar o SGDE, aproximar o Comitê de Ética dos colaboradores, promovendo a sua legitimidade e ainda, empoderar colaboradores próximos à sua base de trabalho, como estratégia de disseminação da ética em todas as empresas do Grupo CPFL.

Gestão de Recursos Humanos: a companhia encerrou 2014 com 8.838 colaboradores (8.391 em 2013) e rotatividade de 23,40% (20,90% em 2013). As empresas do Grupo mantiveram programas de gestão e capacitação, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional. O número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 78,4 horas (76,69 em 2013), superior à média da Pesquisa Sextante-2012 de 50 horas. Ainda neste exercício, a CPFL Energia integrou pelo décimo terceiro ano consecutivo o ranking "As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", da publicação Guia Você S/A / Exame e avançou em Gestão do Conhecimento, Escola de Eletricistas e Gestão de Talentos.

Rede de Valor: em 2014, participaram 51 empresas fornecedoras, ocorreram 6 reuniões bimestrais, 1 atividade de capacitação sobre gestão de carbono e 2 grupos de trabalho constituídos sobre Pronas e Pronatec. Foram preenchidos os Indicadores Ethos para consolidar um diagnóstico do grupo, que deu origem a um plano de trabalho focado em seis temas estratégicos, sendo três deles trabalhos ao longo de 2014: Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais), Código de conduta e Combate à corrupção.

Relacionamento com a comunidade: (i) Cultura – Parcerias relevantes, como as com o Gesel - UFRJ e o programa Planeta Sustentável, pautaram os debates sobre meio ambiente e as novas energias no país, apresentadas no programa Invenção do Contemporâneo. Estes e outros encontros foram gravados, editados, divulgados nas redes sociais e exibidos na TV Cultura e no site www.cpficultura.com.br. Além dos debates, com entrada gratuita e transmissão ao vivo, a CPFL Cultura organizou, em 2014, sessões gratuitas de cinema em homenagem a diretores consagrados, como Woody Allen e Pedro Almodóvar, concertos de música erudita, e levou ao interior de São Paulo o circuito de Arte e Cultura, com espetáculos infantil e exibição de filmes brasileiros em parceria com o projeto Cinesolar, cinema itinerante movido a energia solar; **(ii) Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos** – visa elevar o desempenho administrativo de hospitais filantrópicos e aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade. Em 2014, foi encerrado mais um ciclo do Programa de Revitalização de Hospitais Filantrópicos, que atendeu as regiões de Campinas e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. Participaram desta fase, 15 hospitais filantrópicos, sendo que desses, 04



hospitais receberam certificação na categoria Ouro, 07 na categoria prata e 04 na categoria bronze, representando uma melhoria de 320%, em média, na gestão dos hospitais sede do Programa. Além disso, o Programa contribuiu para a redução de cerca de 77% na inadimplência global de hospitais filantrópicos entre 2012-2014. O investimento em 2014 foi de R\$ 342 mil. Também em 2014, foi lançada a nova fase do Programa, que atenderá pelos próximos dois anos os hospitais filantrópicos das regiões de Barretos, Marília e Ribeirão Preto, todas no Estado de São Paulo; **(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – as empresas do Grupo destinaram R\$ 1,2 milhão, para 9 projetos de 9 municípios da área de concessão. Os projetos foram selecionados a partir de critérios que consideram a apresentação de documentos que comprovam a regularidade dos Conselhos e dos Fundos, alinhamento do projeto ao edital publicado, às causas da empresa e disponibilidade de recurso; **(iv) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – em 2014, a CPFL realizou repasse no montante de R\$ 1,2 milhão, beneficiando 3 projetos de 3 municípios; **(v) Plano Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON (1% I.R.)** – em 2014, a CPFL apoiou o Hospital do Câncer de Barretos com o montante de R\$ 1,3 milhão. O PRONON tem a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer; **(vi) Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)** – em 2014, a CPFL apoiou 2 projetos em Campinas que totalizaram R\$ 933 mil; **(vii) Voluntariado** – definida nova estrutura de governança e gestão, com a mobilização de 1 comitê gestor e 15 equipes regionais de voluntariado, além da implantação do termo de adesão ao trabalho voluntário e definição de indicadores de desempenho. Nas ações, o número de colaboradores participantes triplicou em 2014, de 97 para 426 voluntários, foram beneficiadas 19 cidades, 37 entidades, cerca de 3.330 pessoas, e 141 parceiros locais foram mobilizados. **(viii) Eficiência energética (0,5% da ROL)** – foram investidos mais de R\$ 57,5 milhões, sendo R\$ 34,2 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.570 clientes, troca de 8.910 geladeiras, 5.195 trocadores de calor e 122.432 lâmpadas por modelos mais eficientes, 1.695 reformas elétricas internas e instalação de 4.300 aquecedores solares. Também foram realizados projetos educacionais, CPFL nas Escolas e Caravana RGE, junto a 907 escolas municipais e estaduais, sendo formados 85.884 alunos, 5.020 professores em 107 municípios com um investimento de mais de R\$ 3,8 milhões. Também foram eficientizados 296 Prédios Públicos e Escolas Municipais e Estaduais com um investimento de mais R\$ 9,7 milhões; **(ix) Escola de Eletricista** – visa formar um banco de eletricistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Até 2014, concluímos a formação de 115 novos eletricistas, sendo que 77 deles foram contratados; e **(x) Aprendiz SENAI** – o programa foi criado em 2012 e a empresa investiu em sua manutenção nos anos de 2013 e 2014. Visa capacitar jovens através da Escola SENAI e, ao final da formação, aqueles que apresentarem aproveitamento no curso são contratados. Até 2014, formamos 74 jovens e contratamos 37. Ainda em 2014 a CPFL iniciou nova parceria com o SENAI para formar 33 alunos da comunidade no curso de Corte e Religa. As formações serão concluídas em 2015, ano em que também terá início novas parcerias com o SENAI utilizando recursos do PRONATEC.

Gestão ambiental: (i) o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) 2013 da CPFL Energia foi premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol; (ii) as ações da empresa integram novamente a carteira do *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*. As ações da CPFL Energia também foram incluídas, pelo 10º ano consecutivo, na carteira ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2015; e (iii) cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:

Geração de energia - UHE Foz do Chapecó – (i) Soltura de 300 mil alevinos no reservatório, produzidos na Estação de Piscicultura de Águas de Chapecó/SC, para repovoamento do rio Uruguai; (ii) Recebida em outubro a 1ª Auditoria Externa de Manutenção do Sistema de Gestão Integrado, com recomendação da manutenção das certificações obtidas pela empresa em 2013; (iii) a Biofábrica instalada pela empresa em Alpestre/RS entregou mais de 9 mil mudas (banana, cana-de-açúcar, pitaia e abacaxi) para serem plantadas em unidades demonstrativas em comunidades lindeiras da Usina. Na Biofábrica, mudas de alta qualidade genética são produzidas em laboratório visando fortalecer a agricultura familiar local; (iv) assinatura de convênios com três associações de pescadores. Cada pescador associado recebeu uma verba para a aquisição de um freezer e equipamentos; a Ceran – mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007; **Companhia Energética Rio das Antas (Ceran)** - mantém um Sistema de Gestão Integrado, na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho). O Sistema atende aos requisitos das normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007; **UHE Campos Novos (Enercan)** - (i) Em 2014, a ENERCAN apoiou diversas ações voltadas ao desenvolvimento da região na área cultural, socioambiental e econômica, com apoio a 67 projetos, gerando cerca de 395 empregos diretos e indiretos, e beneficiando cerca de 100 mil pessoas, um deles é o Projeto Protetores Ambientais, voltados a Educação Ambiental, desenvolvido a partir de um Curso de Formação para 02 turmas dos municípios de Campos Novos, e Abdon Batista, o projeto em parceria com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, forma jovens estudantes para atuarem como agentes multiplicadores de preservação ambiental; (ii) pelo 3º ano consecutivo, a ENERCAN desenvolveu o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos; e (iii) a empresa obteve do órgão ambiental estadual a aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório – PCAU, que disciplina o uso das áreas de APP e do reservatório formado pela usina (iv) No mês de dezembro a empresa recebeu da FATMA Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, a renovação da Licença Ambiental de Operação com vigência para os próximos 96 (noventa e seis) meses; **UHE Barra Grande (BAESA)** – (i) Em 2014, o Programa de Responsabilidade Socioambiental viabilizou o apoio a 48 projetos para municípios da área de influência da UHE Barra Grande, com foco na geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social; (ii) implantada a 3ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece ações dos moradores da região na preservação da vegetação; (iii) A BAESA obteve em março a renovação da Licença de Operação com validade para 120 (cento e vinte) meses, em linhas gerais a nova licença apresentou uma redução de 14 condicionantes, a licença atual conta com 11 condicionantes frente a 25 condicionantes da licença anterior; (iv) Realizada a primeira soltura de peixes nativos no reservatório parte integrante do novo programa de ictiofauna da usina que prevê a soltura de 130 mil alevinos nos anos de 2014, 2015 e 2016, neste evento realizado no mês de novembro, foram soltos 4.500 alevinos de espécies piracanjuba, dourado e curimatá, as atividades contaram com a participação de alunos da escola municipal de Capão Alto/SC sendo acompanhada ainda pela Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros, imprensa e autoridades municipais (v) pelo 3º ano consecutivo, a BAESA recebeu a Certificação ODM, concedida pelo Movimento Nós Podemos Santa Catarina, pela atuação em defesa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

- **Distribuição de energia** – (i) continuidade do Programa de Arborização Urbana Viária, com doação de mudas às prefeituras municipais do Estado de São Paulo; (ii) para situações de emergências ambientais, as distribuidoras possuem contrato com empresa especializada, além de um seguro ambiental. Para ocorrências de menor extensão, as Estações Avançadas e os veículos com equipamentos hidráulicos contam com kits de emergência ambiental para uso imediato; (iii) a CETESB (órgão ambiental do Estado de



São Paulo) emitiu as Licenças de Operação para os sistemas elétricos da CPFL Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, além de Autorizações para Manutenção das Faixas de Segurança de Linhas de Distribuição Rural para as sete distribuidoras do grupo no Estado de São Paulo.

9. Auditores independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2014, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do total contrato de auditoria
Revisão DIPJ	12/03/2012	Ano calendário 2014	167.614,89	2%
Revisão dos procedimentos relativos ao aproveitamento do incentivo fiscal (IRPJ/CSLL) à Inovação Tecnológica	28/02/2014	5 meses	29.306,13	0%
Auditoria de itens financeiros e da conta de compensação de valores de itens da parcela "A" (CVA)	12/03/2012	Ano calendário 2014	461.087,94	6%
Auditoria para as Demonstrações Contábeis Regulatórias	31/03/2014	Média de 5 meses	497.690,01	6%
Asseguração sobre o cumprimento de <i>covenants</i> financeiros	09/05/2014	Ano calendário 2014	345.971,10	4%
Laudos Contábeis	12/03/2014	5 meses	245.625,03	3%
<i>Due Diligence</i>	02/05/2014	3 meses	412.857,15	5%
Trabalho de procedimentos acordados	10/01/2014	Média de 3 meses	31.716,09	0%
Relatório de Controle Patrimonial	02/05/2014	1 mês	102.623,84	1%
			2.294.492,18	28%

Como se observa, a CPFL Energia não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2014.

A CPFL Energia adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal, e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

10. Agradecimentos



A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na companhia no ano de 2014. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri

Balço Social Anual - 2014 / 2013 [*]

Empresa: CPFL Energia S.A. Consolidado

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)				
Receita líquida (RL)	17.305.942			14.633.856				
Resultado operacional (RO)	1.510.304			1.519.200				
Folha de pagamento bruta (FPB)	684.724			648.975				
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL		
Alimentação	61.294	8,95%	0,35%	54.505	8,40%	0,37%		
Encargos sociais compulsórios	185.320	27,06%	1,07%	175.130	26,99%	1,20%		
Previdência privada	38.630	5,64%	0,22%	39.292	6,05%	0,27%		
Saúde	39.364	5,75%	0,23%	35.338	5,45%	0,24%		
Segurança e saúde no trabalho	3.193	0,47%	0,02%	3.146	0,48%	0,02%		
Educação	2.223	0,32%	0,01%	2.454	0,38%	0,02%		
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.742	1,13%	0,04%	10.801	1,66%	0,07%		
Creches ou auxílio-creche	969	0,14%	0,01%	951	0,15%	0,01%		
Participação nos lucros ou resultados	62.283	9,10%	0,36%	35.295	5,44%	0,24%		
Outros	6.885	1,01%	0,04%	5.811	0,90%	0,04%		
Total - Indicadores sociais internos	407.903	59,57%	2,36%	362.723	55,89%	2,48%		
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Educação	125	0,01%	0,00%	909	0,06%	0,01%		
Cultura	8.723	0,58%	0,05%	11.992	0,79%	0,08%		
Saúde e saneamento	346	0,02%	0,00%	634	0,04%	0,00%		
Esporte	1.373	0,09%	0,01%	1.553	0,10%	0,01%		
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Outros	6.455	0,43%	0,04%	6.960	0,46%	0,05%		
Total das contribuições para a sociedade	17.022	1,13%	0,10%	22.048	1,45%	0,15%		
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.911.425	325,19%	28,38%	4.292.848	282,57%	29,34%		
Total - Indicadores sociais externos	4.928.447	326,32%	28,48%	4.314.896	284,02%	29,49%		
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	31.837	2,11%	0,18%	37.407	2,46%	0,26%		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	57.625	3,82%	0,33%	59.047	3,89%	0,40%		
Total dos investimentos em meio ambiente	89.462	5,92%	0,52%	96.454	6,35%	0,66%		
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013				
Nº de empregados(as) ao final do período	9.136			8.391				
Nº de admissões durante o período	2.405			1.778				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND				
Nº de estagiários(as)	188			130				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.107			2.011				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.146			1.969				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,94%			14,29%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.684			1.340				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,17%			2,22%				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	289			273				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			2013				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,03			20,27				
Número total de acidentes de trabalho	54			31				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT		
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1.964.743	no Procon 3.112	na Justiça 6.025	na empresa 1.778.161	no Procon 3.005	na Justiça 7.228		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 5,8%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 10,3%		
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2014 8.766.905			Em 2013 7.876.452				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	57,5% governo 9,3% colaboradores(as) 8,7% acionistas 23,1% terceiros 1,4% retido			56,1% governo 9,5% colaboradores(as) 10,6% acionistas 22,3% terceiros 1,4% retido				
7 - Outras Informações	Responsável pelo Preenchimento: Sergio Luis Felice, fone (19) - 3756-8018, sfelice@cpfl.com.br							
(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes								



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	799.775	990.672	4.357.455	4.206.422
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	2.251.124	2.007.789
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	942.367	697.702	54.483	55.265
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.324	24.806
Tributos a compensar	7	49.071	29.874	329.638	262.433
Derivativos	35	-	-	23.260	1.842
Ativo financeiro setorial	8	-	-	610.931	-
Estoques		-	-	18.505	21.625
Arrendamentos	10	-	-	12.396	10.757
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	540.094	-
Outros créditos	12	976	1.984	1.011.495	673.383
Total do circulante		1.792.189	1.720.232	9.214.704	7.264.323
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	123.405	153.854
Coligadas, controladas e controladora	32	12.089	8.948	100.666	86.655
Depósitos judiciais	22	546	92	1.162.477	1.143.179
Tributos a compensar	7	-	-	144.383	173.362
Ativo financeiro setorial	8	-	-	321.788	-
Derivativos	35	-	-	584.917	316.648
Créditos fiscais diferidos	9	150.628	165.798	938.496	1.168.706
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	55.157	59.397	-	-
Arrendamentos	10	-	-	35.169	37.817
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	2.834.522	2.787.073
Investimentos ao custo		-	-	116.654	116.654
Outros créditos	12	15.818	14.389	388.828	296.096
Investimentos	13	6.290.998	6.419.924	1.098.769	1.032.681
Imobilizado	14	843	1.000	8.878.064	7.717.419
Intangível	15	18	32	9.155.973	8.748.328
Total do não circulante		6.526.098	6.669.579	25.884.112	23.778.473
Total do Ativo		8.318.287	8.389.811	35.098.816	31.042.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante					
Fornecedores	16	791	1.127	2.374.147	1.884.693
Encargos de dívidas	17	-	-	97.525	125.829
Encargos de debêntures	18	15.020	12.438	293.108	162.134
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.093.500	1.514.626
Debêntures	18	1.289.386	-	2.042.075	34.872
Entidade de previdência privada	19	-	-	85.374	76.810
Taxas regulamentares	20	-	-	43.795	32.379
Impostos, taxas e contribuições	21	1.859	359	436.267	318.063
Dividendo e juros sobre capital próprio		13.555	15.407	19.086	21.224
Obrigações estimadas com pessoal		-	10	70.252	67.633
Derivativos	35	-	-	38	-
Passivo financeiro setorial	8	-	-	21.998	-
Uso do bem público	23	-	-	4.000	3.738
Outras contas a pagar	24	17.877	16.904	835.941	663.529
Total do circulante		1.338.488	46.246	7.417.104	4.905.531
Não circulante					
Fornecedores	16	-	-	633	-
Encargos de dívidas	17	-	-	60.717	43.396
Encargos de debêntures	18	-	-	-	32.177
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	9.426.634	7.546.144
Debêntures	18	-	1.287.912	6.136.400	7.562.219
Entidade de previdência privada	19	-	-	518.386	350.640
Impostos, taxas e contribuições	21	-	-	-	32.555
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	1.385.498	1.117.146
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	725	260	490.858	467.996
Derivativos	35	-	-	13.317	2.950
Uso do bem público	23	-	-	80.992	79.438
Outras contas a pagar	24	35.540	31.495	183.766	103.886
Total do não circulante		36.264	1.319.667	18.297.200	17.338.547
Patrimônio líquido	25				
Capital social		4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424
Reservas de capital		468.082	287.630	468.082	287.630
Reserva legal		650.811	603.352	650.811	603.352
Reserva de retenção de lucros para investimento		-	108.987	-	108.987
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		330.437	265.037	330.437	265.037
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		554.888	-	554.888	-
Dividendo		-	567.802	-	567.802
Resultado abrangente acumulado		145.893	397.668	145.893	397.668
		6.943.535	7.023.899	6.943.535	7.023.899
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2.440.978	1.774.819
Total patrimônio líquido		6.943.535	7.023.899	9.384.513	8.798.718
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.318.287	8.389.811	35.098.816	31.042.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	27	61	1.649	17.305.942	14.633.856
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	28	-	-	(10.643.130)	(8.196.687)
Custo de operação	29	-	-	(1.672.359)	(1.467.516)
Custo do serviço prestado a terceiros	29	-	-	(946.052)	(1.009.518)
Lucro operacional bruto		61	1.649	4.044.401	3.960.135
Despesas operacionais	29				
Despesas com vendas		-	-	(402.698)	(376.597)
Despesas gerais e administrativas		(26.175)	(22.626)	(773.630)	(928.614)
Outras despesas operacionais		-	-	(328.000)	(285.148)
Resultado do serviço		(26.114)	(20.977)	2.540.073	2.369.775
Resultado de participações societárias	13	1.011.185	1.022.779	59.684	120.868
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		117.855	57.637	890.436	699.208
Despesas financeiras		(143.319)	(84.497)	(1.979.890)	(1.670.651)
		(25.464)	(26.860)	(1.089.454)	(971.443)
Lucro antes dos tributos		959.607	974.942	1.510.304	1.519.200
Contribuição social	9	5.172	(8.257)	(168.989)	(156.756)
Imposto de renda	9	(15.602)	(29.267)	(454.871)	(413.408)
		(10.430)	(37.523)	(623.860)	(570.164)
Lucro líquido do exercício		949.177	937.419	886.443	949.036
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				949.177	937.419
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				(62.733)	11.618
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	26	0,99	0,97	0,99	0,97
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	26	0,97	0,95	0,97	0,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



	<u>Controladora</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	949.177	937.419
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Resultado abrangente do exercício, reflexo sobre os investimentos da Companhia	(225.720)	460.226
Resultado abrangente do exercício - individual	<u>723.457</u>	<u>1.397.645</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	886.443	949.036
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos/(Perdas) atuariais, líquido de efeitos fiscais	(225.720)	460.226
Resultado abrangente consolidado do exercício	<u>660.724</u>	<u>1.409.262</u>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	723.457	1.397.645
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	(62.733)	11.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária		Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do PL	Total do Patrimônio líquido	
				Reserva de retenção de lucros para investimento	Ativo financeiro da concessão									Reforço de capital de giro
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.793.424	228.322	556.481	326.899	-	-	455.906	535.627	(572.225)	56.293	6.380.728	19.741	1.490.660	7.891.129
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.419	937.419	-	11.617	949.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.419	937.419	-	11.617	949.036
Outros resultados abrangentes: ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	460.226	-	460.226	-	-	460.226
Mutações Internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.336)	-	-	39.336	-	(1.895)	1.895	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.374	-	-	(13.374)	-	644	(644)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	108.987	-	-	-	-	-	(108.987)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	46.671	-	-	-	-	-	-	(46.671)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	(326.899)	326.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	(61.863)	-	-	-	-	61.863	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.172	5.172	-	-	5.172
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(363.049)	(363.049)	-	(2.301)	(365.349)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	567.802	-	-	-	(567.802)	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(455.906)	-	-	-	-	(455.906)	-	(17.589)	(473.495)
Integralização de capital de acionistas não controladores em	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.566	3.566
Oferta de ações CPFL Renováveis	-	59.308	-	-	-	-	-	-	-	-	59.308	-	269.191	328.500
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.793.424	287.630	603.352	108.987	265.036	-	567.802	509.666	(111.998)	-	7.023.899	18.490	1.756.328	8.798.718
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	949.177	949.177	-	(62.733)	886.443
Outros resultados abrangentes: perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.720)	-	(225.720)	-	-	(225.720)
Mutações Internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(39.478)	-	-	39.478	-	(2.254)	2.254	-
Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	13.422	-	-	(13.422)	-	766	(766)	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	47.459	-	-	-	-	-	-	(47.459)	-	-	-	-
Realização/reversão da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(108.987)	-	-	-	-	-	108.987	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	65.400	554.888	-	-	-	(620.288)	-	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	(33)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo Prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.722	5.722	-	-	5.722
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(422.195)	(422.195)	-	(2.382)	(424.576)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	567.802	-	-	-	(567.802)	-	-	(27.156)	(594.958)
Resgate de reserva de capital sócio não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.189)	(2.189)
Aumento de capital em controladas sem alteração no controle	-	362	-	-	-	-	-	-	-	-	362	-	760	1.123
Ganho / (perda) em participação sem alteração no controle	-	(207)	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)	-	207	-
Combinação de negócios CPFL Renováveis / DESA	-	180.297	-	-	-	-	-	-	-	-	180.297	-	653.366	833.663
Combinação de negócios CPFL Renováveis/DESA - efeito de não controlador de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106.320	106.320
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.793.424	468.082	650.811	-	330.437	554.888	-	483.610	(337.718)	-	6.943.535	17.003	2.423.975	9.384.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes dos tributos	959.607	974.942	1.510.304	1.519.200
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	173	76	1.159.964	1.055.230
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	640	267	191.228	316.787
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	83.699	70.324
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	142.278	81.189	1.486.061	1.294.281
Despesa (receita) com plano de pensão	-	-	48.165	61.665
Equivalência patrimonial	(1.011.185)	(1.022.779)	(59.684)	(120.868)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	20.726	7.248
PIS e COFINS diferidos	-	-	24.946	28.328
Outros	-	-	(2.431)	(5.218)
	91.513	33.695	4.462.978	4.226.977
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(265.103)	129.731
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.248.982	792.146	40.374	112.607
Tributos a compensar	1.564	21.797	(134)	42.176
Operações de arrendamento	-	-	1.009	1.648
Depósitos judiciais	(444)	12.935	65.732	101.310
Ativo financeiro setorial	-	-	(932.719)	-
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	-	-	(352.379)	(145.571)
Outros ativos operacionais	(411)	(1.196)	(41.665)	(30.725)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(336)	(156)	470.982	191.089
Outros tributos e contribuições sociais	(389)	(147)	193.357	(130.405)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(118.897)	(85.546)
Taxas regulamentares	-	-	11.415	(78.397)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(209)	(12.991)	(188.000)	(184.070)
Passivo financeiro setorial	-	-	21.998	-
Contas a pagar - CDE	-	-	25.807	9.246
Outros passivos operacionais	5.693	(435)	83.458	10.820
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.345.963	845.648	3.478.213	4.170.890
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(138.599)	(76.561)	(1.333.570)	(1.093.465)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.463)	(27.551)	(552.070)	(559.879)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.185.901	741.536	1.592.573	2.517.546
Atividades de investimento				
Valor pago em combinação de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	(68.464)	-
Caixa incorporado em combinação de negócios	-	-	139.293	-
Aumento de capital em investidas	(360.000)	(1.563)	(45.445)	-
Aquisições de imobilizado	-	(345)	(345.049)	(882.588)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	4.710	(7.839)	41.392
Adições de intangível	(13)	-	(716.818)	(852.248)
Venda de ativo não circulante	-	-	43.024	80.945
Adiantamento para futuro aumento de capital	(27.153)	(59.342)	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(2.822)	(8.290)	949	(81.456)
Devolução de adiantamento a fornecedores	-	-	67.342	-
Outros	-	-	-	(584)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(389.988)	(64.830)	(933.007)	(1.694.539)
Atividades de financiamento				
Oferta pública de ações de controlada	-	-	-	328.500
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	1.123	-
Captação de empréstimos e debêntures	-	1.287.180	3.186.384	5.958.322
Amortização de principal de empréstimos, debêntures e derivativos	-	(299.535)	(2.679.399)	(4.499.451)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(986.811)	(815.514)	(1.016.641)	(838.990)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(986.811)	172.131	(508.533)	948.381
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(190.897)	848.837	151.033	1.771.388
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	990.672	141.835	4.206.422	2.435.034
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	799.775	990.672	4.357.455	4.206.422

CPFL Energia S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
1 - Receita	81	2.162	23.057.172	20.202.380
1.1 Receita de venda de energia e serviços	78	1.817	21.851.381	18.334.968
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	3	345	344.492	933.337
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	944.997	1.004.399
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(83.699)	(70.324)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(7.701)	(8.881)	(14.092.481)	(12.112.643)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(11.780.445)	(9.125.580)
2.2 Material	(21)	(320)	(857.284)	(1.276.079)
2.3 Serviços de terceiros	(5.060)	(5.370)	(1.008.775)	(1.106.872)
2.4 Outros	(2.620)	(3.191)	(445.978)	(604.112)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(7.620)	(6.719)	8.964.691	8.089.737
4 - Retenções	(173)	(76)	(1.160.713)	(1.057.261)
4.1 Depreciação e amortização	(173)	(76)	(875.696)	(760.285)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(285.018)	(296.977)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(7.793)	(6.794)	7.803.977	7.032.475
6 - Valor adicionado recebido em transferência	1.141.740	1.095.519	962.928	843.976
6.1 Receitas financeiras	130.555	72.740	903.244	723.109
6.2 Equivalência patrimonial	1.011.185	1.022.779	59.684	120.868
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.133.947	1.088.725	8.766.905	7.876.452
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	15.507	11.362	814.979	748.258
8.1.1 Remuneração direta	8.455	8.209	500.471	460.477
8.1.2 Benefícios	6.257	2.248	275.322	251.652
8.1.3 F.G.T.S	796	905	39.186	36.129
8.2 Impostos, taxas e contribuições	25.807	55.343	5.044.467	4.421.938
8.2.1 Federais	25.782	55.322	1.916.922	1.625.798
8.2.2 Estaduais	24	20	3.109.743	2.782.086
8.2.3 Municipais	-	-	17.802	14.053
8.3 Remuneração de capital de terceiros	143.456	84.602	2.021.016	1.757.220
8.3.1 Juros	143.318	84.475	1.954.293	1.711.922
8.3.2 Aluguéis	138	127	46.929	45.297
8.3.3 Outros	-	-	19.794	1
8.4 Remuneração de capital próprio	949.177	937.419	886.443	949.036
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	281.430	843.424	208.674	836.452
8.4.2 Lucros retidos	667.747	93.995	677.770	112.584
	1.133.947	1.088.725	8.766.905	7.876.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar – Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	234	4.128	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de S. Paulo	27	1.620	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	255	1.415	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	202	16 anos	Julho de 2015
Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	7	56	16 anos	Julho de 2015
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Jaguarí")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	2	38	16 anos	Julho de 2015
Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	5	81	16 anos	Julho de 2015
Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	45	16 anos	Julho de 2015

Geração de energia (fontes convencionais e renováveis)	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada (MW)	
					Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo e Goiás	1 Hidrelétrica, 1 PCHs (a) e 1 térmica	694	694
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360	234
Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880	429
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690	173
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 57,13%	Paraíba	2 Térmicas	342	195
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93% (b)	Tocantins	1 Hidrelétrica	903	63
CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 51,61%	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Centrais Geradoras Ltda ("CPFL Centrais Geradoras")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	9 PCHs	24	24



Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista S.A. ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
NECT Serviços Administrativos Ltda ("Nect")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda. ("CPFL Total")	Sociedade Limitada	Serviços de arrecadação e cobrança	Direta 100%
CPFL Telecom S.A ("CPFL Telecom")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%
CPFL Transmissão Piracicaba S.A ("CPFL Transmissão")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços na área de transmissão de energia elétrica	Indireta 100%
CPFL Eficiência Energética S.A ("CPFL ESCO") (e)	Sociedade por ações de capital fechado	Gestão em eficiência energética (e)	Direta 100%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Jaguariúna Participações Ltda ("CPFL Jaguariúna")	Sociedade Limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
CPFL Jaguar de Geração de Energia Ltda ("Jaguar Geração")	Sociedade Limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense") (d)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%

- a) PCH - Pequena Central Hidrelétrica.
- b) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,94% de participação no capital social total).
- c) A CPFL Renováveis possui operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2014, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 129 projetos de 3.020,5 MW de capacidade instalada (1.769,0 MW em operação), sendo:



- Geração de energia hidrelétrica: 48 PCH's (571 MW) com 38 PCH's em operação (399 MW) e 10 PCH's em desenvolvimento (172 MW);
 - Geração de energia eólica: 73 projetos (2.078,4 MW) com 33 projetos em operação (998,9 MW) e 40 projetos em construção/desenvolvimento (1.079,5 MW);
 - Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
 - Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)
- d) O empreendimento controlado em conjunto Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.
- e) A CPFL Eficiência Energética S.A. ("CPFL ESCO"), anteriormente denominada CPFL Participações S.A., foi criada com objetivo de prestação de serviços principalmente de consultoria e gestão em eficiência energética e qualidade de energia, locação de bens para centrais de geração, participação em mercados de comercialização de energia, projetos de pesquisa e desenvolvimento de programas relacionados à energia e participação no capital social de outras sociedades.

Com relação às concessões que se encerram em 2015, em 26 de junho de 2012, as respectivas controladas solicitaram a prorrogação dos respectivos contratos de concessão, nas mesmas condições atuais, resguardando seu direito de rever este pedido caso haja alteração nas condições contratuais vigentes. Em 10 de outubro de 2012 as controladas ratificaram o pedido de prorrogação. Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") enviou para as distribuidoras o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando os requerimentos de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação destes pedidos. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. Entretanto, a expectativa da Administração é de que estes pedidos de prorrogação sejam aprovados, e em caso de não prorrogação, não são esperados impactos significativos nas operações consolidadas e respectivas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 16 de março de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos



mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Arrendamento;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 12 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 14 – Ativo imobilizado e redução ao valor recuperável;
- Nota 15 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 19 – Entidade de previdência privada;
- Nota 22 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 24 – Outras contas a pagar (Provisão para custos socioambientais);
- Nota 27 – Receita operacional líquida;
- Nota 28 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 35 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios:

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.



(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, empresas que a Companhia tenha influência significativa, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Geração, CPFL Brasil, CPFL Jaguari Geração e CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Energia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada período apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 13.8.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

2.6 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (iii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); (iv) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (v) atividades de prestação de serviços (“Serviços”); e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.



2.7 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e CPFL Renováveis.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo I-GPM. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda, tendo como contrapartida as contas de receita ou despesa financeira no resultado do exercício (nota 4).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão



amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- (i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (iv) Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e



consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

- (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25 e IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 35.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado linearmente, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos que contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. O imobilizado é depreciado com base na vida útil estimada do ativo ou prazo de arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, as contas a receber de arrendatários são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado.



Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do contrato de arrendamento de modo que seja obtida uma taxa efetiva sobre o saldo do investimento/passivo existente.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão entretanto determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.



O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, autoriza as concessionárias do serviço público de energia elétrica a desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão, nos termos dos artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, alterado pelo Decreto n.º 56.227, de 30 de abril de 1965.

- (iii) Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente



indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável, qualquer aumento no valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Uma das formas utilizadas para avaliação do *impairment* são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo consideradas Patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com

os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada (“preço fixo”), sendo as perdas, caso existam, reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.



3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

3.13 Subvenção governamental – CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos períodos nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários e como recuperação de despesa os custos com risco hidrológico, exposição involuntária e encargos de ESS – Encargos do Serviço do Sistema.

As subvenções recebidas via aporte CDE (notas 27 e 28) referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras, nos termos do IAS 20/CPC 07.



3.14 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando as concessionárias e permissionárias autorizadas a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita das distribuidoras é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis) - composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Em 25 de novembro de 2014, conforme Despacho nº 4.621, a ANEEL aprovou termo aditivo aos contratos de concessão e permissão das empresas de distribuição, mediante a inclusão de cláusula específica garantindo que os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção da concessão, por qualquer motivo, serão objeto de indenização.

Em 10 de dezembro de 2014, as oito controladas de distribuição assinaram termo aditivo aos contratos de concessão. Este aditivo inclui cláusula específica que garante que os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção da concessão, por qualquer motivo, serão objeto de indenização (“componentes tarifários”). Esta mudança contratual assegura a partir da data de sua assinatura, o direito (e impõe a obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro. Portanto, este evento extingue as incertezas quanto a realização do ativo e exigibilidade do passivo. Desta forma, a Companhia e suas controladas de distribuição, passaram a reconhecer os componentes de Parcela A e outros componentes financeiros, como ativos e passivos financeiros, em contrapartida à rubrica Ativo Financeiro Setorial em Outras Receitas Operacionais. Após o reconhecimento inicial, os saldos de ativo e passivo setorial são atualizados monetariamente com base na variação da SELIC ou IPCA, dependendo de suas respectivas naturezas.

Em conformidade com o CPC 23 / IAS 8, o registro ocorreu prospectivamente a partir de dezembro de 2014.

3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida



e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.16 Novas normas e interpretações adotadas

No exercício de 2014, foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014:

a) Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações ao IAS 32/CPC 39 esclarecem questões relacionadas às exigências de compensação de instrumentos financeiros ativos e passivos e endereçam inconsistências na política anterior na aplicação dos critérios de compensação. As alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensação” e “realização e liquidação simultâneas”.

A Companhia aplicou estas alterações pela primeira vez no exercício corrente de forma retrospectiva, porém, como a Companhia e suas controladas não possuem ativos e passivos financeiros que se qualificam para compensação, a aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de investimento

As alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra nesta definição não consolide suas controladas, mas que as mensure pelo valor justo através do resultado. Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade deve: (i) obter recursos de um ou mais investidores em troca de serviços profissionais de gestão de investimentos; (ii) comprometer-se com seus investidores de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou ambos; e (iii) mensurar e avaliar o desempenho de seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12/CPC 45 e à IAS 27/CPC 35 (R2) para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Como a Companhia não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10/CPC 36 (R3)), a aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) IFRIC 21 / ICPC 19 Tributos

A IFRIC 21 / ICPC 19 endereça a contabilização de passivo para pagamento de tributos se este passivo estiver no escopo do IAS 37. Também endereça a contabilização de um passivo para pagamento de tributos cujo prazo e montante sejam certos.

A Companhia aplicou estas alterações pela primeira vez no exercício corrente de forma retrospectiva, porém, a aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

d) Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de valor recuperável para ativos não financeiros

As alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) endereçam a divulgação de informações sobre o valor recuperável de ativos se este for baseado em valor justo menos custos de desativação. Estas alterações excluem os requerimentos de divulgação do montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável ou reversão de redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, foram introduzidas divulgações adicionais para quando o valor recuperável de um ativo é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação, incluindo hierarquia do valor justo e premissas de valorização utilizadas.

A aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o valor recuperável de seus ativos está baseado nos seus valores em uso.

e) Alterações ao IAS 39/CPC 38 – Novação de derivativos e continuidade de contabilidade de hedge

As alterações ao IAS 39/CPC 38 (i) excluem a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um instrumento de hedge é renovado e (ii) esclarecem que qualquer mudança no valor justo do instrumento de hedge derivativo que ocorra devido à novação deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.

A Companhia não aplica a contabilidade de hedge em suas transações, por isso estas alterações não causaram nenhum impacto nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

f) Alterações as IFRSs – Melhorias anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)

As alterações estabelecidas nestas melhorias são as seguintes:

- f.1) Alterações na IFRS 2/CPC 10 (R1): (i) alteram a definição de “condição de aquisição” (*vesting condition*) e “condição de mercado” (*market condition*); e (ii) adicionam “condição de performance” e “condição de serviço”, que anteriormente estavam incluídas na definição de *vesting condition*;
- f.2) Alterações na IFRS 3/CPC 15 (R1): esclarecem que as contraprestações contingentes classificadas como ativo ou passivo devem ser mensuradas pelo valor justo a cada data de reporte, independente se for um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não financeiro. As mudanças no valor justo que não sejam ajustes de mensuração do período devem ser reconhecidas no resultado do exercício;
- f.3) Alterações na IFRS 8/CPC 22: estabelecem a divulgação dos julgamentos efetuados pela Administração ao agregar segmentos operacionais, incluindo descrição dos segmentos agregados e indicadores utilizados para determinar se os segmentos possuem “características econômicas semelhantes”. Adicionalmente, esclarece que a reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportados e o total dos ativos da Companhia devem ser apresentados apenas se os ativos por segmento forem regularmente utilizados pelos tomadores de decisão;
- f.4) Alterações na base de conclusões da IFRS 13/CPC 46: esclarecem que não se exclui a possibilidade de mensuração de recebíveis e obrigações a curto prazo sem incidência de juros pelo montante da nota fiscal, sem descontos, caso o efeito desse desconto seja imaterial. Como essas alterações não possuem data inicial de vigência, considera-se como imediatamente efetivas;
- f.5) Alterações das IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1): eliminam inconsistências na contabilização de depreciação e amortização acumulada na reavaliação de ativo imobilizado ou intangível.

Esclarecem que o valor contábil bruto é ajustado de forma consistente com a reavaliação do valor do ativo e que a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre o valor bruto do bem e o valor do bem após perdas de *impairment* acumuladas;

- f.6) Alterações na IAS 24/CPC 5 (R1): esclarecem que uma entidade do grupo que presta serviços de pessoal-chave da Administração para a entidade que reporta (“Companhia”) ou para a controladora da Companhia é uma parte relacionada. Consequentemente, a Companhia deve divulgar como transações com partes relacionadas os valores incorridos com o serviço, pagos ou a pagar, para a entidade do grupo, em contrapartida à prestação de serviços de pessoal-chave da Administração. Porém, não é necessário divulgar os componentes da contraprestação paga.

A aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

g) Alterações as IFRSs – Melhorias anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)

As alterações estabelecidas nestas melhorias são as seguintes:

- g.1) Alterações na IFRS 3/CPC 15 (R1): esclarecem que o IFRS 3/CPC 15(R1) não é aplicável à contabilizações da formação de todos os tipos de operações compartilhadas na demonstração financeira da empresa de controle compartilhado;
- g.2) Alterações na IFRS 13/CPC 46: esclarecem que o escopo das alternativas de exceções para a mensuração do valor justo de ativos e passivos financeiros em bases compensadas incluem todos os contratos que estão no escopo ou registrados de acordo com a IAS 39 ou IFRS 9, mesmo se os contratos não se enquadrarem na definição de ativos ou passivos financeiros da IAS 32;
- g.3) Alterações na IAS 40/CPC 28: esclarece que a IAS 40/CPC 28 e a IFRS 3/CPC 15 (R1) não são mutuamente excludentes e a aplicação de ambas as normas pode ser requerida. Consequentemente, uma empresa que adquire uma propriedade de investimento precisa determinar se a propriedade se enquadra na definição de propriedade de investimento nos termos da IAS 40/CPC 28 e na definição de uma combinação de negócios da IFRS 3.

A aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.17 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e consequentemente a Companhia não as adotou:

a) IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

A adoção está prevista para a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo as alterações relacionadas ao *impairment*, mensuração e classificação.

Com relação às alterações nos ativos financeiros, as controladas de distribuição possuem ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do IAS



39/CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão das controladas de distribuição. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda é em função da não classificação nas outras três categorias descritas no IAS 39/CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento).

Se estes instrumentos fossem classificados de acordo com a nova norma de valor justo contra resultado ou custo amortizado, seriam designados e mensurados pelo “valor justo contra resultado”. Estes ativos financeiros correspondem ao valor justo da indenização ao final da concessão, e, portanto, são enquadrados neste conceito.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial destas alterações, a Companhia estima que, apesar de deter ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas

A IFRS 14 determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada apenas para adotantes iniciais das IFRSs, permitindo aos adotantes iniciais manterem suas políticas e práticas contábeis sobre ativos e passivos regulatórios contabilizadas conforme os GAAP anteriores.

A IFRS 14 é aplicável para as primeiras demonstrações financeiras anuais elaboradas de acordo com as IFRSs da entidade para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.

Como a Companhia e suas controladas não são adotantes iniciais das IFRSs, não haverá impactos em suas demonstrações financeiras.

c) IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera 5 passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação definida no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de performance do contrato e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de performar.

Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente e estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações.

Esta norma será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017 e, a Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

d) Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções para contabilização de aquisições de negócios em conjunto que constituam um “negócio” pela definição estabelecida na IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Estas alterações estabelecem os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios no que se refere ao teste de recuperabilidade de um ativo para o qual o ágio originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente for beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes participantes. Também é requerido que um negócio em conjunto divulgue as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

Estas alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial destas alterações, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

e) Alterações a IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas de utilizarem o método de depreciação baseada na receita.

As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível, exceto quando: (i) o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou (ii) for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

As alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Atualmente, a Companhia utiliza o método de amortização do ativo intangível de concessão com base na curva do resultado projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão, cujas projeções são revistas anualmente. Para os saldos da controlada CPFL Renováveis, a amortização é registrada pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, pelo método linear.

Em uma análise preliminar, a Companhia avaliou que parte dos ativos intangíveis classificados no item (i) utilizam a curva de lucro como método de amortização. Considerando as alterações em questão, não será mais permitida a adoção deste método e, desta maneira, a Companhia passaria a amortizar estes ativos intangíveis, de maneira prospectiva e a partir de 2016, linearmente pelo prazo remanescente das concessões. O efeito estimado de forma preliminar e inicial é de uma amortização menor em R\$ 91.255 entre os períodos de 2016 a 2021, gerando um lucro maior estimado em R\$ 85.415. Tal efeito será compensado com um aumento da amortização entre os períodos de 2022 a 2036.

f) Aditivo ao IAS 19/CPC 33 (R1) - Planos de benefício definido: contribuições de empregados

Estas alterações se aplicam a contribuições de empregados ou terceiros aos planos de benefícios definidos. O objetivo das alterações é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, por exemplo, contribuições de empregados que são calculadas de acordo com um percentual fixo do salário.

Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1 de Julho de 2014. Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as



informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 35) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 estabeleceu que, para aquelas concessões cujo prazo vence até 2017, o cálculo do valor da indenização no momento da reversão dos ativos utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios a serem estabelecidos em regulamento do poder concedente. Para as demais concessões que se encerram após 2017, a Administração da Companhia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de valorização dos ativos utilizando a metodologia do valor novo de reposição, de forma similar à estabelecida pela Lei 12.783/13.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.



(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldos bancários	628	936	177.872	132.130
Aplicações financeiras	799.147	989.737	4.179.583	4.074.292
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	84.512	46.809
Certificado de depósitos bancários (b)	-	-	557.018	377.556
Operações compromissadas em debêntures (b)	-	-	15.985	8.970
Fundos de investimento (c)	799.147	989.737	3.522.069	3.640.957
Total	799.775	990.672	4.357.455	4.206.422

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").
- b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:



	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2014	31/12/2013
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	196.656	234.465	38.197	469.318	500.623
Industrial	85.161	51.311	34.600	171.072	179.953
Comercial	90.574	46.308	11.238	148.120	173.828
Rural	27.882	7.300	1.136	36.319	35.023
Poder público	38.606	8.052	418	47.076	33.906
Iluminação pública	31.633	5.541	7.976	45.151	38.134
Serviço público	43.547	5.100	131	48.777	41.182
Faturado	514.060	358.077	93.696	965.833	1.002.649
Não faturado	705.318	-	-	705.318	627.852
Parcelamento de débito de consumidores	73.217	10.272	20.023	103.512	128.782
Energia livre	388	-	-	388	4.161
Operações realizadas na CCEE	227.986	-	-	227.986	21.313
Concessionárias e permissionárias	334.403	-	-	334.403	324.535
Outros	18.271	-	-	18.272	24.254
	1.873.643	368.349	113.718	2.355.712	2.133.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(104.588)	(125.758)
Total				2.251.124	2.007.789
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	96.547	-	-	96.547	120.042
Energia livre	4.139	-	-	4.139	-
Operações realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
	141.988	-	-	141.988	161.343
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(18.583)	(7.489)
Total				123.405	153.854

Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e Permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Geração, CPFL Brasil e CPFL Renováveis.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:



	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2012	(128.478)	(22.000)	(150.479)
Provisão revertida (constituída)	(111.768)	3.999	(107.769)
Recuperação de receita	35.016	2.429	37.445
Baixa de contas a receber provisionadas	71.984	2.421	74.405
Saldo em 31/12/2013	(133.247)	(13.152)	(146.400)
Provisão revertida (constituída)	(129.482)	(3.444)	(132.925)
Recuperação de receita	49.363	(136)	49.227
Baixa de contas a receber provisionadas	90.196	1.446	91.642
Saldo em 31/12/2014	(123.171)	(15.285)	(138.457)
Circulante	(104.588)	(13.304)	(117.892)
Não Circulante	(18.583)	(1.981)	(20.564)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	393	21.951	3.054
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	1.301	32.030	5.767
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	20.594	14.091	21.044	14.537
Imposto de renda e contribuição social a compensar	870	807	51.236	14.731
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	21.530	13.218	88.249	106.627
ICMS a compensar	-	-	66.641	77.559
Programa de integração social - PIS	1.072	-	7.527	6.783
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.005	42	38.098	30.123
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	1	1.846	2.279
Outros	-	20	1.015	972
Total	49.071	29.874	329.638	262.433
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	46.555	42.848
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	8.352	11.851
ICMS a compensar	-	-	79.223	99.777
Programa de integração social - PIS	-	-	1.576	3.073
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	7.305	14.116
Outros	-	-	1.372	1.698
Total	-	-	144.383	173.362

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - O saldo de 31 de dezembro de 2014 refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Contribuição Social a Compensar – CSLL - No não circulante, o saldo refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando o trâmite regular de habilitação do crédito junto à Receita Federal, para realizar a compensação sistêmica e financeira do crédito.

ICMS a Compensar – No não circulante, refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.



PIS e Cofins – No não circulante, o saldo refere-se basicamente a créditos reconhecidos pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionados à aquisição de equipamentos, que serão realizados através da depreciação dos respectivos equipamentos.

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos do ativo e passivo financeiro setorial é como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>
Parcela "A"	
CVA (*)	
CCC (**)	58
CDE	53.198
Custos energia elétrica	1.248.165
EER (Encargo de energia de reserva)	(18.922)
ESS	(603.321)
Proinfa	9.249
Rede básica	154.593
Repasse de Itaipu	(309.727)
Transporte de Itaipu	4.076
Neutralidade dos encargos setoriais	(12.338)
Sobrecontratação	597.422
Outros componentes financeiros	(211.735)
	<u>910.720</u>
Ativo circulante	610.931
Ativo não circulante	321.788
Passivo circulante	(21.998)
	<u>910.720</u>

(*) Conta de compensação de valores de itens da Parcela A

(**) Conta de Consumo de Combustível

Como os ativos e passivos setoriais foram reconhecidos em dezembro de 2014, nenhuma receita ou despesa financeira foi apropriada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

a) CVA

Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

b) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às



tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente por IPC-A (sobras) ou SELIC (déficit) e compensados nos processos tarifários subsequentes.

c) Reajuste Tarifário e Revisão Tarifária

São componentes financeiros concedidos para compensar eventuais recálculos de processos tarifários pela ANEEL, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores.

d) Outros componentes financeiros

Refere-se principalmente à (i) exposição por diferenças de preços entre submercados impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR e (ii) garantias financeiras, relacionadas à compensação do custo do aporte prévio de garantias exigido das distribuidoras para a realização de transações comerciais entre os agentes do setor.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<u>Crédito/(Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	41.133	41.245	47.564	47.660
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	107.359	121.820
Diferenças temporariamente indedutíveis	348	511	(290.367)	(185.861)
Subtotal	41.481	41.756	(135.444)	(16.381)
<u>Crédito/(Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	108.182	123.429	126.085	141.113
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	367.944	416.418
Diferenças temporariamente indedutíveis	966	612	(807.934)	(519.615)
Subtotal	109.148	124.042	(313.906)	37.917
<u>Crédito/(Débito) de PIS e COFINS</u>				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	2.348	30.025
Total	150.628	165.798	(447.002)	51.560
Total crédito fiscal	150.628	165.798	938.496	1.168.706
Total débito fiscal	-	-	(1.385.498)	(1.117.146)

9.2 Benefício fiscal do ágio incorporado

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os ágios de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 15.

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	61.819	171.719	68.938	191.495
CPFL Piratininga	14.691	50.417	16.148	55.414
RGE	28.496	117.683	31.342	129.436
CPFL Santa Cruz	869	2.733	1.757	5.525
CPFL Leste Paulista	387	1.184	939	2.863
CPFL Sul Paulista	603	1.892	1.386	4.332
CPFL Jaguari	312	962	824	2.516
CPFL Mococa	182	554	485	1.499
CPFL Geração	-	20.800	-	23.282
CPFL Serviços	-	-	-	57
Total	107.359	367.944	121.820	416.418

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	29.282	81.340	-	29.969	83.241	-
Entidade de previdência privada	1.900	5.277	-	2.004	5.566	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.422	34.506	-	13.379	37.163	-
Provisão energia livre	6.210	17.251	-	5.429	15.081	-
Programas de P&D e eficiência energética	11.821	32.836	-	11.471	31.864	-
Provisão relacionada a pessoal	3.303	9.176	-	3.522	9.785	-
Diferença de taxas de depreciação	7.087	19.685	-	7.212	20.033	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS / CPC)	(1.572)	(4.368)	-	(1.798)	(4.995)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS / CPC)	(45.322)	(125.895)	(278)	(36.093)	(100.258)	(22)
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	17.067	47.407	18.549
Revisão tarifária - rito provisório	4.579	12.720	5.186	10.151	28.198	11.497
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	39.023	108.398	-	33.178	92.464	-
Outros ajustes (IFRS / CPC)	8.613	23.788	-	13.758	38.081	-
Depreciação acelerada incentivada	(19)	(54)	-	(9)	(26)	-
Outros	4.511	11.306	-	7.496	17.324	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(61.792)	(171.643)	(2.559)	(65.079)	(180.774)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	25.725	71.458	-	27.050	75.138	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(6.477)	(17.992)	-	(6.970)	(19.360)	-
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	(89.882)	(249.671)	-	(93.120)	(258.667)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(224.871)	(624.642)	-	(155.471)	(431.863)	-
Outras diferenças temporárias	(14.907)	(41.410)	-	(9.006)	(25.016)	-
Total	(290.367)	(807.935)	2.348	(185.861)	(519.615)	30.025

9.4 Expectativa de recuperação

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal, e sua composição é como segue:



<u>Expectativa de recuperação</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	12.197	152.810
2016	21.018	121.938
2017	21.277	95.190
2018	17.297	77.681
2019	16.151	73.978
2020 a 2022	44.687	188.808
2023 a 2025	18.003	126.811
2026 a 2028	-	63.568
2032 a 2034	-	37.714
Total	150.628	938.496

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2014 e 2013

	Controladora			
	2014		2013	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	959.607	959.607	974.942	974.942
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(1.011.185)	(1.011.185)	(1.022.779)	(1.022.779)
Amortização de intangível adquirido	(25.180)	-	(28.037)	-
Receita juros sobre o capital próprio	137.291	137.291	163.170	163.170
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	13.443	19.415	6.357	7.037
Base de cálculo	73.977	105.129	93.654	122.370
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (débito) fiscal apurado	(6.658)	(26.282)	(8.429)	(30.593)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	11.830	10.680	172	1.326
Total	5.172	(15.602)	(8.257)	(29.267)
Corrente	(4.558)	(18.708)	(6.138)	(19.772)
Diferido	9.730	3.106	(2.119)	(9.495)



	Consolidado			
	2014		2013	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.510.304	1.510.304	1.519.200	1.519.200
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(59.684)	(59.684)	(120.868)	(120.868)
Amortização de intangível adquirido	93.116	119.477	101.886	131.161
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(10.914)	(10.914)	(10.882)	(10.882)
Efeito regime lucro presumido	17.467	(25.827)	(42.151)	(74.675)
REFIS(**) - Lei 11.941/09 art 4º	-	-	(12.739)	(12.739)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	102.062	102.062	74.318	74.318
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(71.380)	-	(53.200)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	56.652	(1.661)	50.489	15.871
Base de cálculo	1.709.002	1.562.376	1.559.254	1.468.187
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (débito) fiscal apurado	(153.810)	(390.594)	(140.333)	(367.047)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	(15.179)	(64.278)	(16.422)	(46.361)
Total	(168.989)	(454.871)	(156.756)	(413.408)
Corrente	(135.421)	(330.600)	(147.107)	(374.874)
Diferido	(33.568)	(124.272)	(9.648)	(38.534)
	(168.989)	(454.871)	(156.756)	(413.408)

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

(**) Programa de Recuperação Fiscal

Amortização de intangível adquirido - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, tais valores são classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em atendimento do ICPC 09 (R2) (nota 15).

Crédito Fiscal Constituído (não constituído) – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2014		2013	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas atuariais	247.040	247.040	(431.529)	(431.529)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	22.234	61.760	(38.838)	(107.882)
Limitação na constituição/ (reversão) de créditos fiscais constituídos	(16.590)	(46.081)	46.434	128.980
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	5.644	15.679	7.596	21.098

Com relação às disposições trazidas pela Lei 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1º de janeiro de 2015, a controlada CPFL Geração optou pela adesão antecipada. As demais empresas do Grupo CPFL, incluindo a CPFL Energia,



não optaram pela adoção antecipada da mesma e para o ano de 2014, continuam sujeita ao “Regime Tributário de Transição – RTT”, instituído pela Lei 11.941/2009.

9.6 Créditos fiscais não reconhecidos

A controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não constituídos no montante de R\$ 106.586, que poderão ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram constituídos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2014, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados são CPFL Renováveis (R\$ 435.438), Sul Geradora (R\$ 72.537) e CPFL Jaguari Geração (R\$ 1.774). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(10) ARRENDAMENTO

As atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia eram realizadas, até 31 de outubro de 2014, pela CPFL Serviços e, a partir desta data, pela controlada CPFL Eficiência Energética S.A. (nota 13), nas quais é arrendadora e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários.

A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia (“autoprodução”) e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação.

A controlada realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais e a receita passa a ser reconhecida durante o período do contrato de arrendamento com base na taxa efetiva do contrato.

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas operacionais reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos.

Estes investimentos resultaram neste exercício em uma receita operacional de R\$ 10.683 (R\$ 14.615 em 2013).

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013		
Investimento bruto	88.969	93.398		
Receita financeira não realizada	(41.403)	(44.824)		
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	<u>47.566</u>	<u>48.574</u>		
Circulante	12.396	10.757		
Não circulante	35.169	37.817		
	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Investimento bruto	15.866	42.907	30.196	88.969
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	12.396	24.387	10.782	47.566

Em 31 de dezembro de 2014, não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento a receber; e (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	<u>Distribuidoras</u>	<u>Transmissora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2012	2.377.240	-	2.377.240
Circulante	34.444	-	34.444
Não circulante	2.342.796	-	2.342.796
Adições	521.168	15.249	536.417
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras	(12.862)	-	(12.862)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	(66.851)	-	(66.851)
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	-	231	231
Recebimentos	(34.444)	-	(34.444)
Baixas	(12.659)	-	(12.659)
Saldo em 31/12/2013 (não circulante)	2.771.593	15.480	2.787.073
Adições	435.852	59.576	495.428
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras	(5.542)	-	(5.542)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	104.642	-	104.642
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	-	2.723	2.723
Baixas	(9.708)	-	(9.708)
Saldo em 31/12/2014	3.296.837	77.779	3.374.616
Circulante	540.094	-	540.094
Não circulante	2.756.744	77.779	2.834.522

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras (mensurados a valores justos) e transmissora de energia (mensurado ao custo amortizado) de receber caixa (i) via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão e (ii) direito da transmissora de receber caixa ao longo da concessão via receita anual permitida ("RAP"). Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, os saldos estão integralmente classificados no circulante em função do vencimento do prazo da concessão (nota 1).

Para as distribuidoras de energia, conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor novo de reposição ("VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do exercício (receita financeira de R\$ 104.642 em 2014 e despesa financeira de R\$ 66.851 em 2013).

Para a transmissora de energia, a remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado e a receita anual permitida ("RAP") a ser recebida ao longo da concessão. A atualização de R\$ 2.723 tem como contrapartida outras receitas operacionais, uma vez que é parte da RAP para disponibilização da rede ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Conforme descrito na nota 13, em função da reestruturação societária ocorrida em junho de 2013 os ativos de geração das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista, e CPFL Mococa foram cindidos e aportados na CPFL Centrais Geradoras. O ativo financeiro da concessão anteriormente registrado naquelas controladas, relacionados aos ativos de geração, no montante de R\$ 12.862, foi também transferido para a controlada CPFL Centrais Geradoras e compôs o ativo imobilizado total registrado nesta controlada. Em 2014, como complemento desta operação, foi transferido o montante de R\$ 5.542 referente à cisão destes ativos de geração. Estas movimentações não geraram efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas.

(12) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos - Fundação CESP	11.569	9.113	-	-
Adiantamento - fornecedores	15.934	17.159	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	8.007	7.695	290.839	174.538
Ordens em curso	262.076	273.496	-	-
Serviços prestados a terceiros	12.787	6.929	-	-
Contratos de pré-compra de energia	515	14.614	32.119	30.981
Convênios de arrecadação	73.076	61.771	-	-
Despesas antecipadas	43.185	39.207	9.630	1.359
Contas a receber – Aporte CDE/CCEE	522.922	170.543	-	-
Contas a receber - combinação de negócios	-	-	13.950	13.950
Adiantamento a funcionários	10.945	11.097	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(13.304)	(12.930)	(1.981)	(221)
Outros	63.782	74.689	44.270	75.488
Total	1.011.495	673.383	388.828	296.096

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Ordens em Curso – Compreendem custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência energética (“PEE”), instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 300/2008, e Pesquisa e desenvolvimento (“P&D”), instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 316/2008, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/2012. Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24).

Contratos de pré-compra de energia - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Convênios de arrecadação - Referem-se a (i) convênios firmados pelas distribuidoras com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referente à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros; e (ii) recebimentos pela controlada CPFL Total, para posterior repasse aos clientes que utilizam dos serviços de arrecadação prestados por esta controlada.

Contas a receber – Aporte CDE/CCEE – referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 18.549 (R\$ 11.808 em 31 de dezembro de 2013) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 504.373 (R\$ 70.254 em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2013 também havia R\$ 88.481 relacionados principalmente à exposição involuntária e conta de CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.420.845	5.430.352	1.085.835	1.018.565
Mais valia de ativos, líquidos	864.098	983.518	12.934	14.116
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	6.290.998	6.419.924	1.098.769	1.032.681



13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	Quantidade (mil) de ações	31/12/2014			Resultado do exercício	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido		Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
CPFL Paulista	241.264	8.151.388	241.264	728.213	502.719	728.213	1.186.113	502.719	620.412
CPFL Piratininga	53.081.259	3.046.725	156.610	479.686	187.715	479.686	384.609	187.715	82.985
CPFL Santa Cruz	371.772	405.633	67.580	132.353	49.052	132.353	100.369	49.052	(143)
CPFL Leste Paulista	892.772	160.609	25.392	38.066	7.173	38.066	60.578	7.173	6.826
CPFL Sul Paulista	454.958	171.218	22.751	44.375	11.351	44.375	51.432	11.351	6.743
CPFL Jaguarí	209.294	147.823	17.292	25.627	2.027	25.627	23.261	2.027	(6.631)
CPFL Mococa	117.199	110.319	14.002	26.260	10.248	26.260	34.145	10.248	15.482
RGE	807.169	3.714.531	934.472	1.300.685	177.672	1.300.685	1.254.557	177.672	126.851
CPFL Geração	205.487.717	5.861.890	1.039.619	2.035.286	16.499	2.035.286	2.116.833	16.499	239.561
CPFL Jaguarí Geração (*)	40.108	38.740	40.108	34.685	(4.657)	34.685	48.356	(4.657)	8.962
CPFL Brasil	2.999	587.924	2.999	65.508	136.876	65.508	35.246	136.876	36.426
CPFL Planalto (*)	630	1.726	630	1.633	2.238	1.633	(115)	2.238	(702)
CPFL Serviços	1.528.988	116.148	21.096	23.013	5.719	23.013	77.078	5.719	7.445
CPFL Atende (*)	13.991	22.742	13.991	17.496	6.849	17.496	13.746	6.849	624
Nect (*)	2.059	21.316	2.059	9.458	10.812	9.458	5.999	10.812	5.796
CPFL Total (*)	19.005	51.291	19.005	24.417	10.327	24.417	20.893	10.327	3.226
CPFL Jaguariuna (*)	189.660	2.694	2.966	2.553	1	2.553	2.512	1	325
CPFL Telecom	9.377	117.603	9.377	(293)	(8.339)	(293)	(1.311)	(8.339)	(1.313)
CPFL Centrais Geradoras (*)	20.430	25.451	20.430	22.439	4.720	22.439	16.041	4.720	1.065
CPFL ESCO (a)	48.164	415.900	408.164	409.385	1.602	409.385	10	1.602	-
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada						5.420.845	5.430.352	1.130.604	1.153.940
Amortização da mais valia de ativos						-	-	(119.419)	(131.161)
Total						5.420.845	5.430.352	1.011.185	1.022.779

(*) Quantidade de cotas

(a) Até 27 de outubro de 2014 denominava-se CPFL Participações

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 119.419 (R\$ 131.161 em 2013) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2013	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Movimentação de capital em controladas sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Investimento em 31/12/2014
CPFL Paulista	1.186.113	-	502.719	(188.402)	-	(772.217)	-	728.213
CPFL Piratininga	384.609	50.000	187.715	(22.353)	-	(120.285)	-	479.686
CPFL Santa Cruz	100.369	-	49.052	-	-	(17.068)	-	132.353
CPFL Leste Paulista	60.578	-	7.173	-	-	(28.695)	(989)	38.066
CPFL Sul Paulista	51.432	-	11.351	-	-	(16.973)	(1.435)	44.375
CPFL Jaguarí	23.261	-	2.027	-	-	1.251	(912)	25.627
CPFL Mococa	34.145	-	10.248	-	-	(16.014)	(2.119)	26.260
RGE	1.254.557	-	177.672	(15.118)	-	(116.426)	-	1.300.685
CPFL Geração	2.116.833	-	16.499	155	180.452	(278.653)	-	2.035.286
CPFL Jaguarí Geração	48.356	-	(4.657)	-	-	(9.014)	-	34.685
CPFL Brasil	35.246	-	136.876	-	-	(106.614)	-	65.508
CPFL Planalto	(115)	-	2.238	-	-	(490)	-	1.633
CPFL Serviços	77.078	-	5.719	-	-	(11.631)	(48.154)	23.013
CPFL Atende	13.746	-	6.849	-	-	(3.098)	-	17.496
Nect	5.999	-	10.812	-	-	(7.353)	-	9.458
CPFL Total	20.893	-	10.327	-	-	(6.803)	-	24.417
CPFL Jaguariuna	2.512	40	1	-	-	-	-	2.553
CPFL Telecom	(1.311)	9.357	(8.339)	-	-	-	-	(293)
CPFL Centrais Geradoras	16.041	-	4.720	-	-	(3.776)	5.454	22.439
CPFL ESCO (a)	10	360.000	1.602	-	-	(380)	48.154	409.385
	5.430.352	419.397	1.130.604	(225.720)	180.452	(1.514.240)	-	5.420.845

(a) Até 27 de outubro de 2014 denominava-se CPFL Participações



Investimento	Investimento em 31/12/2012	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Alteração na participação societária	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Outros	Investimento em 31/12/2013
CPFL Paulista	418.421	-	620.412	308.784	-	(161.504)	-	-	1.186.113
CPFL Piratininga	215.944	-	82.985	122.403	-	(36.722)	-	-	384.609
CPFL Santa Cruz	107.664	-	(143)	-	-	(7.156)	-	4	100.369
CPFL Leste Paulista	67.149	-	6.826	-	-	(11.522)	(1.971)	96	60.578
CPFL Sul Paulista	68.867	-	6.743	-	-	(17.264)	(7.090)	176	51.432
CPFL Jaguari	43.952	-	(6.631)	-	-	(12.145)	(1.920)	4	23.261
CPFL Mococa	38.345	-	15.482	-	-	(17.242)	(2.443)	3	34.145
RGE	1.289.756	-	126.851	23.010	-	(185.060)	-	-	1.254.557
CPFL Geração	2.534.388	-	239.561	6.029	59.308	(532.152)	(190.300)	-	2.116.833
CPFL Jaguari Geração	48.102	-	8.962	-	-	(8.709)	-	-	48.356
CPFL Brasil	(81.923)	-	36.426	-	-	(109.557)	190.300	-	35.246
CPFL Planalto	587	-	(702)	-	-	-	-	-	(115)
CPFL Serviços	73.056	-	7.445	-	-	(3.422)	-	-	77.078
CPFL Atende	15.187	-	624	-	-	(2.066)	-	-	13.746
Nect	4.646	-	5.796	-	-	(4.443)	-	-	5.999
CPFL Total	21.555	-	3.226	-	-	(3.888)	-	-	20.893
CPFL Jaguariuna	2.187	-	325	-	-	-	-	-	2.512
CPFL Telecom	2	-	(1.313)	-	-	-	-	-	(1.311)
CPFL Centrais Geradoras	-	1.553	1.065	-	-	-	13.424	-	16.041
CPFL Participações	-	10	-	-	-	-	-	-	10
	4.867.886	1.563	1.153.940	460.226	59.308	(1.112.851)	-	283	5.430.352

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registradas pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	163.662	153.175	10.583	4.618
Enercan	415.952	391.728	49.040	67.640
Chapecoense	399.979	390.822	21.285	60.809
EPASA	106.243	82.839	(20.041)	(10.961)
Mais valia de ativos, líquidos	12.934	14.116	(1.182)	(1.238)
	1.098.769	1.032.681	59.684	120.868

13.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 15).

13.3 Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:



Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CPFL Paulista	755.625	389.872	10.570	34.879	766.195	424.752
CPFL Piratininga	-	117.816	-	11.267	-	129.083
CPFL Santa Cruz	14.000	19.764	-	3.916	14.000	23.681
CPFL Leste Paulista	-	10.323	-	940	-	11.263
CPFL Sul Paulista	-	21.095	-	2.165	-	23.260
CPFL Jaguari	-	11.422	-	723	-	12.145
CPFL Mococa	-	15.919	-	1.166	-	17.085
RGE	82.117	-	50.077	25.039	132.194	25.039
CPFL Jaguari Geração	4.039	4.709	-	-	4.039	4.709
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	-
CPFL Planalto	0	5.101	-	-	0	5.101
CPFL Serviços	17.182	9.080	4.583	1.601	21.765	10.681
CPFL Atende	(0)	1.389	-	624	(0)	2.013
Nect	3.793	7.696	-	-	3.793	7.696
CPFL Total	-	792	-	404	-	1.196
CPFL ESCO (a)	380	-	-	-	380	-
	877.136	614.978	65.231	82.725	942.367	697.702

(a) Até 27 de outubro de 2014 denominava-se CPFL Participações

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou no primeiro semestre R\$ 886.149 a título de dividendo e juros sobre o capital próprio a receber de 2014. Adicionalmente, as controladas declararam em 2014 o montante de R\$ 607.118 como dividendos intermediários, referentes ao resultado do primeiro semestre de 2014, e, em função da aprovação pelo Conselho de Administração em agosto de 2014, estes montantes foram registrados como contas a receber. Em dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 380 de dividendo mínimo obrigatório a receber da controlada CPFL ESCO.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.248.982 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2014.

No consolidado, o saldo de dividendos e JCP a receber é de R\$ 54.483 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 55.265 em 31 de dezembro de 2013), referente aos empreendimentos controlados em conjunto e coligada (nota 3).

13.4 Reestruturação societária 2013 e 2014 – CPFL Centrais Geradoras, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa

Em 31 de julho de 2013, com o objetivo de atender o Decreto 7.805/12 e a Lei 12.783/13 sobre desverticalização de geradoras contidas em distribuidoras de energia elétrica, foi realizada reestruturação societária com cisão dos ativos de geração das distribuidoras CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, e CPFL Mococa, os quais foram aportados na CPFL Centrais Geradoras e a Companhia passou a deter 100% do capital social da controlada direta CPFL Centrais Geradoras.

O acervo líquido cindido das controladas distribuidoras, no montante de R\$ 13.424, foi apurado na data base 31 de julho de 2013.

Em 2014, como complemento desta operação, foi cindido o montante adicional de R\$ 5.828 referente a ativos de geração, sendo registrado no ativo imobilizado da controlada CPFL Centrais Geradoras (nota 14), tendo como contrapartida a saída do ativo financeiro da concessão de R\$ 5.542 (nota 11) e o ativo intangível de R\$ 286 (nota 15) das controladas distribuidoras.

Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.



13.5 Reestruturação societária – CPFL Serviços e CPFL ESCO

Em 31 de outubro de 2014 foi realizada reestruturação societária com cisão dos ativos da CPFL Serviços, relacionados à prestação de serviços de locação, manutenção e operação de plantas de geração de energia com óleo diesel, firmados com consumidores livres, denominados “autoprodução”. Estes ativos foram cindidos da controlada CPFL Serviços para a controlada CPFL ESCO.

O acervo líquido cindido da controlada CPFL Serviços, apurado na data base 31 de outubro de 2014, era de R\$ 48.154.

Esta reestruturação entre as controladas não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia, uma vez que não se configurou combinação de negócios pois não houve alteração no controle.

13.6 Oferta de ações 2013 – CPFL Renováveis

Em agosto de 2013 foi concluída a oferta pública de distribuição primária de 28 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementares de 1,2 milhões de ações ordinárias da controlada CPFL Renováveis, totalizando 73,1 milhões de ações e o montante total de R\$ 914.686. A operação promoveu a captação bruta (i) de R\$ 364.687 na oferta primária e complementar e (ii) de R\$ 549.999 na oferta secundária. Os custos de captação incorridos nesta operação foram de R\$ 36.187.

Como consequência, a Companhia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 63% para 58,84% em 31 de agosto de 2013, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$ 59.308, que de acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 foi reconhecida como transação com os sócios e contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido na conta de reserva de capital.

13.7 Combinação de negócios

13.7.1 Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV

Em 18 de junho de 2013, a controlada CPFL Renováveis assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW, e Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada por estes parques está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 28 de fevereiro de 2014, concluiu-se a aquisição de Rosa dos Ventos ao preço total de R\$ 103.358, que compreende: (i) o valor de R\$ 70.296 pago ao vendedor; (ii) ajuste de preço no montante de R\$ 634; e (iii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$ 32.428.

Informações adicionais da aquisição

a) Contraprestações



Rosa dos
Ventos
28.02.2014

Contraprestações transferidas:

Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	70.296
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	634
Total da contraprestação	<u>70.930</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da autorização vinculada à exploração do empreendimento eólico adquirido, sendo o prazo médio estimado em 18 anos para a Rosa dos Ventos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A alocação do valor pago foi suportada por laudos de avaliação econômico-financeiro. A Administração da controlada não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa aquisição seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A contabilização da aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos de Rosa dos Ventos a valor justo:

	Rosa dos Ventos 28.02.2014
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.466
Outros ativos circulantes	6.231
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	4.223
Imobilizado	50.102
Intangível	67.741
Impostos diferidos	570
Outros ativos não circulantes	307
Passivos circulantes	3.797
Passivos não circulantes:	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	32.934
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	23.032
Provisão para desmobilização	947
Ativos líquidos adquiridos	70.930
Contrapartida transferida	70.930

c) Saída de caixa líquido na aquisição da controlada

	Rosa dos Ventos 28.02.2014
Contrapartidas pagas em caixa	70.930
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.466)
Caixa líquido de aquisição	<u>68.464</u>

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas em 2014:



	Receita operacional líquida	Lucro líquido
	2014	2014
Rosa dos Ventos 01/03/2014 a 31/12/2014	15.166	7.711

As informações consolidadas da Companhia para 2014 contemplam 10 (dez) meses de operações da controlada Rosa dos Ventos.

13.7.2 Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. - (“DESA”)

Em fevereiro de 2014, as controladas CPFL Renováveis e CPFL Geração celebraram um acordo de associação mediante a incorporação pela CPFL Renováveis da WF2 Holding S.A. (“WF2”), detentora da totalidade das ações de emissão da DESA na data de sua incorporação pela CPFL Renováveis. O Arrow – Fundo de Investimentos e Participações (“FIP Arrow”) era detentor da totalidade do capital social da WF2. A associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, após superadas todas as condições precedentes.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias com eficácia das aprovações em 1º de outubro de 2014, os acionistas da CPFL Renováveis bem como FIP Arrow, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Conseqüentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%.

Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA e, conseqüentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis.

A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis.

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações.

Em decorrência desta emissão de ações, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis foi aumentado em R\$ 833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição, e que representa a totalidade do preço pago. A associação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.

Como consequência da operação descrita acima, a Companhia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 58,83% para 51,61%, e apurou uma variação positiva na participação societária no montante de R\$180.297, que de acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10/CPC 36 (R) foi reconhecida como transação patrimonial, ou seja, transação com os sócios na qualidade de proprietários, e contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da CPFL Energia, na conta de reserva de capital, como segue:



Patrimônio Líquido atribuível a:	Antes do aumento de capital			Após o aumento			Aumento de participação
	Número de ações	% de participação no Patrimônio Líquido (1)	Participação	Número de ações	% de participação no Patrimônio Líquido (2)	Participação	
CPFL Energia - acionista controlador	259.748.799	58,83%	2.037.289	259.748.799	51,61%	2.217.587	180.297
Acionistas não controladores	181.781.079	41,17%	1.425.781	243.533.861	48,39%	2.079.146	653.366
	441.529.878	100%	3.463.070	503.282.660	100%	4.296.733	833.663

(1) Participação em 30 de setembro de 2014

(2) Participação em 1º de outubro de 2014

Informações adicionais à associação (aquisição da WF2)

a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data da aquisição

A totalidade do valor pago na transação (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis), foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 25 anos para todos os empreendimentos. Conseqüentemente, como a totalidade do valor pago foi provisoriamente alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da controlada não espera que o valor alocado como direito de exploração dessa associação seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A contabilização inicial da aquisição da WF2 foi provisoriamente apurada no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas, com base em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado por avaliador independente. O valor justo dos ativos e passivos, bem como a alocação do preço pago, está apresentado a seguir:

Ativos líquidos adquiridos

	WF2 consolidado 01/10/2014
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Outros ativos circulantes	32.274
Ativos não circulantes	
Imobilizado	1.295.476
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	784.459
Outros ativos não circulantes	98.264
Passivos circulantes	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	102.996
Outros passivos circulantes	106.097
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	871.987
Impostos diferidos	280.234
Outros passivos não circulantes	56.406
Ativos líquidos adquiridos	939.983

Ágio gerado na aquisição

Contrapartida transferida	833.663
(+) Participação dos acionistas não controladores	106.320
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	939.983
Ágio	-

Os valores justos apresentados acima são provisórios, cuja confirmação de valores está pendente até o recebimento do laudo de avaliação econômico-financeiro, que está em fase de elaboração por avaliador independente:



	<u>R\$</u>
Imobilizado	1.295.476
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	784.459
Impostos diferidos	280.234
Outros passivos não circulantes	56.406
Participação de acionistas não controladores	106.320

A expectativa da Administração é de que o laudo supracitado esteja finalizado até abril de 2015.

Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Entrada de caixa líquido na associação

Considerando que a aquisição foi efetuada a partir da troca de ações, não houve pagamento em caixa, tendo apenas sido incorporado o caixa da WF2 no montante de R\$ 139.293.

c) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da controlada adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas em 2014:

	<u>Receita operacional líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>
	<u>2014</u>	<u>2014</u>
DESA consolidado - 01/10/2014 a 31/12/2014	48.036	1.880

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam 3 (três) meses de operações da DESA.

d) Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores, representada por 40% de participação detida por terceiros na Ludes Energética S.A., controlada da WF2, foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas, na data de aquisição, com base em seu valor justo, totalizavam R\$ 106.320. Essa participação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita.



13.7.3 Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido de 2014 caso as aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2014.

	Receita Operacional Líquida 2014	Lucro líquido (prejuízo) 2014
Consolidado CPFL Energia - histórico	17.305.942	886.443
Ajuste pro-forma consolidado (i)	104.038	(46.106)
Total	17.409.980	840.337

- (i) Os ajustes pro-forma na receita operacional líquida consideram a adição da receita operacional líquida das controladas Rosa dos Ventos e WF2 para o período em que elas não eram controladas e consequentemente não consolidadas pela Companhia.

Os ajustes pro-forma do lucro líquido consideram: (i) adição do resultado das controladas Rosa dos Ventos e WF2 para o período em que elas não eram consolidadas pela Companhia; (ii) inclusão da amortização do direito de exploração, líquido de impactos fiscais, caso a aquisição tivesse sido em 1º de janeiro de 2014; (iii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias para a associação com a WF2; e (iv) inclusão dos efeitos financeiros de debêntures efetuada pela WF2 para adquirir os não controladores de DESA.

13.8 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

13.8.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	Total
Saldo em 31/12/2012	205.091	1.227.955	77.355	1.510.401
Participação acionária e no capital votante	35,00%	37,00%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	24.380	(19.851)	7.088	11.617
Oferta pública inicial de ações	-	269.192	-	269.192
Dividendos	(13.140)	-	(6.750)	(19.890)
Outras movimentações	-	3.566	(69)	3.497
Saldo em 31/12/2013	216.331	1.480.864	77.624	1.774.819
Participação acionária e no capital votante	35,00%	41,16%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	13.145	(72.782)	(3.097)	(62.733)
Combinação de negócios	-	759.686	-	759.686
Dividendos	(15.022)	(7.417)	(7.099)	(29.538)
Outras movimentações	-	(1.254)	(1)	(1.255)
Saldo em 31/12/2014	214.454	2.159.096	67.427	2.440.978
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,39% (*)	40,07%	



	31/12/2014				31/12/2013			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Negócio em conjunto								
Ativo circulante	143.213	71.178	252.223	337.891	97.961	58.980	144.018	171.387
Caixa e equivalentes de caixa	45.329	19.178	154.554	96.588	21.483	36.010	44.924	19.173
Ativo não circulante	1.238.047	1.210.974	3.090.190	637.190	1.296.035	1.267.818	3.200.402	644.508
Passivo circulante	149.088	138.909	374.374	480.948	136.414	131.196	274.679	279.753
Passivo financeiro	91.723	130.122	313.222	345.657	88.969	125.372	206.968	158.049
Passivo não circulante	378.465	488.751	2.183.767	308.168	453.592	583.045	2.303.424	374.763
Passivo financeiro	338.297	479.329	2.183.155	307.622	416.513	573.781	2.295.940	374.696
Patrimônio líquido	853.707	654.492	784.272	185.965	803.990	612.557	766.317	161.379
	2014				2013			
Negócio em conjunto	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	492.921	395.440	820.500	1.220.511	465.617	277.940	669.126	585.535
Depreciação e amortização	(53.674)	(50.554)	(130.988)	(32.339)	(50.370)	(51.736)	(133.035)	(32.298)
Receita de juros	14.295	6.345	26.208	2.368	14.480	4.386	12.049	972
Despesa de juros	(40.572)	(32.933)	(135.463)	(34.983)	(45.363)	(39.658)	(140.427)	(37.609)
Despesa de imposto sobre a renda	(50.112)	(20.982)	(21.751)	16.862	(69.620)	(9.433)	(60.844)	10.750
Lucro (prejuízo) líquido	100.650	42.321	41.735	(34.271)	138.832	18.462	119.233	(20.778)
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	57,13% (*)	48,72%	25,01%	51,00%	52,75%

(*) Até 28 de fevereiro de 2014, a participação da controlada direta CPFL Geração era de 52,75%.

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

13.8.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Geração, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até 2028 (informações relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

13.9 Aumento de capital no empreendimento controlado em conjunto Epasa

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 31 de janeiro de 2014 no empreendimento controlado em conjunto EPASA, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$ 65.000, sendo que a controlada CPFL Geração subscreveu e integralizou o montante de R\$ 34.288, proporcionais à sua participação no capital social da EPASA.

Aos demais acionistas, foi oferecida a faculdade para o exercício do direito de preferência de subscrição de ações a serem emitidas, em até 30 dias contados a partir da data do Aviso aos Acionistas, publicado em 1 de fevereiro de 2014. Na mesma AGE, a controlada CPFL Geração manifestou seu interesse em subscrever as ações remanescentes, caso não houvesse o exercício do direito de preferência pelos demais acionistas dentro do prazo estipulado. Decorrido o prazo estabelecido, as acionistas Eletricidade do Brasil S.A. e OZ&M Incorporação e Participação Ltda., exerceram parcialmente o direito de preferência na subscrição de ações que lhes era conferido, tendo subscrito e integralizado os montantes de R\$ 14.000 e R\$ 1.000, respectivamente.



Conforme estabelecido em Aviso aos Acionistas, a acionista Eletricidade do Brasil S.A. manifestou seu interesse em subscrever as ações remanescentes, dentro do prazo estipulado no Aviso aos Acionistas publicado em 12 de março de 2014. Em 21 de março de 2014 a Eletricidade do Brasil S.A. e a controlada CPFL Geração realizaram a integralização das ações remanescentes nos montante de R\$ 4.556 e R\$ 11.157 respectivamente, passando a Companhia, através da controlada CPFL Geração, a deter 57,13% do capital social da controlada em conjunto EPASA. A variação de participação societária no montante de R\$ 2.002 foi registrada no investimento e no resultado da controlada CPFL Geração, e, conseqüentemente, da Companhia.

Está assegurado aos demais acionistas, por cláusula prevista em Acordo de Acionistas, o direito de exercer a opção de compra de ações remanescentes, no prazo de 12 meses a contar da data de integralização das ações remanescentes, com o objetivo de recompor sua participação diluída.

13.10 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital, eram compostos pelos adiantamentos para as seguintes controladas: (i) R\$ 12.493 para a CPFL Paulista; (ii) R\$ 15.511 para a CPFL Piratininga, (iii) R\$ 110 para a CPFL Jaguariúna e (iv) R\$ 27.043 para a CPFL Telecom.



(14) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2012	110.609	1.116.551	1.312.422	3.908.751	5.370	15.986	634.372	7.104.060
Custo histórico	117.394	1.459.396	1.677.795	5.044.085	10.772	23.956	634.372	8.967.768
Depreciação acumulada	(6.786)	(342.845)	(365.372)	(1.135.334)	(5.402)	(7.969)	-	(1.863.708)
Adições	-	926	2.551	1.000	373	38	926.029	930.916
Baixas	-	-	-	(1.071)	(847)	(24)	(153)	(2.095)
Provisão para custos socioambientais	-	-	(17.747)	-	-	-	-	(17.747)
Transferências	4.203	13.988	172.530	373.362	19.531	543	(584.156)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(15)	440	(200)	15.946	17	117	422	16.727
Reclassificação de custo	1.286	(104.176)	(119.373)	230.290	3	(343)	(7.687)	-
Depreciação	(4.089)	(43.995)	(71.159)	(206.087)	(2.379)	(2.961)	-	(330.670)
Baixa da depreciação	-	-	-	103	527	15	-	645
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	-	(947)	38.524	(35.808)	22	377	-	2.169
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - custo (nota 13)	3.953	5.420	3.070	7.443	83	(10)	-	19.959
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - depreciação (nota 13)	-	(1.680)	(2.225)	(2.595)	(38)	(6)	-	(6.544)
Saldo em 31/12/2013	115.946	986.527	1.318.394	4.291.334	22.661	13.731	968.826	7.717.419
Custo histórico	126.820	1.375.993	1.718.629	5.671.053	29.928	24.277	968.826	9.915.527
Depreciação acumulada	(10.874)	(389.466)	(400.235)	(1.379.719)	(7.267)	(10.545)	-	(2.198.107)
Adições	-	375	372	6.739	-	88	330.900	338.475
Baixas	(1.772)	-	(12.723)	(14.719)	(1.804)	(582)	(71.760)	(103.359)
Provisão para custos socioambientais	-	-	9.193	-	-	-	-	9.193
Transferências, líquidas	500	(3.674)	156.986	997.610	14.862	(92)	(1.166.193)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(23)	163	(7.467)	(5.284)	-	(103)	(3.716)	(16.430)
Depreciação	(3.981)	(61.923)	(54.392)	(293.464)	(4.511)	(2.280)	-	(420.551)
Baixa da depreciação	-	-	-	404	1.026	482	-	1.911
Combinação de negócios	48.644	180.642	70.343	715.585	93	240	330.030	1.345.577
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - custo (nota 13)	-	-	460	6.089	-	204	-	6.754
Cisão da atividade de geração nas distribuidoras - depreciação (nota 13)	-	-	(32)	(866)	-	(28)	-	(926)
Saldo em 31/12/2014	159.314	1.102.110	1.481.136	5.703.428	32.328	11.660	388.088	8.878.064
Custo histórico	174.169	1.553.404	1.939.485	7.392.044	43.081	22.462	388.088	11.512.733
Depreciação acumulada	(14.855)	(451.295)	(458.349)	(1.688.616)	(10.753)	(10.802)	-	(2.634.669)
Taxa média de depreciação 2014	3,86%	2,99%	2,85%	4,44%	14,29%	11,25%		
Taxa média de depreciação 2013	3,86%	3,16%	2,75%	3,91%	14,23%	10,46%		



O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 262.225 em 31 de dezembro de 2014. No ano de 2014, do montante de R\$ 71.760 demonstrado como baixa do ativo imobilizado em curso, o valor de R\$ 67.342 refere-se à devolução pelo fornecedor de adiantamentos efetuados até 31 de dezembro de 2013, pela rescisão de contrato de fornecimento de equipamentos.

Em 2013, a controlada CPFL Renováveis concluiu o processo de revisão do controle patrimonial da controlada Bons Ventos (“BVP”), e, como resultado deste processo, efetuou reclassificações de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos, ambos demonstrados na linha de “reclassificação de custo”. A referida reclassificação não implicou na alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens encontravam-se registrados com as vidas úteis corretas.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2014 foram capitalizados R\$ 4.236 (R\$ 48.339 em 2013). Para maiores detalhes sobre os ativos em construção e as respectivas taxas de captações dos empréstimos, vide nota 30.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 29).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 17, é de aproximadamente R\$ 3.656.329, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 3.625.028).

14.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(15) INTANGÍVEL

	Consolidado						Total
	Ágio	Direito de concessão			Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	
Adquirido em combinações de negócio		Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso				
Saldo em 31/12/2012	6.115	4.611.347	3.816.428	633.313	33.001	80.108	9.180.312
Custo histórico	6.152	6.815.774	9.183.730	633.313	38.679	156.661	16.834.309
Amortização acumulada	(37)	(2.204.427)	(5.367.301)	-	(5.678)	(76.553)	(7.653.996)
Adições	-	-	-	853.649	-	7.444	861.093
Amortização	-	(296.978)	(413.994)	-	(1.419)	(14.196)	(726.587)
Transferência - intangíveis	-	-	412.930	(412.930)	-	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(22.499)	(498.669)	-	-	(521.169)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(1.989)	(29.115)	(1.232)	-	(12.433)	(44.769)
Cisão de atividade de geração nas distribuidoras (nota 13)	-	-	(553)	-	-	-	(553)
Saldo em 31/12/2013	6.115	4.312.381	3.763.197	574.131	31.582	60.922	8.748.328
Custo histórico	6.152	6.811.237	9.310.710	574.131	35.840	156.023	16.894.093
Amortização acumulada	(37)	(2.498.856)	(5.547.513)	-	(4.258)	(95.100)	(8.145.764)
Adições	-	-	-	709.811	-	18.887	728.698
Amortização	-	(285.018)	(440.689)	-	(1.419)	(13.166)	(740.292)
Transferência - intangíveis	-	-	433.440	(433.440)	-	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	235	(436.087)	-	-	(435.852)
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(21.279)	159	-	16.357	(4.763)
Combinação de negócios	-	856.650	-	-	-	3.488	860.138
Cisão de atividade de geração nas distribuidoras (nota 13)	-	-	(299)	-	-	13	(286)
Saldo em 31/12/2014	6.115	4.884.012	3.734.606	414.574	30.162	86.503	9.155.973
Custo histórico	6.152	7.670.434	9.526.355	414.574	35.840	195.577	17.848.932
Amortização acumulada	(37)	(2.786.422)	(5.791.748)	-	(5.678)	(109.074)	(8.692.959)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes linhas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios (nota 29).

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2014 foram capitalizados R\$ 8.044 (R\$ 8.845 em 2013) a uma taxa de 7,50% a.a. (8,32% a.a. em 2013).

15.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2014		31/12/2013		Taxa de amortização	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2014	2013
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
Controladora						
CPFL Paulista	304.861	(172.465)	132.397	147.933	5,10%	6,03%
CPFL Piratininga	39.065	(20.694)	18.371	20.192	4,66%	4,85%
RGE	3.150	(1.386)	1.764	1.943	5,70%	5,86%
CPFL Geração	54.555	(29.046)	25.509	28.170	4,88%	4,83%
CPFL Santa Cruz	9	(8)	1	3	16,22%	16,40%
CPFL Leste Paulista	3.333	(2.820)	513	1.091	17,36%	17,45%
CPFL Sul Paulista	7.288	(6.132)	1.156	2.434	17,53%	16,94%
CPFL Jaguari	5.213	(4.500)	713	1.710	19,13%	16,49%
CPFL Mococa	9.110	(8.069)	1.041	2.638	17,53%	18,96%
CPFL Jaguari Geração	7.896	(2.810)	5.086	5.616	6,71%	7,07%
	<u>434.480</u>	<u>(247.930)</u>	<u>186.550</u>	<u>211.730</u>		
Controladas						
CPFL Renováveis	3.993.342	(415.016)	3.578.326	2.850.857	4,11%	4,11%
Outros	15.096	(14.175)	921	1.083		
	<u>4.008.438</u>	<u>(429.191)</u>	<u>3.579.246</u>	<u>2.851.940</u>		
Subtotal	4.442.918	(677.121)	3.765.797	3.063.670		
Intangível adquirido já incorporado - dedutível						
Controladas						
RGE	1.120.266	(818.702)	301.564	321.225	1,75%	1,89%
CPFL Geração	426.450	(287.347)	139.103	155.698	3,89%	3,66%
Subtotal	1.546.716	(1.106.049)	440.667	476.923		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Controladora						
CPFL Paulista	1.074.026	(643.640)	430.386	479.952	4,61%	5,39%
CPFL Piratininga	115.762	(61.322)	54.439	59.836	4,66%	4,85%
RGE	310.128	(142.488)	167.640	184.700	5,50%	5,65%
CPFL Santa Cruz	61.685	(55.631)	6.054	12.241	10,03%	10,14%
CPFL Leste Paulista	27.034	(24.325)	2.709	6.615	14,45%	14,47%
CPFL Sul Paulista	38.168	(33.984)	4.184	9.662	14,35%	14,02%
CPFL Mococa	15.124	(13.858)	1.266	3.390	14,05%	14,85%
CPFL Jaguari	23.600	(21.404)	2.195	5.813	15,33%	14,28%
CPFL Jaguari Geração	15.275	(6.600)	8.675	9.578	5,91%	6,23%
Subtotal	1.680.801	(1.003.252)	677.548	771.788		
Total	7.670.434	(2.786.422)	4.884.012	4.312.381		

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado:

– Intangível adquirido não incorporado

Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3.

– Intangível adquirido já incorporado - Dedutível

Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

– Intangível adquirido já incorporado - Recomposto

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas



controladas, sendo necessária a constituição do intangível indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

Para os saldos da controlada CPFL Renováveis, a amortização é registrada pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, pelo método linear. Para os demais saldos, as taxas de amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios são definidas com base na curva do resultado projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão, cujas projeções são revistas anualmente.

15.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, rentabilidade de suas operações, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(16) FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	-	61.880
Suprimento de energia elétrica	1.895.742	1.300.598
Encargos de uso da rede elétrica	125.860	91.603
Materiais e serviços	250.416	338.524
Energia livre	102.129	92.088
Total	2.374.147	1.884.693
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	633	-

(17) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
	31/12/2014				31/12/2013			
	Encargos - circulante e não Circulante	Principal		Total	Encargos - circulante e não circulante	Principal		Total
Circulante		Não circulante	Circulante			Não circulante		
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Repotenciação	-	-	-	-	6	1.229	-	1.235
Investimento	10.463	619.704	4.696.171	5.326.338	24.555	872.818	4.071.441	4.968.814
Bens de renda	14	631	3.649	4.294	27	1.364	5.717	7.108
Instituições financeiras	128.887	239.799	1.434.168	1.802.855	128.752	560.121	1.520.231	2.209.104
Outros	709	108.918	14.223	123.851	674	40.658	19.063	60.395
Total ao custo	140.074	969.053	6.148.211	7.257.338	154.013	1.476.190	5.616.452	7.246.656
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	18.168	125.511	3.353.468	3.497.147	15.213	42.307	1.906.739	1.964.259
Marcação a mercado	-	155	(56.153)	(55.998)	-	194	44.001	44.195
Total ao valor justo	18.168	125.667	3.297.315	3.441.149	15.213	42.501	1.950.740	2.008.454
Gastos com captação								
	-	(1.219)	(18.891)	(20.110)	-	(4.066)	(21.048)	(25.114)
Total	158.241	1.093.500	9.426.634	10.678.376	169.226	1.514.626	7.546.144	9.229.996



Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
	31/12/2014	31/12/2013			
Moeda nacional					
Repotenciação					
CPFL Renováveis					
BNDES	-	1.235	TJLP + 3,1% a 4,3%	75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Investimento					
CPFL Paulista					
FINEM IV	-	64.103	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	103.617	137.195	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	7.130	8.874	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	45.937	53.481	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	245.445	284.373	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	11.917	12.684	Pré fixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	218.640	204.849	Pré fixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	42.260	50.706	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
FINEM III	-	26.719	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	55.807	73.892	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	2.299	2.861	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM IV	23.889	27.812	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	71.737	80.513	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	3.130	3.288	Pré fixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	54.409	48.237	Pré fixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	20.039	24.044	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE					
FINEM IV	-	40.805	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	62.721	83.046	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM V	17.622	20.516	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	131.125	157.318	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	1.261	1.420	Pré fixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM VI	80.396	73.013	Pré fixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINAME	10.056	12.065	Pré fixado 4,5%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
FINAME	287	345	Pré fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária
CPFL Santa Cruz					
CCB - Unibanco	929	3.159	TJLP + 2,90%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	11.317	-	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	3.334	-	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	7.596	-	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
CCB - Unibanco	1.286	2.688	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e Recebíveis
FINEM	2.904	-	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.179	-	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.685	-	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
CCB - Unibanco	1.393	2.911	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	1.968	-	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.553	-	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	3.545	-	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguari					
CCB - Unibanco	455	1.547	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Santander	1.968	2.136	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	635	607	Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.775	-	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	1.104	-	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
FINEM	2.516	-	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa					
CCB - Unibanco	608	1.824	TJLP + 2,9%	54 Parcelas mensais a partir de janeiro 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CCB - Santander	2.532	2.747	TJLP + 3,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	2.067	1.358	Cesta de Moedas + 1,99% a 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia
CCB - Santander	4.335	2.305	TJLP + 2,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Serviços					
FINAME	1.675	1.701	Pré fixado 2,5% a 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	357	-	Pré fixado 6%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	1.272	1.258	Pré fixado 6% a 10%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	14.806	11.699	Pré fixado 2,5% a 5,5%	114 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	74	87	TJLP + 4,2%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	2.860	-	Pré fixado 6%	90 Parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	7.017	-	Pré fixado 6%	96 Parcelas mensais a partir de julho de 2016	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
CERAN					
BNDES	360.217	409.365	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
BNDES	54.604	54.956	Cesta de moedas + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Transmissão					
FINAME	17.736	4.667	Pré fixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
CPFL Telecom					
FINAME	7.588	-	Pré fixado 6,0%	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINEM	6.187	-	SELIC + 3,12%	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval da CPFL Energia
FINEM	21.349	-	TJLP + 2,12% a 3,12%	60 parcelas mensais a partir de dezembro de 2016	Aval da CPFL Energia



CPFL Renováveis					
FINEM I	321.088	352.830	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	28.605	31.997	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	565.890	605.263	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	101.723	113.106	TJLP + 2,8% a 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária
FINEM VI	84.176	76.673	TJLP + 2,05%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	176.252	194.041	TJLP - 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM VIII	79.124	50.811	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM IX	39.581	46.994	TJLP + 2,15%	120 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada e alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
FINEM X	827	1.108	TJLP	84 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações.Cessão fiduciária. Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI	126.670	138.101	TJLP + 1,87% a 1,9%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	357.620	336.782	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	315.596	-	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de ações e máquinas e equipamentos da SPE e cessão fiduciária.
FINEM XIV	19.707	-	TJLP + 3,50%	120 parcelas mensais a partir de junho de 2007	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis, penhor dos direitos emergentes da autorização - ANEEL e penhor de ações
FINEM XV	35.392	-	TJLP + 3,44%	Parcelas mensais até março de 2023	Cessão fiduciária dos recebíveis, penhor dos direitos emergentes da autorização - ANEEL e penhor de ações
FINEM XV	10.581	-	Pré fixado + 5,50%	Parcelas mensais até janeiro de 2020	Cessão fiduciária dos recebíveis, penhor dos direitos emergentes da autorização - ANEEL e penhor de ações
FINEM XVI	146.812	-	TJLP + 2,18%	Parcelas mensais até fevereiro de 2030	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis, penhor dos direitos emergentes da autorização - ANEEL, penhor de ações e conta reserva
FINEM XVI	378.728	-	TJLP + 2,18%	Parcelas mensais até dezembro de 2028	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis, penhor dos direitos emergentes da autorização - ANEEL, penhor de ações e conta reserva
FINAME I	163.476	190.396	Pré fixado 5,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINAME II	26.081	31.168	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios.
FINAME III	115.681	129.659	Pré fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Penhor de ações da CPFL Renováveis, penhor de ações e conta reserva da SPE e cessão de recebíveis
FINEP I	2.382	2.506	Pré fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança bancária
FINEP II	10.366	-	TJLP - 1,00%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança
FINEP III	6.945	-	TJLP + 3,00%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança
BNB I	117.516	133.192	Pré fixado 9,5% a 10%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009	Alienação fiduciária
BNB II	172.430	175.695	Pré fixado 10% (f)	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Fiança da CPFL Energia
BNB III	32.591	-	Pré fixado 9,5%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	74.197	79.109	IGP-M + 8,63%	Parcelas trimestrais até setembro 2023	Não existem garantias
Ponte BNDES II	-	84.507	TJLP + 3,02 %	Parcela única em fevereiro de 2014	Penhor de ações da SPE
Ponte BNDES III	-	194.242	TJLP + 3,02 %	Parcela única em fevereiro de 2014	Penhor de ações da SPE
Ponte BNDES IV	49.492	-	TJLP + 2,40%	Parcela única em janeiro de 2016	Fiança
CPFL Brasil					
FINEP	2.657	3.461	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
Bens de renda					
CPFL Serviços					
FINAME	-	146	TJLP + 2,15%	36 Parcelas mensais a partir de março de 2011	Bens vinculados em alienação fiduciária
FINAME	-	4.911	Pré fixado 2,5% a 8,7%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	-	2.051	TJLP + 1,72%	60 Parcelas mensais a partir de maio de 2012	Fiança da CPFL Energia
CPFL ESCO					
FINAME	4.135	-	Pré fixado 4,5% a 8,7%	96 Parcelas mensais a partir de março de 2012	Aval da CPFL Energia e alienação fiduciária de equipamentos
FINAME	158	-	Pré fixado 6%	72 Parcelas mensais a partir de outubro de 2016	Aval da CPFL Energia
Instituições financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil - Lei 8727	-	4.648	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Recebíveis (CPFL Paulista e governo SP)
Banco do Brasil - Capital de giro	105.500	105.124	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (a)	73.758	133.334	98,5% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	95.704	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	291.036	261.334	104,9% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
Banco do Brasil - Capital de giro (a)	6.784	12.263	98,5% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	12.282	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	51.222	45.995	104,9% do CDI	02 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
RGE					
Banco do Brasil - Capital de giro (a)	31.894	57.656	98,50% do CDI	04 Parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	35.338	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	4.340	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	38.417	34.496	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	8.083	-	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	11.156	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	7.419	8.140	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	25.666	-	CDI + 0,1%	12 Parcelas semestrais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	7.969	-	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de março de 2015	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	10.307	-	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	5.982	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	24.447	21.952	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	4.036	-	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguarí					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	3.755	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	3.376	3.031	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	15.064	16.615	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	13.836	-	CDI + 0,1%	12 Parcelas semestrais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia



CPFL Mococa					
Banco do Brasil - Capital de giro (b)	-	1.908	99% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (d)	22.119	19.861	104,90% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	4.888	5.392	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco IBM - Capital de giro	15.519	-	CDI + 0,27%	12 Parcelas semestrais a partir de março de 2015	Aval da CPFL Energia
CPFL Serviços					
Banco IBM - Capital de giro	6.316	7.325	CDI + 0,10%	11 Parcelas semestrais a partir de junho de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração					
Banco do Brasil - Capital de giro	637.635	628.828	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis					
Banco Safra	-	27.713	CDI+ 0,4%	Parcelas anuais até 2014	Não existem garantias
HSBC (e)	322.336	350.329	CDI + 0,5%	08 Parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil	36.739	-	Pré fixado + 10,00%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Suporte de acionistas, penhor de ações e de direitos emergentes, cessão de recebíveis, seguro-garantia e fiança e responsabilidade civil
Banco do Brasil - Nota promissória	-	144.428	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Nota promissória	-	150.175	105% do CDI	Parcela semestral até junho de 2014	Não existem garantias
CPFL Telecom					
Banco IBM - Capital de giro	38.489	-	CDI + 0,18%	12 Parcelas semestrais a partir de agosto de 2014	Aval da CPFL Energia
Outros					
Eletrôbrás					
CPFL Paulista	5.414	6.918	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
CPFL Piratininga	239	390	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
RGE	9.746	11.834	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Receíveis e notas promissórias
CPFL Santa Cruz	1.601	2.173	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Leste Paulista	747	961	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
CPFL Sul Paulista	808	1.072	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Jaguarí	41	58	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de junho de 2007	Receíveis e notas promissórias
CPFL Mococa	222	275	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Receíveis e notas promissórias
Outros	105.034	36.713			
Subtotal moeda nacional - custo	7.257.338	7.246.656			
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Instituições financeiras					
CPFL Paulista					
Bank of America Merrill Lynch	270.248	238.318	US\$ + 3,69% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	399.887	352.685	US\$ + Libor 3 meses + 1,48% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of America Merrill Lynch	119.561	-	US\$+Libor 3 meses+1,7% (4)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi (b)	132.887	-	US\$+Libor 3 meses+0,8% (3)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	133.585	117.821	US\$ + Libor 6 meses + 1,77% (2)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	132.962	-	US\$+Libor 3 meses + 1,35% (4)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Mizuho Bank (c)	199.235	-	US\$+Libor 3 meses +1,55% (3)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Morgan Stanley	133.601	117.843	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (2)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	64.958	57.299	US\$ + 3,125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	106.383	-	US\$ + 2,28% + 2,32% (3)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Piratininga					
Citibank	21.401	18.878	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (2)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	167.050	-	US\$ + Libor 6 meses + 1,14% (2)	Parcela única em janeiro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	132.962	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (4)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	120.585	106.348	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	84.843	74.840	US\$ + 3,3125% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Sumitomo (b)	133.259	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
RGE					
Bank of Tokyo-Mitsubishi	47.908	42.252	US\$ + Libor 3 meses + 0,82% (3)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Bank of Tokyo-Mitsubishi	218.046	192.298	US\$ + Libor 3 meses + 0,83% (3)	Parcela única em maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	39.912	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,25% (4)	02 Parcelas anuais a partir de maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Citibank	186.593	164.567	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (3)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	126.126	111.235	US\$ + 2,64% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	36.223	-	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (4)	Parcela única em outubro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Santa Cruz					
J.P. Morgan	25.864	22.813	US\$ + 2,38% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	23.590	20.805	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Leste Paulista					
Citibank	-	11.226	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (2)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	32.926	29.037	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Sul Paulista					
Citibank	-	11.226	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (2)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
J.P. Morgan	13.578	11.977	US\$ + 2,38% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	25.949	22.885	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	13.829	12.195	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Jaguarí					
Citibank	-	10.284	US\$ + Libor 6 meses + 1,57% (2)	Parcela única em agosto de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Santander	36.564	32.247	US\$ + 2,544% (3)	Parcela única em junho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	17.122	15.099	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Mococa					
Citibank	-	9.822	US\$ + Libor 6 meses + 1,52% (2)	Parcela única em setembro de 2014	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	14.488	12.776	US\$ + 2,695% (2)	Parcela única em julho de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Geração					
Citibank	-	147.482	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (2)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
HSBC	265.779	-	US\$+Libor 3 meses+1,30% (3)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Serviços					
J.P. Morgan	10.040	-	US\$ + 1,75% (2)	Parcela única em outubro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória
CPFL Telecom					
Banco Itaú	9.202	-	US\$ + 2,35% (3)	Parcela única em novembro de 2015	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado					
	(55.998)	44.195			
Total moeda estrangeira - valor justo	3.441.149	2.008.454			
Gastos com captação (*)	(20.110)	(25.114)			
Total Consolidado	10.678.376	9.229.996			



As controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| (1) 143,85% do CDI | (3) 104,1% a 109% do CDI |
| (2) 99% a 104% do CDI | (4) 109,1% a 110% do CDI |

Taxa efetiva:

- | | |
|---------------------------|-----------------------|
| (a) 106% a 106,99% do CDI | (d) 109,47% do CDI |
| (b) 107% a 107,99% do CDI | (e) CDI + 0,73% |
| (c) 108,49% do CDI | (f) Pré fixado 10,57% |

(*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 3.441.149 (R\$ 2.008.454 em 31 de dezembro de 2013).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro das controladas. Os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 55.998 (perda de R\$ 44.195 em 31 de dezembro de 2013), reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 25.382 (ganho de R\$ 18.080 em 31 de dezembro de 2013), contratados para proteção da variação cambial (nota 35), geraram um ganho total líquido de R\$ 30.616 (perda de R\$ 26.114 em 31 de dezembro de 2013).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2016	2.177.991
2017	1.581.937
2018	1.654.242
2019	1.642.385
2020	515.495
2021 a 2025	1.359.618
2026 a 2030	551.119
Subtotal	9.482.787
Marcação a mercado	(56.154)
Total	9.426.634

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada		Consolidado % da dívida	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IGP-M	3,69	5,53	0,69	0,91
UMBND	13,27	17,80	0,53	0,62
TJLP	5,00	5,00	36,50	39,03
CDI	10,81	8,02	49,26	45,42
Outros			13,01	14,03
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

Moeda nacional						
Montantes R\$ mil						
Empresa	Banco / Modalidade	Total aprovado	Liberado em 2014	Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
Investimento:						
CPFL Paulista	FINEM VI (a) (b)	790.000	26.969	26.969	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Piratininga	FINEM V (a) (b)	220.000	12.442	12.442	Mensal	Plano de investimento da controlada
RGE	FINEM VI (a) (b)	274.997	8.354	8.354	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Santa Cruz	FINEM (b)	25.360	21.891	21.891	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Leste Paulista	FINEM (b)	13.045	6.655	6.655	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Sul Paulista	FINEM (b)	12.280	6.945	6.945	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Jaguari	FINEM (b)	10.398	6.288	6.288	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Mococa	CCB Santander (b)	6.119	2.523	1.631	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Serviços	FINAME (b)	15.140	15.140	15.140	Mensal	Aquisição de veículos e equipamentos
CPFL Transmissão	FINAME (b)	23.824	13.054	13.054	Mensal	Aquisição de equipamentos elétricos
CPFL Telecom	FINAME e FINEM (b)	95.333	34.918	34.632	Trimestral na carência e mensal pós carência	Plano de investimento da controlada
CPFL Renováveis	BNB II (b)	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Renováveis	FINEM XIII	379.948	314.991	314.991	Mensal	Plano de investimento da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XIV, FINEM XV, FINEM XVI, Ponte BNDES IV (b), FINEP III (b)	(e)	(e)	(e)	Ponte BNDES IV: Jan/2016; Demais: Mensal	Plano de investimento da controlada (PCHs e eólicas)
CPFL Renováveis	FINEM VI	85.244	9.667	9.667	Mensal	Construção PCHs
CPFL Renováveis	FINEM XII	289.954	22.758	22.758	Mensal	Construção Parque Eólico
CPFL Renováveis	FINAME III	207.000	31.543	31.543	Mensal	Construção Usina
CPFL Renováveis	FINEP II (b)	88.095	10.348	10.234	Mensal	Plano de investimento da controlada (inovações tecnológicas)
Instituições Financeiras:						
CPFL Santa Cruz	Banco IBM (b)	8.006	8.006	8.006	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Leste Paulista	Banco IBM (b)	43.955	43.955	43.955	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Sul Paulista	Banco IBM (b)	3.997	3.997	3.997	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Jaguari	Banco IBM (b)	13.986	13.986	13.986	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Mococa	Banco IBM (b)	15.000	15.000	15.000	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Telecom	Banco IBM (b)	37.989	37.989	37.989	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Renováveis	Banco do Brasil (Nota promissória) (b)	138.000	138.000	138.000	(d)	(d)
CPFL Renováveis	Banco do Brasil	(e)	(e)	(e)	Mensal	Plano de investimento da controlada (PCHs)



Moeda estrangeira						
Montantes R\$ mil						
Empresa	Banco / Modalidade	Total aprovado	Liberado em 2014	Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
Instituições Financeiras:						
CPFL Paulista	Bank of America Merrill Lynch - Lei nº 4.131/62	106.020	106.020	106.020	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Paulista	Banco Tokyo-Mitsubishi - Lei nº 4.131/62	117.400	117.400	116.226	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Paulista	Citibank - Lei nº 4.131/62	117.250	117.250	117.250	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Paulista	Mizuho Bank - Lei nº 4.131/62	174.900	174.900	173.413	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Paulista	JP Morgan - Lei nº 4.131/62	104.570	104.570	104.570	Semestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Piratininga	Citibank - Lei nº 4.131/62	151.875	151.875	151.875	Semestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Piratininga	Citibank - Lei nº 4.131/62	117.250	117.250	117.250	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Piratininga	Sumitomo - Lei nº 4.131/62	110.275	110.275	109.448	Trimestral	Reforço de capital de giro
RGE	Citibank - Lei nº 4.131/62	33.285	33.285	33.285	Trimestral	Reforço de capital de giro
RGE	HSBC - Lei nº 4.131/62	32.715	32.715	32.715	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Geração	HSBC - Lei nº 4.131/62	232.520	232.520	232.520	Trimestral	Alongamento do perfil da dívida
CPFL Serviços	J.P. Morgan (b)	9.000	9.000	9.000	Semestral	Reforço de capital de giro
CPFL Telecom	Banco Itaú (b)	9.000	9.000	9.000	No vencimento do principal	Reforço de capital de giro

(a) Saldo remanescente cancelado

(b) Não há cláusulas restritivas financeiras

(c) A controlada indireta Rosa dos Ventos, adquirida em fevereiro de 2014, possuía estas operações, que passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de março de 2014.

(d) Em janeiro de 2014 o saldo remanescente das notas promissórias emitidas pelas controladas indiretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V foram liquidadas com recursos advindos de uma nova emissão nas mesmas condições.

(e) A controlada indireta DESA, adquirida em outubro de 2014, possuía estas operações, que passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de outubro de 2014.

Pré-pagamento

CPFL Geração – Citibank - A dívida em moeda estrangeira da controlada CPFL Geração com a instituição financeira Citibank, com vencimento original programado para agosto de 2016, foi liquidada em 2014.

Condições restritivas

BNDDES:

Os financiamentos junto ao BNDDES restringem as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE

Manutenção, pelas controladas, dos seguintes índices:



- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

CPFL Geração

Os empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada indireta CERAN determina:

- Manutenção de índice de cobertura da dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização;
- Restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

CPFL Telecom

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices:

- Patrimônio Líquido / (patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28; e
- Dívidas bancárias líquidas / EBITDA ajustado inferior a 3,75.

CPFL Renováveis

FINEM I e FINEM VI

- Manutenção de índice de cobertura da dívida "ICSD" (Saldo de caixa do ano anterior + geração de caixa do ano corrente) / Serviço da dívida do ano corrente) em 1,2 vezes.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%.

Em Dezembro de 2014 a controlada obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD para o FINEM VI referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

FINEM II e FINAME II

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de patrimônio líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

Em 2014 foi firmado aditamento contratual, tendo como objetivo a alteração do limite do indicador financeiro, Dívida Líquida/EBITDA (apurados na CPFL Energia), que passou de 4,00 para 3,75, bem como a metodologia de apuração.

FINEM V

- Manutenção de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção de índice de capitalização própria igual ou superior a 30%.

Em dezembro de 2014 a controlada obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM VII e X

- Manutenção anual de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM VIII e FINAME III



- Manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2;
- Manutenção de índice de dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio líquido + dívidas líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis.

Em dezembro de 2014 as controladas Bio Alvorada e Bio Coopcana obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora CPFL Renováveis, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

FINEM IX e FINEM XIII

- Manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3.

FINEM XI e FINAME I

- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

Em 30 de dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA do FINEM XI e FINAME I, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM XII

- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida das controladas indiretas Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A. e SPE Pedra Preta Energia S.A. maior ou igual a 1,3, após o início de amortização;
- Manutenção anual do índice de cobertura do serviço da dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding S.A., após o início de amortização.

FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do investimento total do projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.

FINEM XV

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total;
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

FINEM XVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida igual ou maior a 1,20, durante o período de amortização. Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas S.A..

HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção razão entre Dívida Total e Patrimônio Líquido igual ou superior a 30%;



- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7.

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

Banco do Brasil (*) – Capital de Giro – CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices financeiros:

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

(*) Apenas para as dívidas contratadas em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 são R\$ 73.758 para CPFL Paulista, R\$ 6.784 para CPFL Piratininga e R\$ 31.894 para RGE.

Captações em moeda estrangeira - Bank of América, J.P Morgan, Citibank, Morgan Stanley, Scotiabank, Bank of Tokyo, Santander, Sumitomo, Mizuho, e HSBC (Lei 4.131)

As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente.

Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia, exceto se ao menos um dos acionistas (Camargo Corrêa e Previ) permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle pela Companhia.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.



(18) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

		Consolidado							
		31/12/2014			31/12/2013				
		Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Controladora									
4ª Emissão	Série única	15.020	1.290.000	-	1.305.020	12.438	-	1.290.000	1.302.438
		15.020	1.290.000	-	1.305.020	12.438	-	1.290.000	1.302.438
CPFL Paulista									
6ª Emissão	Série única	38.673	-	660.000	698.673	31.674	-	660.000	691.674
7ª Emissão	Série única	24.291	-	505.000	529.291	20.173	-	505.000	525.173
		62.964	-	1.165.000	1.227.964	51.847	-	1.165.000	1.216.847
CPFL Piratininga									
3ª Emissão	Série única	7.571	260.000	-	267.571	6.331	-	260.000	266.331
6ª Emissão	Série única	6.446	-	110.000	116.446	5.279	-	110.000	115.279
7ª Emissão	Série única	11.304	-	235.000	246.304	9.388	-	235.000	244.388
		25.320	260.000	345.000	630.320	20.998	-	605.000	625.998
RGE									
6ª Emissão	Série única	29.298	-	500.000	529.298	23.995	-	500.000	523.995
7ª Emissão	Série única	8.177	-	170.000	178.177	6.791	-	170.000	176.791
		37.475	-	670.000	707.475	30.786	-	670.000	700.786
CPFL Santa Cruz									
1ª Emissão	Série única	480	-	65.000	65.480	416	-	65.000	65.416
CPFL Brasil									
2ª Emissão	Série única	2.346	-	228.000	230.346	1.948	-	228.000	229.948
CPFL Geração									
3ª Emissão	Série única	7.687	264.000	-	271.687	6.429	-	264.000	270.429
4ª Emissão	Série única	-	-	-	-	5.809	-	680.000	685.809
5ª Emissão	Série Única	11.236	-	1.092.000	1.103.236	9.329	-	1.092.000	1.101.329
6ª Emissão	Série única	19.446	-	460.000	479.446	16.254	-	460.000	476.254
7ª Emissão	Série única	13.739	-	635.000	648.739	-	-	-	-
8ª Emissão	Série única	2.903	-	72.390	75.293	-	-	-	-
		55.012	264.000	2.259.390	2.578.401	37.821	-	2.496.000	2.533.821
CPFL Renováveis									
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	798	36.640	476.329	513.767	814	34.872	489.858	525.544
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	57.991	8.701	149.492	216.184	32.177	-	158.193	190.370
1ª Emissão - Renováveis	Série única	5.795	21.500	408.500	435.795	5.065	-	430.000	435.065
2ª Emissão - Renováveis	Série única	9.603	-	300.000	309.603	-	-	-	-
1ª Emissão - WF2 (a)	Série única	2.984	30.000	-	32.984	-	-	-	-
2ª Emissão - WF2 (a)	Série única	10.582	132.000	-	142.582	-	-	-	-
1ª Emissão - DESA (a)	Série única	716	-	35.000	35.716	-	-	-	-
2ª Emissão - DESA (a)	Série única	6.022	-	65.000	71.022	-	-	-	-
		94.491	228.841	1.434.321	1.757.653	38.056	34.872	1.078.051	1.150.979
Gastos com emissão (*)									
		-	(766)	(30.311)	(31.077)	-	-	(34.832)	(34.832)
		293.108	2.042.075	6.136.400	8.471.583	194.311	34.872	7.562.219	7.791.402

(*) Conforme CPC 08/IAS 39 referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.



		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias
Controladora						
4ª Emissão	Série única	129.000	CDI + 0,40%	CDI + 0,51%	Parcela única em maio de 2015	Quirografia
CPFL Paulista						
6ª Emissão	Série única	660	CDI + 0,8% (2)	CDI + 0,87%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	50.500	CDI + 0,83% (3)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
CPFL Piratininga						
3ª Emissão	Série única	260	107% do CDI	108,23% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	110	CDI + 0,8% (2)	CDI + 0,91%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	23.500	CDI + 0,83% (2)	CDI + 0,89%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
RGE						
6ª Emissão	Série única	500	CDI + 0,8% (2)	CDI + 0,88%	03 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	17.000	CDI + 0,83% (3)	CDI + 0,88%	04 parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz						
1ª Emissão	Série única	650	CDI + 1,4%	CDI + 1,52%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
CPFL Brasil						
2ª Emissão	Série única	2.280	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração						
3ª Emissão	Série única	264	107% do CDI	108,23% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão	Série única	6.800	CDI + 1,4%	CDI + 1,49%	02 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,4%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série única	46.000	CDI + 0,75% (1)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
8ª Emissão	Série única	1	IPCA + 5,86% (1)	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis						
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,6%	39 parcelas semestrais a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas anuais a partir de junho de 2015	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Renováveis	Série única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Parcelas anuais a partir de maio de 2015	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding
2ª Emissão - Renováveis	Série única	300.000	114,0% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Quirografia
1ª Emissão - WF2 (a)	Série única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Parcela única em março de 2015	Quirografia
2ª Emissão - WF2 (a)	Série única	20	CDI + 2%	CDI + 2%	Parcela única em novembro de 2015	Quirografia
1ª Emissão - DESA (a)	Série única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas semestrais a partir de maio de 2016	Quirografia
2ª Emissão - DESA (a)	Série única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril de 2018	Quirografia

As controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 100,15% a 106,9% do CDI

(3) 108% a 108,1% do CDI

(2) 107% a 107,9% do CDI

O saldo de Debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2016	105.841
2017	1.204.809
2018	1.664.194
2019	1.800.175
2020	608.371
2021 a 2025	661.183
2026 a 2030	91.827
Total	6.136.400



Principais adições no exercício

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação dos recursos
			Liberado em 2014	Liberado líquido dos gastos de emissão		
CPFL Geração	7ª emissão	63.500	635.000	633.440	Semestralmente	Refinanciamento das dívidas
CPFL Geração	8ª emissão	1	70.000	68.873	Anualmente	Investimento em projeto da controlada
CPFL Renováveis	2ª emissão	300.000	300.000	298.700	Semestralmente	Reforço de capital de giro e plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	1ª e 2ª emissão - WF2 e 1ª e 2ª emissão - DESA	(a)	(a)	(a)	(a)	Aquisição de investimentos, desenvolvimento de novos negócios, financiamento de projetos e reforço de caixa

(a) Em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou o saldo da 1ª e 2ª emissão das debêntures da WF2 e Dobrevê Energia S/A.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Paulista (6ª e 7ª emissões), CPFL Piratininga (3ª, 6ª e 7ª emissões), RGE (6ª e 7ª emissões), CPFL Geração (3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões), CPFL Brasil e CPFL Santa Cruz

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

CPFL Renováveis

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contemplam cláusulas que requerem da controlada CPFL Renováveis a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão CPFL Renováveis:

- Índice de cobertura do serviço da dívida operacional maior ou igual a 1,00;
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante;
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

2ª emissão CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante. Tais índices serão medidos anualmente.



1ª emissão controlada indireta PCH Holding 2 S.A:

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014;
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.

2ª emissão – Dobrevê Energia S/A (DESA):

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos menor ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

Diversas debêntures das controladas e empreendimentos controlados em conjunto estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.

(19) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características:

19.1 Características

CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.



Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

RGE

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência, estruturado na modalidade de contribuição definida.

CPFL Santa Cruz



O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguarí

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

CPFL Geração

Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

19.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2014				Total passivo
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.820.563	986.972	88.621	279.283	5.175.439
Valor justo dos ativos do plano	(3.315.422)	(913.589)	(85.360)	(273.019)	(4.587.390)
Valor presente das obrigações líquidas, reconhecido no balanço	505.141	73.383	3.261	6.264	588.049

	31/12/2013				Total passivo
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832
Valor justo dos ativos do plano	(3.235.768)	(874.546)	(83.309)	(242.325)	(4.435.948)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	364.085	44.895	(1.142)	3.046	410.884
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	-	-	1.142	-	1.142
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	364.085	44.895	-	3.046	412.025

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total passivo
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2012	4.431.699	1.159.779	101.714	298.014	5.991.206
Custo do serviço corrente bruto	1.485	6.099	167	359	8.110
Juros sobre obrigação atuarial	380.340	99.150	8.740	25.727	513.957
Contribuições de participantes vertidas no ano	60	1.582	12	927	2.581
Ganho atuarial por mudança de premissas financeiras	(912.671)	(282.757)	(21.728)	(63.034)	(1.280.190)
Benefícios pagos no ano	(301.060)	(64.412)	(6.738)	(16.622)	(388.832)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2013	3.599.853	919.441	82.167	245.371	4.846.832
Custo do serviço corrente bruto	1.160	3.937	152	(43)	5.206
Juros sobre obrigação atuarial	404.925	104.090	9.250	27.748	546.013
Contribuições de participantes vertidas no ano	14	1.700	-	783	2.497
Perda atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	35.892	10.484	1.113	4.379	51.868
Perda atuarial: efeito de premissas financeiras	89.187	16.695	3.089	19.387	128.358
Benefícios pagos no ano	(310.468)	(69.375)	(7.150)	(18.342)	(405.335)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2014	3.820.563	986.972	88.621	279.283	5.175.439



	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total ativo
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2012	(3.774.468)	(985.557)	(93.360)	(271.878)	(5.125.263)
Rendimento esperado no ano	(337.591)	(89.686)	(8.560)	(24.698)	(460.535)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(60)	(1.582)	(12)	(927)	(2.581)
Contribuições de patrocinadoras	(56.266)	(18.243)	(1.208)	(8.336)	(84.053)
Perda (ganho) atuarial	631.557	156.110	13.093	46.892	847.652
Benefícios pagos no ano	301.060	64.412	6.738	16.622	388.832
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2013	(3.235.768)	(874.546)	(83.309)	(242.325)	(4.435.948)
Rendimento esperado no ano	(365.720)	(100.048)	(9.459)	(27.961)	(503.188)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(14)	(1.700)	-	(783)	(2.497)
Contribuições de patrocinadoras	(85.024)	(24.930)	(1.809)	(7.421)	(119.184)
Perda (ganho) atuarial	60.636	18.260	2.067	(12.871)	68.092
Benefícios pagos no ano	310.468	69.375	7.150	18.342	405.335
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2014	(3.315.422)	(913.589)	(85.360)	(273.019)	(4.587.390)

19.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2012	657.231	174.222	8.353	26.136	865.942
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	44.234	15.562	481	1.388	61.665
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(56.266)	(18.243)	(1.207)	(8.336)	(84.052)
Ganho atuarial por mudança de premissas financeiras	(281.114)	(126.646)	(7.627)	(16.142)	(431.529)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2013	364.085	44.895	-	3.046	412.025
Outras contribuições	14.458	394	69	504	15.425
Total passivo	378.543	45.289	69	3.550	427.450
Circulante					76.810
Não Circulante					350.640
Passivo atuarial líquido em 31/12/2013	364.085	44.895	-	3.046	412.025
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	40.365	7.979	77	(256)	48.165
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(85.024)	(24.930)	(1.809)	(7.421)	(119.184)
Perda atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	35.892	10.484	1.113	4.379	51.868
Perda atuarial: efeito de premissas financeiras	149.823	34.955	3.880	6.515	195.174
Passivo atuarial líquido em 31/12/2014	505.140	73.383	3.261	6.264	588.048
Outras contribuições	15.171	456	65	20	15.712
Total passivo	520.311	73.839	3.326	6.284	603.760
Circulante					85.374
Não Circulante					518.386

19.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2015 estão apresentadas a seguir:

	2015
CPFL Paulista	89.275
CPFL Piratininga	26.177
CPFL Geração	1.899
RGE	7.792

Os benefícios esperados a serem pagos pelas fundações nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:



Pagamentos de benefícios esperados (a serem pagos pela Fundação CESP e ELETROCEEE)

	2015	2016	2017	2018	2019 a 2024	TOTAL
CPFL Paulista	305.800	320.045	334.684	349.550	2.397.175	3.707.254
CPFL Piratininga	65.866	69.163	72.980	77.122	570.573	855.704
CPFL Geração	7.034	7.324	7.697	8.003	55.227	85.285
RGE	19.392	20.907	22.520	23.696	169.538	256.053

Em 31 de dezembro de 2014, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,2 anos para a CPFL Paulista, 10,8 anos para a CPFL Piratininga, 9,3 anos para a CPFL Geração e 10,2 anos para a RGE.

19.5 Reconhecimento das receitas e despesas com entidade de previdência privada

A estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2015 e as despesas reconhecidas em 2014 são como segue:

	2015 Estimadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	1.270	3.880	188	(31)	5.307
Juros sobre obrigações atuariais	420.314	109.333	9.753	30.895	570.295
Rendimento esperado dos ativos do plano	(367.541)	(102.525)	(9.488)	(30.670)	(510.224)
Total da despesa (receita)	54.043	10.688	453	194	65.378

	2014 Realizadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	1.160	3.937	152	(43)	5.206
Juros sobre obrigações atuariais	404.925	104.090	9.250	27.748	546.013
Rendimento esperado dos ativos do plano	(365.720)	(100.048)	(9.459)	(27.961)	(503.188)
Efeito do limite do ativo a ser contabilizado	-	-	134	-	134
Total da despesa (receita)	40.365	7.979	77	(256)	48.165

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	8,15% a.a.	7,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	TÁBUA MERCER
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano

* Experiência FUNCESP, com agravamento uniforme de 15% entre as idades de 30 e 40 anos, sendo nula a partir dos 45 anos.

19.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do grupo CPFL, em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, administrados pela Fundação CESP e



ELETROCEEE. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2015, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2014.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Fundação CESP								Ativos administrados pela ELETROCEEE			
	CPFL Paulista e CPFL Geração				CPFL Piratininga				RGE			
	Cotados em mercado ativo		Não cotados em mercado		Cotados em mercado ativo		Não cotados em mercado		Cotados em mercado ativo		Não cotados em mercado ativo	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Renda fixa	75%	73%	-	-	78%	73%	-	-	61%	61%	-	-
Títulos públicos federais	65%	63%	-	-	65%	63%	-	-	42%	40%	-	-
Títulos privados (instituições financeiras)	5%	6%	-	-	9%	6%	-	-	5%	5%	-	-
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	2%	-	-	2%	2%	-	-	8%	8%	-	-
Fundos de investimento multimercado	2%	2%	-	-	2%	2%	-	-	6%	8%	-	-
Outros investimentos de renda fixa	2%	1%	-	-	-	1%	-	-	-	-	-	-
Renda variável	18%	21%	-	-	18%	21%	-	-	23%	24%	-	-
Ações da CPFL Energia	6%	8%	-	-	5%	8%	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimento em ações	12%	13%	-	-	13%	13%	-	-	23%	24%	-	-
Investimentos estruturados	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	14%	-	-
Fundos de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	12%	12%	-	-
Fundos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	1%	1%	-	-
Fundos de investimento multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-	1%	1%	-	-
Imóveis	-	-	4%	3%	-	-	2%	3%	-	-	1%	1%
Operações com participantes	-	-	2%	2%	-	-	2%	2%	-	-	1%	1%
Outros ativos	-	-	1%	1%	-	-	-	1%	-	-	-	-
Depósitos judiciais e outros	-	-	1%	1%	-	-	-	1%	-	-	-	-
	93%	94%	7%	6%	96%	94%	4%	6%	98%	98%	2%	2%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. O valor justo das ações apresentadas na linha "Ações da CPFL Energia" nos ativos gerenciados pela Fundação CESP é de R\$ 288.061 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 378.225 em 31 de dezembro de 2013).

	Meta 2015		
	Fundação CESP		Fundação ELETROCEEE
	CPFL Paulista e CPFL Geração	CPFL Piratininga	RGE
Renda fixa	70,2%	73,2%	65,0%
Renda variável	22,2%	20,3%	20,0%
Imóveis	3,4%	1,6%	1,0%
Empréstimos e financiamentos	1,5%	2,0%	1,0%
Investimentos estruturados	2,2%	2,3%	13,0%
Investimentos no exterior	0,5%	0,6%	0,0%
	100,0%	100,0%	100,0%

A meta de alocação para 2015 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP e ELETROCEEE, efetuada ao final de 2014 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2015, à luz de mudanças das situações macroeconômicas ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Uma das principais ferramentas utilizadas para atingir os objetivos da gestão da Fundação CESP é o ALM (Asset Liability Management – Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos), realizado no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. Esta ferramenta auxilia também no estudo da liquidez dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. A ELETROCEEE também se utiliza desta ferramenta.



A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada por ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

19.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais alta (baixa) e caso a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres:

				CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	TOTAL
Obrigação do benefício definido				3.820.563	986.972	88.621	279.283	5.175.439
Premissas	Premissa laudo (A)	Aumento / (Redução) (B)	Projetado (A+B)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Aumento / (redução) total da obrigação do benefício definido
Taxa de desconto nominal (a.a.)	11,46%	-0,25%	11,21%	88.503	27.097	2.093	7.184	124.877
		0,25%	11,71%	(84.949)	(25.851)	(2.007)	(6.872)	(119.679)
Expectativa de vida (anos)	AT-2000(-10)	-1 ano		(55.623)	(12.248)	(979)	(3.891)	(72.741)
		+1 ano		80.819	15.228	2.115	4.038	102.200

19.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP, que é o índice de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada, exigida pela legislação, a Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: *VaR*, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.



A Política de Investimentos da Fundação CESP impõem restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(20) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Componentes financeiros e recursos hídricos	1.676	1.590
Reserva global de reversão - RGR	15.993	15.983
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.553	1.869
Conta de desenvolvimento energético - CDE	24.570	12.937
FUST e FUNTEL	2	-
Total	43.795	32.379

(21) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	266.489	117.895
Programa de integração social - PIS	15.096	10.156
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	69.701	45.892
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	35.304	62.771
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	22.242	29.659
REFIS - PIS	-	4.100
REFIS - COFINS	-	18.886
Outros	27.434	28.704
Total	436.267	318.063
Não circulante		
REFIS - PIS	-	5.807
REFIS - COFINS	-	26.748
Total	-	32.555

Programa de recuperação fiscal – REFIS - Lei nº 11.941/2009

Em outubro de 2013 foi publicada a Lei no 12.865/2013, a qual reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo qual as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos federais referentes aos processos Fiscais - PIS e COFINS sobre Encargos Setoriais – CCC/CDE – regime não cumulativo no montante total de R\$ 57.465, e, desta forma, obtiveram o desconto de juros e multa no montante de R\$ 36.823 registrado no resultado financeiro (nota 30).

Em junho de 2014 foi instituída a Lei 12.996, que definiu a possibilidade de quitação de 70% do saldo de parcelamentos em andamento com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios ou entre empresas controladora e controladas.

Em novembro de 2014, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga efetuaram a quitação antecipada dos parcelamentos, com saldo total naquela data de R\$ 40.006 mil, sendo R\$ 12.001 através de liquidação



financeira e R\$ 28.005 através de utilização de prejuízos fiscais e bases negativas da CPFL Energia, controladora de ambas as controladas.

(22) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	124.261	82.857	119.707	80.516
Cíveis				
Diversos	172.564	120.696	149.735	174.961
Fiscais				
FINSOCIAL	27.585	77.576	25.682	73.633
Imposto de renda	120.054	829.589	128.332	779.899
Outras	9.774	51.755	20.555	33.785
	<u>157.413</u>	<u>958.920</u>	<u>174.568</u>	<u>887.318</u>
Outros	36.620	4	23.985	384
Total	<u>490.858</u>	<u>1.162.477</u>	<u>467.996</u>	<u>1.143.179</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	
Trabalhistas	119.707	81.992	(35.513)	(57.453)	15.528	-	124.261
Cíveis	149.735	126.363	(35.322)	(105.917)	22.703	15.001	172.564
Fiscais	174.568	8.223	(27.665)	(7.712)	10.000	-	157.413
Outros	23.985	39.427	(10.000)	(16.918)	126	-	36.620
	<u>467.996</u>	<u>256.005</u>	<u>(108.500)</u>	<u>(188.000)</u>	<u>48.356</u>	<u>15.001</u>	<u>490.858</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- (i) **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- (ii) **Cíveis**



Danos Pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração Tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

(iii) **Fiscais**

FINSOCIAL - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991 na controlada CPFL Paulista.

Imposto de Renda - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão de R\$ 120.094 (R\$ 108.782 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.

Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2014 estavam assim representadas: (i) R\$ 459.303 trabalhistas (R\$ 244.277 em 31 de dezembro de 2013) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentre outros; (ii) R\$ 481.575 cíveis (R\$ 413.850 em 31 de dezembro de 2013), representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária; (iii) R\$ 3.216.981 fiscais (R\$ 2.704.881 em 31 de dezembro de 2013), relacionadas basicamente a ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS e Imposto de Renda, sendo uma das principais discussões a dedutibilidade da despesa reconhecida em 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.008.733, com um depósito judicial vinculado de R\$ 703.073; e (iv) R\$ 39.739 regulatórias (R\$ 27.628 em 31 de dezembro de 2013).

Na perda possível regulatória está incluída principalmente a cobrança do encargo de serviço do sistema – ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 06 de março de 2013, na qual as controladas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo, levando os assessores jurídicos da Companhia a qualificarem seu risco de perda como possível. O montante do risco total é de R\$ 18.465, relacionados principalmente às controladas indiretas CPFL Renováveis (R\$ 12.642), Ceran (R\$ 4.679) e Paulista Lajeado (R\$ 1.006).

Depósitos judiciais – imposto de renda: Do montante total de R\$ 829.589, o montante de R\$ 703.073 (R\$ 648.861 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Tributos Federais de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em decorrência desta medida, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais e efetuou depósitos judiciais. Esta dedutibilidade gerou ainda outras autuações e a controlada ofereceu como



garantia fianças bancárias. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, a opinião da Administração é que o risco de perda é possível.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(23) USO DO BEM PÚBLICO

Empresas	Consolidado		Quantidade de parcelas restantes
	31/12/2014	31/12/2013	
CERAN	84.992	83.176	255
Circulante	4.000	3.738	
Não circulante	80.992	79.438	

(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Consumidores e concessionárias	49.710	43.804	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	267.123	218.419	13.370	11.537
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	105.125	164.180	12.389	4.842
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.469	1.966	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	734	982	-	-
Fundo de reversão	-	-	17.750	17.750
Adiantamentos	85.683	34.879	23.849	-
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	49.938	34.471
Folha de pagamento	12.232	17.639	-	-
Participação nos lucros	55.659	36.601	7.413	4.171
Convênios de arrecadação	91.889	73.240	-	-
Garantias	-	-	31.479	29.133
Descontos tarifários - CDE	35.053	9.246	-	-
Aquisição de negócios	70.419	10.477	16.152	-
Outros	60.844	52.095	11.425	1.981
Total	835.941	663.529	183.766	103.886

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos: referem-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos: Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada indireta CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais



decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: Em julho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização. O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano tem duração de 2012 a 2018 e são elegíveis determinados executivos da Companhia que estejam exercendo a função na data da outorga. A outorga é anual e o prazo de carência (vesting period) para recebimento da premiação, se estabelece a partir do segundo, terceiro ou quarto ano a contar da data da outorga, sendo a opção de 1/3 do valor total da premiação de cada outorga por ano. O eventual não atingimento da expectativa em uma conversão poderá ser acumulado nos vestings seguintes, até o limite da respectiva outorga.

O Programa prevê realização parcial, caso a expectativa do Plano Estratégico seja atingida em no mínimo 80%, com respectiva redução da premiação ao percentual atingido, bem como possibilidade de superação, com teto de até 150%, sob o mesmo critério.

Aquisição de negócios: Refere-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis, relacionados principalmente à aquisição de participação de não controladores, no montante de R\$ 71.490. Este montante é advindo da incorporação da WF2 (nota 13) em 1º de outubro de 2014. Anteriormente à aquisição da WF2 pela CPFL Renováveis, a adquirida havia firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os acionistas não controladores da DESA), detentores, naquela data, de 21,14% do capital votante e total da DESA. Mediante referido contrato, os acionistas não controladores de DESA se comprometem em alienar a totalidade de suas ações ao valor total de R\$ 203.000, nos termos e sujeito às condições estabelecidas no contrato. O valor remanescente de R\$ 71.490, em aberto em 31 de dezembro de 2014, será realizado em cinco parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorrerá em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral será corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculada *pro rata die*.

(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim distribuída:



Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
BB Carteira Livre I FIA	288.569.602	29,99	288.569.602	29,99
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	477.700	0,05	487.700	0,05
Camargo Correa S.A.	837.860	0,09	837.860	0,09
ESC Energia S.A.	234.092.930	24,33	234.092.930	24,33
Bonaire Participações S.A.	1.200.000	0,12	6.308.790	0,66
Energia São Paulo FIA	141.929.430	14,75	136.820.640	14,22
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	1.759.900	0,18	1.759.900	0,18
Fundação Sistel de Seguridade Social	19.500	0,00	19.500	0,00
BNDES Participações S.A.	64.842.768	6,74	64.842.768	6,74
Antares Holdings Ltda.	16.039.720	1,67	16.039.720	1,67
Brumado Holdings Ltda.	34.502.100	3,59	34.502.100	3,59
Membros do Conselho de Administração	800	0,00	-	-
Membros da Diretoria Executiva	102.300	0,01	102.350	0,01
Demais Acionistas	177.899.650	18,49	177.890.400	18,49
Total	962.274.260	100,00	962.274.260	100,00

25.1 Alteração de capital – acionista do grupo controlador

Em 28 de junho de 2014, o acionista Bonaire Participações S.A. emitiu Aviso aos Acionistas, comunicando a aprovação de redução de seu capital social em R\$ 206.541, sem cancelamento de ações. Esta redução se deu através de restituição a seus acionistas de: (i) R\$ 171.339 em dinheiro, (ii) 35.202 mediante a entrega de 5.108.790 (cinco milhões, cento e oito mil, setecentas e noventa) ações ordinárias não vinculadas ao acordo de acionistas da Companhia sob a titularidade da Bonaire.

25.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao (i) registro decorrente da combinação de negócios da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 228.322 ocorrido em 2011; (ii) efeito da oferta pública de ações da controlada CPFL Renováveis, descrita na nota 13, no montante de R\$ 59.308 em 2013 como consequência da redução na participação societária indireta na CPFL Renováveis; (iii) efeito da associação entre CPFL Renováveis e DESA, descrita na nota 13, no montante de R\$ 180.297 em 2014 e (iv) outras movimentações sem alteração no controle de R\$ 155. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

25.3 Reserva de lucros

É composta por:

- (i) Reserva legal, no montante de R\$ 650.811;
- (ii) Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão: as controladas de distribuição registram o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no resultado do exercício, e sua realização financeira se dará apenas no momento da indenização (ao final da concessão). Desta forma, a Companhia constitui reserva estatutária – ativo financeiro da concessão sobre estes montantes, amparada no artigo 194 da Lei no 6.404/76, até a realização financeira destes montantes. O saldo final em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 330.437.
- (iii) Reserva de retenção de lucros para investimento: a Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2013, uma reserva de retenção de lucros para investimento no montante de R\$ 108.987. Em agosto de 2014 constatou-se que esta reserva não era mais necessária para a finalidade a que se destinava e, em 31 de agosto de 2014 o montante foi realizado e compôs a base de distribuição de dividendo intermediário.



25.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 483.610;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 337.718 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

25.5 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2014 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2013, através de declaração de dividendo no montante de R\$ 930.851, sendo R\$ 363.049 de dividendo intermediário declarado em junho de 2013, e R\$ 567.802 de dividendo complementar.

Adicionalmente, conforme previsto no Estatuto Social e com base nos resultados do primeiro semestre de 2014, a Administração da Companhia, em 27 de agosto de 2014, aprovou a declaração do dividendo intermediário no montante de R\$ 422.195 sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,438746730, com pagamento em 1º de outubro de 2014.

No exercício, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 986.811 referente basicamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2014.

25.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	R\$
Lucro líquido do exercício - Individual	949.177
Realização do resultado abrangente	26.055
Dividendos prescritos	5.722
Lucro líquido base para destinação	980.954
Reserva legal	(47.459)
Reversão de reserva de retenção de lucros para investimento	108.987
Dividendos intermediários	(422.195)
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	(65.400)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(554.888)

Para este exercício, tendo em vista que já foram distribuídos, a título de dividendo o montante de R\$ 422.195 (44,5% do lucro líquido do exercício), valor superior ao dividendo obrigatório, e considerando (i) o atual cenário econômico adverso, (ii) a falta de previsibilidade da situação hidrológica e, (iii) as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e aumentos extraordinários de tarifas, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 554.888 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.



(26) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	949.177	937.419
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
Lucro por ação - básico	0,99	0,97
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	949.177	937.419
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	(17.265)	(25.016)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	931.912	912.403
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	962.274.260	962.274.260
Lucro por ação - diluído	0,97	0,95

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada nos respectivos períodos.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada indireta CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício. O acordo de pagamentos baseados em ações da controlada CPFL Renováveis tem efeito anti-dilutivo em ambos os exercícios. .

(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	6.732.715	6.523.553	16.501	15.426	6.533.590	5.710.050
Industrial	56.920	58.565	14.144	14.691	3.871.868	3.605.079
Comercial	483.204	491.057	9.437	8.837	3.471.225	2.956.069
Rural	243.275	245.687	2.326	2.081	496.790	415.075
Poderes públicos	50.538	49.443	1.295	1.234	476.557	407.094
Iluminação pública	9.917	9.596	1.622	1.586	315.072	284.346
Serviço público	8.155	7.961	1.861	1.820	566.719	486.609
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(84.017)	(59.731)
Fornecimento faturado	7.584.724	7.385.862	47.187	45.675	15.647.804	13.804.591
Consumo próprio	-	-	34	34	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	63.142	73.536
Encargos emergenciais - ECE/EAEE	-	-	-	-	2	(254)
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.464.570)	(5.287.096)
Fornecimento de energia elétrica	7.584.724	7.385.862	47.221	45.709	10.246.379	8.590.776
Fumas Centrais Elétricas S.A.			3.026	3.026	477.775	441.961
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			9.628	10.918	1.690.711	1.874.482
Energia elétrica de curto prazo			2.334	1.031	976.377	205.976
Suprimento de energia elétrica			14.988	14.975	3.144.864	2.522.419
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.464.570	5.287.096
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					990.815	965.737
(-) Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(18.045)	(14.587)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					944.997	1.004.399
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					910.720	-
Aporte CDE					771.018	627.832
Outras receitas e rendas					341.061	355.694
Outras receitas operacionais					9.405.136	8.226.172
Total da receita operacional bruta					22.796.379	19.339.367
Deduções da receita operacional						
ICMS					(3.106.928)	(2.777.486)
PIS					(335.937)	(271.301)
COFINS					(1.547.783)	(1.247.439)
ISS					(7.583)	(5.545)
Reserva global de reversão - RGR					(2.362)	(3.791)
Conta de consumo de combustível - CCC					-	(34.432)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(271.577)	(155.249)
Programa de P & D e eficiência energética					(117.683)	(111.243)
PROINFA					(100.569)	(99.244)
Encargos emergenciais (ECE/EAEE)					(2)	253
IPI					(10)	(34)
FUST e FUNTEL					(2)	-
					(5.490.436)	(4.705.511)
Receita operacional líquida					17.305.942	14.633.856

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em consonância com o Despacho nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, da ANEEL, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, as controladas de distribuição de energia efetuaram a reclassificação de parte dos valores relacionados às receitas da rubrica “Fornecimento de Energia Elétrica”, atividade de Comercialização para “Outras Receitas Operacionais”, atividade de Distribuição, sob o título de “Receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD consumidor cativo”.

27.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“Proret”), aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463 de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em consonância com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, as controladas de distribuição de energia elétrica efetuaram o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de “Fornecimento de Energia Elétrica” e “Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD consumidor livre” em contrapartida à rubrica redutora do ativo intangível (“Obrigações Especiais”).

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da Resolução Normativa 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012 foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento, suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. As controladas estão aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Em 31 de dezembro de 2014, tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37, apresentados líquidos no ativo intangível da concessão.

27.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2014		2013	
		Reajuste tarifário anual - RTA	Percepção do consumidor (a)	Reajuste tarifário anual - RTA	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	17,18%	17,23%	5,48%	6,18%
CPFL Piratininga	Outubro	19,73%	22,43%	7,42%	6,91%
RGE	Junho	21,82%	22,77%	-10,32%	-10,64%
CPFL Santa Cruz	Fevereiro	14,86%	26,00%	9,32%	-0,94%
CPFL Leste Paulista	Fevereiro	-7,67%	-5,32%	6,48%	3,36%
CPFL Jaguari	Fevereiro	-3,73%	3,70%	2,71%	2,68%
CPFL Sul Paulista	Fevereiro	-5,51%	0,43%	2,27%	2,21%
CPFL Mococa	Fevereiro	-2,07%	-9,53%	7,00%	5,10%

- (a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior (informação não auditada pelos auditores independentes).

27.3 Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

De forma a incorporar os efeitos da Lei nº 12.783 de janeiro de 2013 – Prorrogação das concessões e outros assuntos de interesse, a ANEEL homologou o resultado da revisão tarifária extraordinária (“RTE”) de 2013, aplicado aos consumos a partir do dia 24 de janeiro de 2013. Nesta revisão extraordinária foram incorporadas as cotas de energia elétrica das usinas geradoras que renovaram os seus contratos de concessão. O total de energia oriundo destas usinas foi dividido em cotas para as distribuidoras. Também foram computados os efeitos das extinções da RGR e CCC, a redução da CDE e a redução dos custos de transmissão. Cabe citar que essa RTE não traz impacto no resultado líquido. A ANEEL, através das resoluções homologatórias abaixo, homologou o resultado da revisão extraordinária de 2013 das controladas de distribuição. Os efeitos médios para os consumidores das distribuidoras foram:

<u>Distribuidora</u>	<u>Resolução homologatória nº</u>	<u>Percepção do consumidor (*)</u>
CPFL Paulista	1.433	-20,42%
CPFL Piratininga	1.424	-26,70%
RGE	1.411	-22,81%
CPFL Santa Cruz	1.452	-23,72%
CPFL Leste Paulista	1.450	-25,33%
CPFL Jaguari	1.451	-24,38%
CPFL Sul Paulista	1.449	-26,42%
CPFL Mococa	1.453	-23,83%

(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.

27.4 Aporte CDE

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Em 2014 foi registrada receita de R\$ 771.018 (R\$ 627.832 em 2013), sendo R\$ 78.028 referentes à subvenção baixa renda (R\$ 69.231 em 2013) e R\$ 692.990 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 558.600 em 2013), em contrapartida a Outros créditos na rubrica Contas a receber– Aporte CDE/CCEE (nota 12) e contas a pagar – aporte CDE (nota 24).

(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	10.417	10.719	1.383.604	1.298.210
Energia de curto prazo	5.074	2.974	3.018.523	726.936
PROINFRA	1.043	1.019	264.068	233.152
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	42.345	42.980	8.837.459	6.786.524
Aporte CDE/CCEE	-	-	(2.340.912)	(827.578)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(1.005.106)	(748.526)
Subtotal	58.879	57.692	10.157.635	7.468.718
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			727.341	559.631
Encargos de transporte de Itaipu			37.896	34.716
Encargos de conexão			44.834	44.470
Encargos de uso do sistema de distribuição			33.147	29.542
Encargos de serviço do sistema - ESS			(326.248)	554.865
Encargos de energia de reserva - EER			10.898	33.194
Aporte CDE			(1)	(458.792)
Crédito de PIS e COFINS			(42.372)	(69.655)
Subtotal			485.495	727.969
Total			10.643.130	8.196.687

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes



Aporte CDE/CCEE – Lei nº 12.783/2013, Decretos nº 7.945/2013, 8.203/2014, 8.221/2014 e Despacho nº 3.998/2014.

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis a partir do final de 2012, entre elas os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas esteve direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012, 2013 e 2014.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 7 de março de 2013, o Decreto no 7.945, alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto 8.221/14, que promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e também instituíram:

- (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e
- (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à: exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas para o período de fevereiro a dezembro de 2014. Em complemento, o Despacho nº 3.998 de 30 de setembro de 2014, incluiu o risco hidrológico das cotas de energia renovada como exposição involuntária, a partir de julho de 2014.

O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$ 2.340.913 em 2014 (R\$ 1.286.370 em 2013).

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de Custo com energia elétrica - Aporte CDE/CCEE em contrapartida a outros créditos na rubrica Contas a receber – Aporte CDE/CCEE (nota 12), de acordo com o IAS 20 Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance / CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Adicionalmente aos aportes da CDE, a Companhia está recebendo via CCEE o excedente financeiro da Conta de Energia de Reserva - CONER, regulamentado pela REN nº 613/2014. No exercício de 2014 o montante de R\$ 437.297 está registrado na rubrica “Encargos de energia do sistema – ESS”.

No processo de revisão tarifária de abril de 2013 da controlada CPFL Paulista, por meio do Despacho nº 1.144/13 a ANEEL concedeu cobertura integral dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS referente ao exercício de 2012, bem como valores positivos da CVA de energia comprada no leilão de disponibilidades, de competência de janeiro de 2013. Para a controlada CPFL Piratininga, pelo processo de reajuste tarifário de outubro de 2013, por meio do Resolução homologatória nº 1.638/2013 a ANEEL concedeu cobertura parcial dos saldos positivos da CVA apurados sobre a energia comprada e do ESS referente ao período de outubro de 2012 a outubro de 2013.

O quadro abaixo demonstra o sumário dos aportes da CDE por distribuidora controlada pela Companhia, reconhecidos em 2014 e 2013:



2014

	Energia comprada para revenda				Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		Total
	Exposição involuntária	Cotas e risco hidrológico	Energia comprada - CCEAR	Energia comprada - revisão tarifária	ESS	ESS - revisão tarifária	
CPFL Paulista	849.901	(6.241)	229.335	-	6	-	1.073.001
CPFL Piratininga	391.476	(357)	354.079	-	2	-	745.200
CPFL Santa Cruz	66.403	13	20.344	-	-	-	86.760
CPFL Leste Paulista	6.580	4	(4)	-	(10)	-	6.570
CPFL Sul Palista	6	5	11	-	-	-	22
CPFL Jaguari	(1.539)	(48)	2.001	-	-	-	414
CPFL Mococa	-	2	-	-	-	-	2
RGE	428.054	(98)	986	-	3	-	428.945
Total	1.740.881	(6.720)	606.752	-	1	-	2.340.913

2013

	Energia comprada para revenda				Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		Total
	Exposição involuntária	Cotas e risco hidrológico	Energia comprada - CCEAR	Energia comprada - revisão tarifária	ESS	ESS - revisão tarifária	
CPFL Paulista	161.087	10.868	-	327.252	217.464	44.207	760.878
CPFL Piratininga	76.735	395	-	167.901	88.166	(122)	333.076
CPFL Santa Cruz	8.689	(28)	-	15.514	16.082	(5.323)	34.934
CPFL Leste Paulista	1.092	(6)	-	-	6.487	-	7.573
CPFL Sul Palista	-	(11)	-	-	3.621	-	3.610
CPFL Jaguari	2.537	98	-	-	4.631	-	7.267
CPFL Mococa	-	(6)	-	-	2.717	-	2.711
RGE	53.593	(287)	-	2.153	72.310	8.553	136.321
Total	303.734	11.023	-	512.821	411.476	47.316	1.286.370



(29) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora	
	Despesa operacional	
	Gerais e administrativas	
	2014	2013
Pessoal	18.142	13.867
Material	28	22
Serviços de terceiros	5.050	5.323
Depreciação e amortização	173	76
Outros	2.783	3.338
Arrendamentos e aluguéis	138	127
Publicidade e propaganda	237	1.291
Legais, judiciais e indenizações	865	1.081
Doações, contribuições e subvenções	813	617
Outros	729	222
Total	26.175	22.626



Consolidado

Despesa operacional

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional						Total	
	2014	2013	2014	2013	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2014	2013
					2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Pessoal	528.056	425.349	2	-	110.759	106.111	213.654	192.142	-	-	852.471	723.602
Entidade de previdência privada	48.165	61.665	-	-	-	-	-	-	-	-	48.165	61.665
Material	102.959	92.562	1.286	2.661	4.658	4.117	8.925	6.806	-	-	117.827	106.145
Serviços de terceiros	172.422	178.809	2.511	2.464	109.264	100.301	241.826	205.450	-	-	526.022	487.024
Depreciação e amortização	767.117	664.601	-	-	32.049	33.689	75.779	59.964	-	-	874.946	758.253
Custos com construção da infraestrutura	-	-	942.267	1.004.399	-	-	-	-	-	-	942.267	1.004.399
Outros	53.640	44.531	(13)	(6)	145.968	132.379	233.446	464.253	328.000	285.148	761.041	926.304
Taxa de arrecadação	264	-	-	-	54.070	52.372	-	-	-	-	54.334	52.372
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	83.699	70.324	-	-	-	-	83.699	70.324
Arrendamento e aluguéis	29.331	26.181	-	-	-	11	15.627	12.390	-	-	44.958	38.582
Publicidade e propaganda	736	871	-	-	127	212	17.262	13.179	-	-	18.125	14.262
Legais, judiciais, indenizações e multas	-	-	-	-	-	-	192.464	429.883	-	-	192.464	429.883
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	6.579	8.003	4.204	3.935	-	-	10.783	11.938
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	20.894	27.422	20.894	27.422
(Ganho)/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	20.726	(39.253)	20.726	(39.253)
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	285.018	296.977	285.018	296.977
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	14.835	10.515	-	-	-	-	-	-	-	-	14.835	10.515
Outros	8.474	6.963	(13)	(6)	1.493	1.457	3.889	4.866	1.361	2	15.204	13.282
Total	1.672.359	1.467.516	946.052	1.009.518	402.698	376.597	773.630	928.614	328.000	285.148	4.122.739	4.067.393



(30) RESULT ADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	116.487	67.544	430.714	316.617
Acréscimos e multas moratórias	-	5	146.992	143.429
Atualização de créditos fiscais	6.878	1.221	25.309	8.425
Atualização de depósitos judiciais	15	448	74.500	118.406
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	49.144	43.615
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 11)	-	-	104.642	-
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	17.382	21.446
PIS e COFINS sobre JCP	(12.699)	(15.093)	(12.809)	(15.368)
Outros	7.175	3.512	54.563	62.637
Total	117.855	57.637	890.436	699.208
Despesas				
Encargos de dívidas	(143.039)	(83.614)	(1.542.593)	(1.291.762)
Atualizações monetárias e cambiais	(34)	(607)	(247.591)	(182.022)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 11)	-	-	-	(66.851)
(-) Juros Capitalizados	-	-	12.269	57.184
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(10.649)	(11.690)
Outros	(247)	(277)	(191.325)	(175.511)
Total	(143.319)	(84.497)	(1.979.890)	(1.670.651)
Resultado Financeiro	(25.464)	(26.860)	(1.089.454)	(971.443)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 8,12% a.a. durante o exercício de 2014 (8,24% a.a. em 2013) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de Despesas de Atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 160.052 (R\$ 211.282 em 2013) (nota 35).

(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:



	Distribuição	Geração (Fontes convencionais)	Geração (Fontes renováveis)	Comercialização	Serviços	Outros (*)	Eliminações	Total
2014								
Receita operacional líquida	13.658.786	722.623	982.613	1.790.822	151.037	61	-	17.305.942
(-) Vendas entre segmentos	19.668	467.761	397.630	387.788	193.483	-	(1.466.329)	-
Resultado do serviço	1.602.519	482.214	231.280	205.108	45.072	(26.119)	-	2.540.073
Receita financeira	552.918	84.884	98.991	29.543	6.380	117.720	-	890.436
Despesa financeira	(849.774)	(482.671)	(464.713)	(29.104)	(10.221)	(143.407)	-	(1.979.890)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.305.663	144.112	(134.442)	205.547	41.230	(51.806)	-	1.510.304
Imposto de renda e contribuição social	(461.264)	(36.291)	(33.645)	(69.543)	(12.687)	(10.430)	-	(623.860)
Lucro (prejuízo) líquido	844.400	107.820	(168.087)	136.003	28.543	(62.236)	-	886.443
Total do ativo (**)	16.724.269	4.414.196	11.601.754	507.960	828.184	1.022.454	-	35.098.816
Aquisições do imobilizado e de intangível	702.386	14.419	250.803	3.531	90.707	22	-	1.061.868
Depreciação e amortização	(577.753)	(136.447)	(432.267)	(4.471)	(8.760)	(265)	-	(1.159.964)
2013								
Receita operacional líquida	11.563.700	601.980	802.011	1.579.893	84.622	1.649	-	14.633.856
(-) Vendas entre segmentos	15.354	323.658	281.913	264.891	116.184	-	(1.002.001)	-
Resultado do serviço	1.550.951	559.784	214.750	52.060	13.333	(21.103)	-	2.369.775
Receita financeira	504.463	40.005	55.083	27.665	13.876	58.115	-	699.208
Despesa financeira	(906.153)	(338.783)	(314.243)	(22.601)	(4.358)	(84.513)	-	(1.670.651)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.149.261	381.874	(44.410)	57.123	22.852	(47.500)	-	1.519.200
Imposto de renda e contribuição social	(423.712)	(69.937)	(10.607)	(21.399)	(6.881)	(37.627)	-	(570.164)
Lucro (prejuízo) líquido	725.549	311.937	(55.017)	35.724	15.970	(85.127)	-	949.036
Total do ativo (**)	15.263.417	4.515.880	9.470.564	342.516	243.612	1.206.806	-	31.042.796
Aquisições do imobilizado e de intangível	844.804	9.744	827.704	3.593	48.646	345	-	1.734.836
Depreciação e amortização	(564.538)	(133.514)	(348.355)	(4.106)	(4.632)	(86)	-	(1.055.231)

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações registrados na CPFL Energia e que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(**) Os intangíveis, líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:



- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM.
- b) **Empréstimos e financiamentos e debêntures** - Corresponde a captação de recursos junto ao Banco do Brasil conforme condições descritas nas notas 17 e 18. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito nas notas 17 e 18.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação.
- d) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo órgão regulador.
- e) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- f) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos concedidos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- g) **Contrato de mútuo** – Refere-se a (i) contratos realizados com o empreendimento controlado em conjunto EPASA cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento em janeiro de 2017; (ii) contratos realizados com acionista não controlador da controlada CPFL Renováveis, com vencimento até novembro de 2015 e remuneração de 8% a.a.+ IGP-M.

Algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da Companhia (nota 19).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração renegociaram, para pagamento em janeiro de 2015, o vencimento de faturas de compra de energia com os empreendimentos controlados em conjunto BAESA, ENERCAN e Foz do Chapecó, cujo vencimentos originais eram de junho a dezembro de 2014.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2014, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 44.214 (R\$ 33.680 em 2013). Este valor é composto por R\$ 39.928 (R\$ 36.382 em 2013) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 1.043 (R\$ 973 em 2013) de benefícios pós-emprego e provisão de R\$ 3.243 (reversão de provisão de R\$ 3.675 em 2013) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:



	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	161.832	115.968	-	-	12.126	6.331	2	-
Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos								
Banco do Brasil S.A.	-	-	1.322.926	1.638.769	-	-	174.673	88.646
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	1.224	6.271	6.031
JBS S/A (*)	-	-	-	-	-	78	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	3.228	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	6.262	1.277
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	5.005	1.021
Adiantamentos								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	826	862	-	-	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	1.170	1.222	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.436	1.496	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	526	549	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	40	24	-	-	1.342	1.048
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	826	-
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	5	5	-	-	252	234
Braskem S.A.	-	-	-	-	694	20.916	-	-
Caetite 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	757	636
Caetite 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	5	-	-	765	642
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	914	1.044
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	782	-
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	914	-
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	848	-
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	901	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	833	728	-	-	12.606	12.427	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	920	545	-	-	6.304	19.096	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	280	223	-	191	2.404	8.125	1.063	1.070
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	-	-	-	1.050	-	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	117	120	-	-	3.959	3.746
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	7.584	6.106	-	-
Fras-le	-	-	-	-	-	6	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	155	145
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	617	523
MULTINER S/A	-	-	-	-	-	207	-	-
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	1.837	22.576	-	-
Raposo Tavares	-	-	-	-	-	21	-	-
Rio PCH I S.A.	-	-	217	220	-	-	7.441	7.066
SE Naranjuba S.A.	-	-	-	-	-	-	142	117
Serra do Fação Energia S.A. - SEFAC	-	-	470	547	-	-	19.837	18.602
Tavex Brasil S.A.	-	-	-	-	8.087	11.368	-	-
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	188	178	557	346	7.056	6.280
Vale Energia S.A.	7.371	6.960	-	-	87.077	89.671	-	-
VALE S.A.	-	-	-	-	-	-	7.483	1.419
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	89.202	29.568	-	-	101.263	75.951
Foz do Chapecó Energia S.A.	1.430	-	172.804	111.019	16.841	3.936	311.878	327.385
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	583	544	154.678	103.252	6.702	9.376	221.590	232.815
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	2	28.632	17.094	24.363	75.781	214.978	107.348
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	163	-
Barroão Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	-	-	67	-
Boa Vista Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	2	-	-	-	-	50	-
BRASKEM Qpar S.A.	-	-	-	-	15	-	-	-
CCDI 29 Empreendimento Imobiliário Ltda	-	-	-	-	31.500	-	-	-
Cellesc - Centrais Elétricas Sta Catarina	-	-	-	-	-	-	-	1.078
Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	11	85	35	36	50	1.002	4	27
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	-	-	-	-	19	-	-	-
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirante S.A. (*)	-	-	-	-	-	36	-	50
Embraer	-	-	-	-	-	-	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	-	-	12	-	-	-
Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	-	507	-	-	-	1.526	-	-
HM 11 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	-	-	-	-	9	-	-
HM 12 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	-	-	-	-	9	-	-
HM 25 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	-	63	-	-
HM Engenharia e Construções S.A.	-	-	-	-	24	-	-	-
Hortolândia 4A Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	-	-	-	-	41	-	-
Indústrias Romi S.A.	4	4	-	-	45	43	-	-
InterCement Brasil S.A	-	-	-	-	60	53	-	-
Itaúsa	-	-	-	-	-	-	-	270
Jaguariúna III Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	-	-	-	-	56	-	-
LUPATECH	-	-	-	-	-	-	-	3
Randon	-	-	76	-	-	-	76	-
Renovias Concessionária S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	6
Rodovias Integradas do Oeste - SP Vias (*)	-	26	-	28	-	300	-	-
MRS Logística S.A	119	-	-	-	119	168	-	-
Petrobrás	-	9	-	-	-	208	-	-
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.(*)	-	306	-	-	-	627	-	-
TOTVS S.A.	-	-	2	42	-	-	70	2.766
Ultrafertil S.A	149	-	-	-	226	-	-	-
Vale Fertilizantes S.A	18	-	-	-	36	-	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	66	-	-	1.465	1.367	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	1.491	1.499	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	1.465	1.367	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	393	-	-	-	715	5.185	-	-
Contrato de Mútuo								
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	94.385	86.655	-	-	10.629	5.585	-	-
Acionista não controlador - CPFL Renováveis	6.281	6.862	-	-	864	1.041	-	-
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	96	48	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	12.128	21.744	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	24.816	16.054	-	-	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	14.891	14.891	-	-	-	-	-	-

(*) Parte relacionada até o exercício de 2013



(33) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	Consolidado	
		2014	2013
Ativo não circulante	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	6.810.183	6.241.881
Transporte	Transporte nacional	299.487	634.171
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	170.300	262.883
Automóveis	Cobertura compreensiva	4.962	5.327
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	168.000	166.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	193.020	163.597
Outros	Riscos operacionais e outros	279.897	311.755
Total		7.925.850	7.785.615

Informações não examinadas pelos auditores independentes

(34) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Compete ao Conselho de Administração orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelo desenvolvimento do modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo CPFL no que tange à estratégia (política, direcionamento e mapa de riscos), processos (planejamento, mensuração, monitoramento e reporte), sistemas e governança.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processo de Gestão na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.



Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar preventivamente e por meio de um sistema de informações adequado, (a) os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, (b) sua probabilidade de materialização e (c) as medidas e os planos adotados.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A quantificação deste risco está apresentada na nota 35. Adicionalmente as controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 35.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. A condição hidrológica das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste não está favorável no início de ano de 2015. Por esse motivo, o cenário energético atual do Sistema Interligado requer atenção e monitoramento, principalmente no período úmido dessas regiões, que finaliza-se em abril.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição, embora compensados em exercícios subsequentes por outros reajustes.



Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

(35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Consolidado			
					31/12/2014		31/12/2013	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	2.593.650	2.593.650	2.105.618	2.105.618
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	1.763.805	1.763.805	2.100.804	2.100.804
Títulos e valores mobiliários		(a)	(2)	Nível 1	5.324	5.324	24.806	24.806
Derivativos	35	(a)	(2)	Nível 2	608.176	608.176	318.490	318.490
Ativo financeiro da concessão- distribuição	11	(b)	(2)	Nível 3	3.296.837	3.296.837	2.771.593	2.771.593
					8.267.792	8.267.792	7.321.312	7.321.312
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	(c)	(1)	Nível 2	7.240.164	6.266.957	7.221.542	6.416.990
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17 (**)	(a)	(2)	Nível 2	3.438.212	3.438.212	2.008.454	2.008.454
Debêntures - principal e encargos	18	(c)	(1)	Nível 2	8.471.583	7.997.074	7.791.402	7.859.140
Derivativos	35	(a)	(2)	Nível 2	13.354	13.354	2.950	2.950
					19.163.313	17.715.598	17.024.348	16.287.534

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 100.193 em 2014 (ganho de R\$ 51.238 em 2013)

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) coligadas, controladas e controladora, (iv) contas a receber – aporte CDE/CCEE, (v) ativo financeiro da concessão da transmissora, (vi) cauções, fundos e depósitos vinculados, (vii) serviços prestados a terceiros, (viii) convênios de arrecadação e (ix) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (vi) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vii) convênio de arrecadação, (viii) fundo de reversão, (ix) Contas a pagar de aquisição de negócios, (x) descontos tarifários – CDE e (xi) passivo financeiro setorial.



a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 104.642, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

A Companhia registra no consolidado, em "Investimentos ao custo" a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais. Uma vez que esta Sociedade não possui ações cotadas em bolsa e que o objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia optou por registrar o respectivo investimento ao seu valor de custo.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida (notas 17 e 18), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.



Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de swap:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
CPFL Paulista									
Bank of America Merrill Lynch	110.899	-	110.899	105.758	5.142	dólar	07/2016	156.700	balcão
Citibank	45.660	-	45.660	45.302	358	dólar	09/2016	85.750	balcão
Morgan Stanley	45.844	-	45.844	45.561	282	dólar	09/2016	85.475	balcão
Scotiabank	13.593	-	13.593	13.317	276	dólar	07/2016	49.000	balcão
Bank of America Merrill Lynch	49.192	-	49.192	51.537	(2.344)	dólar	07/2016	340.380	balcão
Citibank	12.628	-	12.628	14.786	(2.158)	dólar	03/2019	117.250	balcão
Bank of Tokyo-Mitsubishi	11.489	-	11.489	14.795	(3.306)	dólar	03/2019	117.400	balcão
Bank of America Merrill Lynch	13.108	-	13.108	13.396	(287)	dólar	09/2018	106.020	balcão
Bank of America Merrill Lynch	15.636	-	15.636	16.117	(481)	dólar	03/2019	116.600	balcão
J.P. Morgan	7.816	-	7.816	8.058	(242)	dólar	03/2019	58.300	balcão
J.P. Morgan	73	-	73	1.353	(1.280)	dólar	12/2017	51.470	balcão
J.P. Morgan	-	(1.482)	(1.482)	(140)	(1.343)	dólar	12/2017	53.100	balcão
	325.939	(1.482)	324.457	329.840	(5.383)				
CPFL Piratininga									
Citibank	6.439	-	6.439	8.246	(1.807)	dólar	01/2017	151.875	balcão
Citibank	8.103	-	8.103	8.081	22	dólar	08/2016	12.840	balcão
Scotiabank	17.753	-	17.753	17.394	360	dólar	07/2016	64.000	balcão
Santander	13.771	-	13.771	14.783	(1.012)	dólar	07/2016	100.000	balcão
Citibank	12.628	-	12.628	14.786	(2.158)	dólar	03/2019	117.250	balcão
HSBC	9.607	-	9.607	10.180	(573)	dólar	04/2018	55.138	balcão
J.P. Morgan	9.646	-	9.646	10.182	(536)	dólar	04/2018	55.138	balcão
	77.947	-	77.947	83.651	(5.703)				
CPFL Santa Cruz									
J.P. Morgan	4.869	-	4.869	4.805	64	dólar	07/2015	20.000	balcão
Santander	3.341	-	3.341	3.553	(212)	dólar	06/2016	20.000	balcão
	8.210	-	8.210	8.358	(148)				
CPFL Leste Paulista									
Scotiabank	6.622	-	6.622	6.546	76	dólar	07/2015	25.000	balcão
CPFL Sul Paulista									
J.P. Morgan	2.556	-	2.556	2.522	34	dólar	07/2015	10.500	balcão
Scotiabank	2.781	-	2.781	2.749	32	dólar	07/2015	10.500	balcão
Santander	3.675	-	3.675	3.908	(233)	dólar	06/2016	22.000	balcão
	9.013	-	9.013	9.180	(168)				
CPFL Jaguarí									
Scotiabank	3.443	-	3.443	3.404	39	dólar	07/2015	13.000	balcão
Santander	5.179	-	5.179	5.507	(328)	dólar	06/2016	31.000	balcão
	8.622	-	8.622	8.911	(289)				
CPFL Mococa									
Scotiabank	2.914	-	2.914	2.880	33	dólar	07/2015	11.000	balcão
CPFL Geração									
HSBC	29.470	-	29.470	32.333	(2.863)	dólar	03/2017	232.520	balcão
RGE									
Citibank	53.250	-	53.250	55.096	(1.846)	dólar	04/2017	128.590	balcão
J.P. Morgan	26.764	-	26.764	26.815	(50)	dólar	07/2016	94.410	balcão
Bank of Tokyo-Mitsubishi	9.361	-	9.361	10.850	(1.489)	dólar	04/2018	36.270	balcão
Bank of Tokyo-Mitsubishi	41.575	-	41.575	47.723	(6.148)	dólar	05/2018	168.346	balcão
Citibank	5.358	-	5.358	6.182	(824)	dólar	05/2019	33.295	balcão
HSBC	2.394	-	2.394	2.891	(497)	dólar	10/2017	32.715	balcão
	138.702	-	138.702	149.466	(10.765)				
CPFL Serviços									
J.P. Morgan	664	-	664	830	(167)	dólar	10/2016	9.000	balcão
CPFL Telecom									
Itaú	74	-	74	81	(7)	dólar	11/2015	9.000	balcão
Subtotal	608.176	(1.482)	606.693	632.076	(25.382)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação cambial:									
CPFL Geração									
Votorantim	-	(1.040)	(1.040)	(196)	(844)	dólar	de 01/2015 a 12/2016	57.424	balcão
Hedge variação índice de preços:									
CPFL Geração									
Santander	-	(535)	(535)	(64)	(472)	IPCA	04/2019	35.235	balcão
J.P. Morgan	-	(535)	(535)	(64)	(472)	IPCA	04/2019	35.235	balcão
	-	(1.071)	(1.071)	(128)	(943)				
Hedge variação de taxa de juros (1):									
CPFL Paulista									
Bank of America Merrill Lynch	-	(2.751)	(2.751)	(73)	(2.678)	CDI	07/2019	660.000	balcão
J.P. Morgan	-	(1.328)	(1.328)	(19)	(1.309)	CDI	02/2021	300.000	balcão
Votorantim	-	(415)	(415)	(4)	(412)	CDI	02/2021	100.000	balcão
Santander	-	(431)	(431)	(3)	(428)	CDI	02/2021	105.000	balcão
	-	(4.925)	(4.925)	(98)	(4.827)				
CPFL Piratininga									
J.P. Morgan	-	(458)	(458)	(12)	(446)	CDI	07/2019	110.000	balcão
Votorantim	-	(492)	(492)	2	(494)	CDI	02/2021	135.000	balcão
Santander	-	(351)	(351)	3	(354)	CDI	02/2021	100.000	balcão
	-	(1.301)	(1.301)	(7)	(1.294)				
RGE									
HSBC	-	(2.084)	(2.084)	(55)	(2.029)	CDI	07/2019	500.000	balcão
Votorantim	-	(784)	(784)	(14)	(770)	CDI	02/2021	170.000	balcão
	-	(2.868)	(2.868)	(69)	(2.799)				
CPFL Geração									
Votorantim	-	(666)	(666)	79	(745)	CDI	08/2020	460.000	balcão
Subtotal	-	(11.872)	(11.872)	(419)	(11.453)				
Total	608.176	(13.354)	594.821	631.656	(36.835)				
Circulante	23.260	(38)							
Não circulante	584.917	(13.317)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 17 e 18.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.



Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 17).

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2014 e de 2013, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Empresa	Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
		2014	2013
CPFL Energia	Variação de taxas de juros	-	323
CPFL Energia	Marcação a mercado	-	(469)
CPFL Paulista	Variação de taxas de juros	1	933
CPFL Paulista	Variação cambial	96.017	150.500
CPFL Paulista	Marcação a mercado	(21.297)	(38.759)
CPFL Piratininga	Variação de taxas de juros	51	303
CPFL Piratininga	Variação cambial	35.808	61.673
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	(6.124)	(20.454)
RGE	Variação de taxas de juros	(28)	798
RGE	Variação cambial	37.585	43.058
RGE	Marcação a mercado	(7.170)	(11.380)
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	303	273
CPFL Geração	Variação cambial	21.650	18.428
CPFL Geração	Marcação a mercado	(6.221)	(4.344)
CPFL Santa Cruz	Variação cambial	2.604	1.962
CPFL Santa Cruz	Marcação a mercado	(115)	(486)
CPFL Leste Paulista	Variação cambial	1.453	3.435
CPFL Leste Paulista	Marcação a mercado	(117)	(462)
CPFL Sul Paulista	Variação cambial	2.333	3.140
CPFL Sul Paulista	Marcação a mercado	(163)	(658)
CPFL Jaguari	Variação cambial	2.146	2.398
CPFL Jaguari	Marcação a mercado	(160)	(595)
CPFL Mococa	Variação cambial	427	1.966
CPFL Mococa	Marcação a mercado	(70)	(301)
CPFL Serviços	Variação cambial	830	-
CPFL Serviços	Marcação a mercado	(167)	-
CPFL Telecom	Variação cambial	81	-
CPFL Telecom	Marcação a mercado	(6)	-
		159.653	211.282

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a



Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2014 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) ⁽¹⁾	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de 10,5% ^(*)	Apreciação cambial de 25% ^(**)	Apreciação cambial de 50% ^(**)
Instrumentos financeiros passivos	(3.498.455)		(367.336)	599.111	1.565.559
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	3.570.114		374.861	(611.383)	(1.597.627)
	71.659	baixa dólar	7.524	(12.272)	(32.067)
Total do (aumento)/redução	71.659		7.524	(12.272)	(32.067)

(1) A Taxa de cambio considerada em 31.12.2014 foi de R\$ 2,66.

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 2,94.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&F. Em função da exposição líquida ser um ativo, o risco é baixa do dólar, sendo portanto o câmbio apreciado em 25% e 50% em relação ao dólar provável

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2014 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 10,81% a.a; IGP-M 3,69% a.a.; TJLP 5,0% a.a. e IPCA 6,41% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 1.098.178 (CDI R\$ 873.130, IGP-M R\$ 2.738, TJLP R\$ 222.015 e IPCA R\$ 295). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Consolidado		
			Cenário I ^(*)	Elevação/Queda de índice em 25% ^(**)	Elevação/Queda de índice em 50% ^(**)
Instrumentos financeiros ativos	4.661.995		100.233	251.282	402.330
Instrumentos financeiros passivos	(9.693.073)		(208.401)	(522.457)	(836.512)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(3.045.980)		(65.489)	(164.178)	(262.868)
	(8.077.058)	alta CDI	(173.657)	(435.353)	(697.050)
Instrumentos financeiros passivos	(74.197)	alta IGP-M	(1.684)	(2.790)	(3.895)
Instrumentos financeiros passivos	(4.440.303)	alta TJLP	(22.202)	(83.256)	(144.310)
Instrumentos financeiros passivos	(75.293)		(866)	(2.289)	(3.712)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	70.688		813	2.149	3.485
	(4.605)	alta IPCA	(53)	(140)	(227)
Total do (aumento)/redução	(12.596.162)		(197.595)	(521.539)	(845.482)

(*) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP e IPCA considerados de: 12,96%, 5,96%, 5,5%, 7,56%. respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.



2014	Nota explicativa	Consolidado							Total
		Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	16		2.324.995	48.256	896	633	-	-	2.374.779
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	9,68%	213.831	248.497	1.508.835	5.205.573	4.227.887	3.070.115	14.474.736
Derivativos	35		3	3	31	2.485	6.364	4.467	13.354
Debêntures - principal e encargos	18	12,49%	74.417	135.191	2.764.083	2.800.423	4.402.183	1.600.049	11.776.346
Taxas regulamentares	20		42.266	1.529	-	-	-	-	43.795
Uso do bem público	23	15,56%	333	666	3.001	7.988	7.992	65.012	84.992
Outros	24		16.295	127.507	70.419	16.152	-	17.750	248.123
Consumidores e concessionárias			15.062	34.648	-	-	-	-	49.710
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT			822	647	-	-	-	-	1.469
Empresa de Pesquisa Energética - EPE			410	323	-	-	-	-	734
Convênio de arrecadação			-	91.889	-	-	-	-	91.889
Fundo de reversão			-	-	-	-	-	17.750	17.750
Aquisição de negócios			-	-	70.419	16.152	-	-	86.571
Total			2.672.140	561.649	4.347.265	8.033.254	8.644.427	4.757.394	29.016.128

(36) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2014, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2014	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia e encargos do sistema (exceto Itaipu)	Até 35 anos	8.874.761	16.997.483	17.317.122	59.696.884	102.886.250
Compra de energia de Itaipu	Até 30 anos	1.687.268	3.544.257	3.526.339	16.558.434	25.316.299
Projetos de construção de usina	Até 12 anos	172.977	876.431	146	-	1.049.554
Fornecedores de materiais e serviços	Até 19 anos	1.262.405	806.401	68.558	169.359	2.306.723
Total		11.997.412	22.224.572	20.912.165	76.424.677	131.558.826

(a) Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(37) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transações oriundas de combinações de negócios				
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	-	(1.009.877)	-
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	-	-	1.345.577	-
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	-	-	852.201	-
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	-	-	(289.748)	-
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	-	-	6.440	-
	-	-	904.593	-
Contraprestação paga com o caixa adquirido	-	-	(70.930)	-
Contraprestação transferida mediante emissão de ações	-	-	(833.663)	-
Outras transações				
Aumento de capital em investidas com AFAC	59.397	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	28.005	-	-	-
Provisão (reversão) para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	9.193	(17.747)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	4.225	48.328
Juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição	-	-	8.044	8.845
Transferência do ativo financeiro da concessão e do intangível para o imobilizado decorrente da cisão da atividade de geração nas distribuidoras	-	-	5.828	-
Transferência entre imobilizado e outros ativos	-	-	16.430	18.896
Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber	-	-	2.189	-



(38) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

38.1 Reajuste Tarifário Anual – CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa

Em 3 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias que fixaram o reajuste das tarifas das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa a partir daquela data. Os detalhes dos reajustes estão apresentados a seguir:

Distribuidora	Resolução Homologatória	Reajuste tarifário anual - RTA	Percepção do consumidor (*)
CPFL Santa Cruz	1.850	34,68%	27,96%
CPFL Leste Paulista	1.852	20,80%	24,89%
CPFL Jaguari	1.853	38,46%	45,70%
CPFL Sul Paulista	1.851	24,88%	28,38%
CPFL Mococa	1.849	23,34%	29,28%

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

38.2 Empréstimos e financiamentos

CPFL Energia

Em 29 de janeiro de 2015 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a captação de recursos, pela Companhia, no montante de até R\$ 1.000.000, cujo objetivo desta captação é o alongamento do perfil da dívida.

Até a data destas demonstrações financeiras, foi contratado e liberado o montante de R\$ 500.000 pelo prazo de um ano.

Em 24 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou o pré-pagamento da 4ª emissão de debêntures, cujo saldo com encargos em 31 de dezembro de 2014 era R\$ 1.304.406.

CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE

Investimento

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em dezembro de 2014 foram aprovadas as contratações de financiamento junto ao BNDES e Banco Safra para: (i) controlada CPFL Paulista no montante de R\$ 427.716; (ii) controlada CPFL Piratininga no montante de R\$ 194.862; e (iii) controlada RGE no montante de R\$ 266.790. Estas contratações fazem parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimentos das controladas. Ainda não ocorreram liberações referentes a essa contratação.

Instituições financeiras

De 1º de janeiro até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram liberados recursos relacionados à modalidade de dívida Lei 4131, nos seguintes montantes: (i) R\$ 1.199.974 para a controlada CPFL Paulista, (ii) R\$ 345.551 para a controlada CPFL Piratininga; (iii) R\$ 271.949 para a controlada RGE, com vencimento final até 2020. O objetivo desta captação é o alongamento do perfil da dívida e o reforço de capital de giro das controladas.



CPFL Renováveis

Em janeiro de 2015, a controlada Mata Velha Energética S.A. realizou a 1ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 50.000, com vencimento em julho de 2015. Essa emissão possui como objetivo reforçar o capital de giro.

CPFL Transmissora Morro Agudo S.A.

Em janeiro de 2015 foi aprovada a constituição da CPFL Transmissora Morro Agudo S.A., controlada da CPFL Geração, que tem como objetivo operar e explorar concessões de transmissão de energia elétrica, incluindo atividades de construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional.

38.3 EPASA – alteração na participação acionária

Após o aumento de capital ocorrido em 31 de janeiro de 2014 descrito na nota 13.9, alguns acionistas do empreendimento controlado em conjunto EPASA tiveram suas participações diluídas. De acordo com o Acordo de Acionistas vigente, havia o direito de recompra de ações por partes destes acionistas com o objetivo de recompor suas participações até 1º de março de 2015, o qual foi exercido parcialmente pela Eletricidade do Brasil S/A e OZ&M Incorporação e Participação Ltda. até 25 de fevereiro de 2015, que compraram da CPFL Geração 10.704.756 ações ordinárias, pelo montante foi R\$ 10.455. Após esta operação societária a composição acionária do empreendimento controlado em conjunto EPASA passou a ser:

Acionistas	Posição em 31/12/2014		Posição em 25/02/2015	
	Ações	Participação - %	Ações	Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	161.646.415	57,13	150.941.659	53,34
Eletricidade do Brasil S/A	107.903.763	38,13	118.100.009	41,74
Aruaná Energia S/A	6.960.800	2,46	6.960.800	2,46
OZ&M Incorporação, Participação Ltda	6.450.767	2,28	6.959.277	2,46
Total	282.961.745	100,00	282.961.745	100,00

38.4 Bandeiras Tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa nº 547/13, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2015. Tal mecanismo poderá refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado a geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,50 e R\$ 3,00 (sem efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 kWh consumidos. Em 2 de março de 2015, tais valores foram reajustados por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, válidos a partir de 1 de março de 2015, para R\$ 2,50 e R\$ 5,50, respectivamente.

Adicionalmente, foi criada por meio do Decreto nº 8.401/15 a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sob administração da CCEE, sendo que o valor líquido entre as despesas cobertas pelo mecanismo de bandeiras e a receita faturada pelas distribuidoras, líquida de tributos, será revertido a essa conta e vice-versa.



38.5 RTE

A ANEEL aprovou em 27 de fevereiro de 2015 o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). As tarifas resultantes desta RTE estarão vigentes de 2 de março de 2015 até a data do próximo evento ordinário de cada distribuidora. O impacto para os consumidores da área de concessão das controladas de distribuição são como segue:

Distribuidora	Efeito médio (*) percebido pelo consumidor		
	Total	Grupo A	Grupo B
CPFL Paulista	31,77%	40,05%	27,27%
CPFL Piratininga	29,29%	40,49%	21,47%
RGE	35,47%	43,36%	33,04%
CPFL Santa Cruz	9,15%	10,53%	9,78%
CPFL Leste Paulista	19,09%	24,74%	17,55%
CPFL Jaguari	22,85%	25,01%	18,79%
CPFL Sul Paulista	21,29%	37,67%	13,86%
CPFL Mococa	16,25%	23,83%	13,97%

(*) Informações não revisadas pelo auditores independentes

Este evento tarifário foi aprovado sem prejuízo da realização do Reajuste Tarifário Anual – RTA ou Revisão Tarifária Periódica – RTP em 2015, conforme previsto no contrato de concessão das distribuidoras.

38.6 Bonificação em ações aos acionistas

Visando reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva, em reunião realizada em 16 de março de 2015, recomendou ao Conselho de Administração que fosse proposto à Assembleia Geral a capitalização do saldo da reserva estatutária – reforço de capital de giro com a emissão, em favor dos acionistas, de novas ações. Esta proposta será submetida para aprovação à Assembleia Geral Extraordinária convocada para 29 de abril de 2015.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MURILO CESAR L.S. PASSOS
Presidente

RENÊ SANDA
Vice-Presidente

CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA
FRANCISCO CAPRINO NETO
DELI SOARES PEREIRA
CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
Conselheiros

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

HÉLIO VIANA PEREIRA
Diretor Vice-Presidente de Operações

LUIZ EDUARDO FRÓES DO AMARAL OSORIO
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

CARLOS DA COSTA PARCIAS JÚNIOR
Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Diretor Vice-Presidente Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade e Planejamento Tributário
CRC 1SP192767/O-6



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 16 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes
Contador
CRC nº 1 SP 203310/O-6



Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2014 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2015, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 29 de abril de 2015.

São Paulo, 25 de março de 2015.

WILLIAM BEZERRA CAVALCANTI FILHO

Presidente

ADALGISO FRAGOSO DE FARIA

Conselheiro

MARCELO DE ANDRADE

Conselheiro

MARTIN ROBERTO GLOGOWSKY

Conselheiro

CELENE CARVALHO DE JESUS

Conselheira



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar – Sala 142 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, relativamente as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Campinas, 16 de março de 2015.

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de
Relações com Investidores

José Marcos Chaves de Melo

Diretor Vice-Presidente
Administrativo

Hélio Viana Pereira

Diretor Vice-Presidente de Operações

Carlos da Costa Parcias Júnior

Diretor Vice-Presidente de
Desenvolvimento de Negócios

Luiz Eduardo F. do Amaral Osorio

Diretor Vice-Presidente de Relações
Institucionais